

# **O Euroceticismo Britânico e o Sentimento Anti-imigração no Caminho para o *Brexit***

**Margarida Poeta Roque Costa**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Relações Internacionais**  
(2º ciclo de estudos ou mestrado integrado)

Orientador: Prof. Doutor Luís Guilherme dos Santos Marques Pedro

**setembro de 2020**



## **Dedicatória**

Aos meus pais, pela força, pelo carinho, pelo apoio constante e por tornarem possível a realização de mais um sonho e a concretização de mais um objetivo.

Aos meus irmãos, por me ajudarem a crescer e por estarem sempre presentes.

À Avó Luz, que continua sempre a olhar por mim.



## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais que pelo apoio incondicional, pela força e por todos os valores que me transmitiram ao longo de toda a minha vida. Sem eles nada disto seria possível. Um sincero e enorme obrigada.

Agradeço aos meus irmãos que me acompanharam, que me chamaram à razão e que me mostraram o verdadeiro valor do nosso esforço.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Guilherme dos Santos Marques Pedro, pela partilha de conhecimento, pelos conselhos, pelas críticas, pelas correções, pela ajuda e pela disponibilidade para me orientar nos momentos mais seguros, assim como nos mais inseguros. Um enorme obrigada por me ajudar a encontrar o caminho certo para esta dissertação e por me acompanhar durante esta longa caminhada.

Aos meus amigos, agradeço por me tirarem de casa nos momentos mais difíceis e por estarem sempre presentes.

Ao Tiago, agradeço profundamente por toda a força, por todas as palavras, pelo infinito apoio, pelo carinho, por confiar e acreditar em mim mesmo quando eu sentia que não era capaz e por me aturar mesmo quando eu já não tinha paciência para mim mesma. Obrigada.



## Resumo

A decisão de saída do Reino Unido da União Europeia (UE) declarou o fim de uma relação de quatro décadas. Desde a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) que o Reino Unido ficou sempre à margem de uma ‘união cada vez mais estreita’ e ao longo de quatro décadas o país enfatizou consistentemente a sua relutância relativa à integração europeia. Com uma forte tradição eurocética, desenvolvida desde o tempo do Império Britânico e espelhada nas atitudes britânicas em relação ao bloco europeu, o *Brexit* representou o auge de uma relação problemática e o desejo de recuperação da soberania nacional, outrora perdida para a União. No entanto, o desenvolvimento de um sentimento anti-imigração generalizado no debate público, afirmando a existência de uma ameaça à cultura e à identidade nacional britânica, foi diretamente relacionado com o princípio da livre circulação de cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia. A emergência deste sentimento instaurou uma preocupação constante com a imigração e, por isso, a presente dissertação pretende investigar se este fator esteve diretamente relacionado com a votação do *Brexit*, já que se encontrou fortemente presente na campanha a favor da saída da UE.

Verificada a existência de uma relação triangular entre a imigração, o euroceticismo e o *Brexit*, procurar-se-á apurar qual a influência e a relação do euroceticismo e do sentimento anti-imigração com a decisão de saída do Reino Unido da União Europeia. Esta análise será baseada na teoria construtivista das Relações Internacionais, uma vez que explora o papel sociopolítico dos discursos identitários através do método da *discourse analysis*, demonstrando assim a forma como esses discursos servem os interesses e as agendas de poder dos atores a que eles recorrem.

## Palavras-chave

*Brexit*;Euroceticismo;Imigração.



## **Abstract**

The United Kingdom's decision to leave the European Union represented the end of a four-decade relationship. Since it first joined the European Economic Community, the United Kingdom has always been on the margins of an 'ever closer union' and over four decades the country has consistently shown its reluctance towards further European integration. With a strong Eurosceptic tradition, developed since the golden age of British Empire and mirrored in British attitudes towards the European bloc since the 1950s, Brexit represents the height of a problematic relationship and the desire to recover national sovereignty, allegedly lost to the Union. However, the development of a widespread anti-immigration sentiment in Britain grounded on the fear for the loss of British culture and national identity is seen as directly related to the free movement of citizens across of the European Union. The emergence of this fear has led to an alarming concern around immigration. Therefore, this dissertation aims to investigate how immigration feeds into the Eurosceptic ideas that in turn seem to support the Brexit vote, given its overwhelming presence in the Leave campaign.

Having verified the existence of a relationship between immigration, euroscepticism and Brexit, this dissertation analyzes the influence and relationship of Euroscepticism and anti-immigration sentiment on the UK's decision to pull out from European Union. It does so by employing the constructivist theory of International Relations and the method of discourse analysis, thus highlighting the socio-political role of identity discourses and how they serve the interests and power agendas of the actors involved.

## **Keywords**

Brexit; Euroscepticism; Immigration.



# Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – O Euroceticismo Britânico.....	5
1.1 Euroceticismo ou Euroceticismos?.....	7
1.2 Da Supremacia Britânica à Relação Problemática com a Europa.....	11
1.3 A Política Externa do Reino Unido no Pós-Guerra.....	15
1.4 As Raízes do Euroceticismo Britânico.....	19
1.4.1. Os Momentos mais Significativos do Euroceticismo Britânico.....	22
Capítulo II: A Questão da Imigração.....	27
2.1 A politização da Imigração no Reino Unido.....	28
2.1.1 O Alargamento da União Europeia – de 2004 a 2014.....	30
2.1.2 A Imigração e o Referendo para o <i>Brexit</i> : 2015-2016.....	34
2.2 A Opinião Pública Britânica e a ‘questão’ da Imigração.....	38
2.2.1 A Imigração e a Economia do Reino Unido.....	43
Capítulo III – Análise Discursiva: Interseção dos Discursos Populista, Eurocético e Anti-imigração no caminho para o <i>Brexit</i> .....	48
3.1 Populismo: uma breve conceptualização.....	50
3.2 O UKIP como um ponto-chave na emergência do Populismo no Reino Unido ...	53
3.2.1 A Ameaça Representada pelo UKIP.....	57
3.3 O contributo da <i>Critical Discourse Analysis</i> para a análise do objeto de estudo..	61
3.3.1 Estudo de caso: Análise do discurso de Nigel Farage sobre a UE e a imigração da UE.....	63
3.3.2 Estudo de caso: Análise do Discurso de David Cameron sobre a UE, a imigração e o referendo para o <i>Brexit</i> .....	69
Capítulo IV – O Cenário por detrás do <i>Brexit</i> .....	76
4.1 Os Motivos Agregados ao Voto a favor do <i>Brexit</i> .....	77
4.2 Uma Nação Dividida.....	83
4.4 A Campanha <i>Remain</i> e o Argumento Económico.....	88
4.4 A Campanha <i>Leave</i> – Euroceticismo, Populismo e Sentimento Anti-imigração.	94
Conclusão.....	101

Referências Bibliográficas .....104



## Lista de Figuras

Figura 1 – Migração Internacional de Longo Prazo de e para o Reino Unido de cidadãos não pertencentes à UE, 1975-2015

Figura 2 – Migrantes Nascidos na UE e fora da UE que vivem no Reino Unido, 2000-2018

Figura 3 – Saldo Migratório, Ano Terminado em cada Trimestre, 2016-2018

Figura 4 – Imigração para o Reino Unido por nacionalidade, 2007-2017

Figura 5 – Estimativa da Migração Internacional no Reino Unido, 1965-2015

Figura 6 – Saldo Migratório e Proporção de Entrevistados que vê a Imigração como uma das maiores preocupações que o Reino Unido enfrenta.

Figura 7 – Preocupação com a Imigração no Reino Unido por subgrupos (grupos demográficos, região e idade).

Figura 8 – Imigração como um dos assuntos mais importantes enfrentado pelo Reino Unido

Figura 9 – Imigração como um dos assuntos mais importantes ou como o assunto mais importante enfrentado pelo Reino Unido.

Figura 10 – Desemprego Nativo e Imigração em idade ativa (16-65).

Figura 11 – Percentagem de eleitores curiosos pelo UKIP e que nunca demonstraram qualquer tipo de apoio desde 2014.

Figura 12 – Nuvem de Palavras – Eleitores decididos pela saída da UE

Figura 13 – Nuvem de Palavras – Eleitores decididos pela permanência na UE.



## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Emprego, desemprego, estudantes e inatividade económica por imigrante (população em idade ativa: 16-64).

Tabela 2 – Percentagem de votos a favor da permanência na UE por idade e qualificação educacional.



## Lista de Acrónimos

CDA	<i>Critical Discourse Analysis</i>
CEE	Comunidade Económica Europeia
DHA	<i>Discourse-Historical Approach</i>
EUA	Estados Unidos da América
NHS	<i>National Health Service</i> (Serviço Nacional de Saúde)
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia
UKIP	<i>United Kingdom Independence Party</i> (Partido da Independência do Reino Unido)





## Introdução

No dia 23 de junho de 2016 o Reino Unido votou para abandonar a União Europeia (UE), declarando o fim a uma relação de quatro décadas. A adesão do Reino Unido à Comunidade Económica Europeia (CEE), designada de UE após o Tratado de Maastricht, representou uma aposta contínua do Reino Unido na obtenção de vantagens e benefícios económicos. No entanto, os britânicos ficaram sempre à margem de uma ‘união cada vez mais estreita’ e manifestaram constantemente a sua relutância e oposição a uma maior integração europeia. Uma das maiores contestações do governo britânico foi feita em relação ao princípio da livre circulação de pessoas entre os Estados-Membros, o que desencadeou um sentimento anti-imigração generalizado pela maioria dos britânicos e que foi justificado em termos de uma alegada ameaça à identidade nacional britânica.

O *Brexit*, designação comum da saída do Reino Unido da UE, captou a atenção de todo o mundo e a mudança radical no *status quo* do Reino Unido no sistema internacional transformou-se num objeto de investigação preferencial. Em particular, o Euroceticismo tem atraído muita atenção na medida em que basou a campanha do *Brexit* e acompanha toda a história da adesão do Reino Unido. No seio do debate surgiram temas fundamentais ligados diretamente às relações internacionais como a economia, a soberania, a democracia, o controlo de fronteiras, a imigração e o populismo. O futuro do Reino Unido no sistema internacional permanecerá, nos próximos tempos incerto, mas os motivos que levaram ao corte das relações com Bruxelas começam a ser conhecidos e estudados. A presente dissertação tem precisamente o propósito de investigar os motivos que estiveram por detrás do voto favorável ao *Brexit* e de tornar perceptível qual a influência do euroceticismo e do sentimento anti-imigração no referendo. Em concreto, pretende-se responder à seguinte pergunta de investigação: de que forma é que o euroceticismo e o sentimento anti-imigração estão relacionados com o processo de saída do Reino Unido da União Europeia?

Tendo em conta a natureza indutiva desta investigação, recorreu-se a uma abordagem metodológica qualitativa que visa, primeiramente, a análise da história da relação Reino Unido com os restantes países europeus e, em particular, com aqueles que integram a UE. Esta abordagem diacrónica afigura-se crucial para uma melhor compreensão da origem dos ideais eurocéticos que desde sempre acompanharam o país e a origem do designado excecionalismo britânico. Posteriormente, foi realizada uma análise das atitudes britânicas em relação à imigração, particularmente à imigração vinda de outros Estados-Membros da UE, a fim de se tornar perceptível a interseção

entre o euroceticismo e o sentimento anti-imigração. Com efeito, o recurso a fontes bibliográficas sobre a temática do euroceticismo e do Império Britânico foi fundamental, do mesmo modo que se tornou essencial o recurso quer a fontes estatísticas recentes sobre os níveis de imigração e sobre as atitudes britânicas em relação a este fenómeno, quer ainda o recurso à discussão académica, através de artigos científicos e artigos publicados nos meios de comunicação. Recorreu-se também à análise de discursos proferidos por figuras influentes na temática analisada. Esta última análise foi elaborada de acordo com a *Critical Discourse Analysis* de forma a descodificar a presença influente do euroceticismo britânico, do sentimento anti-imigração e do populismo no Reino Unido.

Importa frisar que a identidade nacional britânica é de extrema importância, na medida em que a identidade de um ator político na esfera internacional depende da capacidade de atores em conflito de conseguir monopolizar um discurso identitário dominante. Isto não quer dizer, contudo, que a identidade coletiva de um determinado grupo, povo ou Estado não permaneçam em disputa constante. Neste contexto, esta questão aplica-se à temática da presente dissertação no sentido em que os três grandes temas da dissertação são permeados pela questão identitária nacional britânica: o processo do *Brexit* está diretamente relacionado com a questão da identidade do Reino Unido; o euroceticismo está relacionado com a questão de saber se essa identidade acolhe vários elementos definidores da identidade Europeia; finalmente, a questão migratória levanta também questões sobre de que forma a identidade britânica se relaciona com outras identidades.

Apesar de estes temas terem características diferentes e apontarem num sentido multicausal, é importante ressaltar que esta dissertação aponta para atores políticos diversos no sentido de identificar um discurso eurocético social e politicamente relevante. Neste ponto em particular, importa destacar o papel do construtivismo não apenas por realçar o papel sociopolítico dos discursos identitários, mas também por demonstrar como esses discursos servem os interesses e as agendas de poder dos atores a que eles recorrem.

Deste modo, a presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo optou-se por uma abordagem histórica quer dos tempos do Império Britânico, quer dos primeiros entraves do Reino Unido à integração europeia e da entrada do país na CEE. Clarifica-se também o conceito de euroceticismo através de uma revisão de literatura que permite a identificação do fenómeno nas atitudes britânicas em relação ao bloco europeu. Pretende-se com este capítulo clarificar a relação distante do Reino Unido com a Europa continental e com a UE, assim como se

pretende esclarecer a origem do excecionalismo britânico e a importância de um passado glorioso nas raízes do euroceticismo britânico.

No segundo capítulo procedeu-se a uma investigação sobre a questão da imigração no Reino Unido. Através do recurso a fontes estatísticas pretende-se esclarecer o pano de fundo por trás das preocupações dos cidadãos britânicos com a imigração. Neste sentido, o capítulo analisa os fluxos migratórios para o Reino Unido, assim como o impacto dos alargamentos da UE não só no aumento da imigração, como nas atitudes dos cidadãos britânicos em relação ao mesmo assunto. A par com isso, é analisado o impacto da imigração na economia britânica de forma a esclarecer se esta é benéfica ou prejudicial para o país. De acordo com a temática analisada no segundo capítulo, conclui-se que a imigração promove o desenvolvimento económico e possui mais vantagens do que desvantagens para o Reino Unido, o que torna impercetível o sentimento anti-imigração generalizado pela população britânica.

A abordagem utilizada no terceiro capítulo tem como objetivo esclarecer o propósito do sentimento anti-imigração ao analisar a interseção deste sentimento com o populismo e o euroceticismo. Neste capítulo procedeu-se a uma análise do termo populismo através da revisão da literatura existente sobre o conceito. Seguidamente, foi analisado o papel importante e influente desempenhado pelo Partido da Independência do Reino Unido (UKIP, em inglês *United Kingdom Independence Party*) na emergência do populismo através da sua posição anti-UE, anti-imigração e anti-*establishment*. Com efeito, foram analisados discursos de Nigel Farage e de David Cameron de forma a uma melhor compreensão do efeito UKIP no sistema político britânico e na decisão de convocatória do referendo do *Brexit*. Com este capítulo pretende-se demonstrar a influência do UKIP e do populismo na opinião pública e na forma como este partido se tornou numa ameaça para os principais partidos políticos do Reino Unido, assim como a sua natureza anti-*establishment* moldou o pensamento dos britânicos e levou, ainda que indiretamente, ao desfecho a favor do *Brexit*.

Finalmente, o quarto capítulo tem como principal objetivo observar quais os motivos agregados ao *Brexit* e qual a abordagem utilizada por cada umas das campanhas, *Leave* e *Remain*. Desta forma, este capítulo demonstra a importância do apelo à emoção dos eleitores pela campanha a favor da saída da UE e o fracasso do argumento económico na campanha pela permanência. É possível observar a importância que os eleitores britânicos deram à imigração, que foi considerada como um dos principais motivos pelo qual a grande maioria dos cidadãos do Reino Unido votaram a favor do *Brexit*. Importa realçar a forma como o referendo, e a campanha antecedente, foi o reflexo de um Reino Unido socialmente dividido entre gerações, classes sociais e educacionais. Por fim, o quarto capítulo reflete ainda a importância de

uma retórica persuasiva e do uso de uma linguagem forte, simples e apelativa que conquistou o eleitorado britânico e levou à vitória da campanha *Leave*.

Neste sentido, a investigação realizada avança dois contributos importantes para o debate académico atual: por um lado, permite uma análise da forma como o euroceticismo motivou o *Brexit*. Por outro lado, procura explorar em detalhe a interseção do euroceticismo e do populismo no desenvolvimento de um sentimento anti-imigração generalizado e de uma estratégia persuasiva que culminou no *Brexit*.

## Capítulo I – O Euroceticismo Britânico

A história do Reino Unido faz parte da história da Europa e do mundo. Da formação do Império Britânico até às duas guerras mundiais, passando pela luta contra Napoleão, foram diversos os governos britânicos que enalteciram, ao longo do tempo, o papel global do Reino Unido. O Império Britânico, conhecido pelo ‘império onde o sol nunca se põe’, permitiu globalizar o liberalismo económico que ainda hoje prevalece. Mas o estatuto de grande potência global é, nos dias de hoje, apenas recordado pela maioria dos britânicos e como parte de um passado bem longínquo. Do ponto de vista das suas relações externas, o que sobressai na mente dos britânicos é a relação conturbada com a UE (ou com a Europa, como muitos a designam), que ainda hoje permanece bastante acesa<sup>1</sup> e a maior prova disso foi o voto maioritário pelo ‘sim’ no referendo de 2016 para a saída da UE.

O presente capítulo discorre sobre a relação problemática do Reino Unido com a UE e analisa os factos históricos do país que podem estar diretamente relacionados com a suposta desconfiança dos britânicos à UE. Naturalmente, esta desconfiança nunca é aqui presumida, e sim objeto de questionamento. Mas independentemente dos sentimentos que permeiam a sociedade britânica face à EU, o euroceticismo e os ideais de oposição à integração europeia sempre estiveram presentes. O ideal de que os britânicos são diferentes dos europeus acompanha a mentalidade popular e o discurso público britânico desde o tempo do Império e emerge, ocasionalmente, em manifestações de identidade nacional, sobretudo entre aqueles que votaram e apoiaram o *Brexit*. Ainda que o presente capítulo não desenvolva uma descrição detalhada da história do Reino Unido, torna-se necessário, ainda assim, perceber a traços largos a evolução da posição do Reino Unido no sistema internacional, assim como o decurso da relação com os demais países europeus e, posteriormente, com a UE.

Em síntese, o capítulo inicia-se com uma breve conceptualização do euroceticismo, de forma a perceber em que termos este conceito se encontra enraizado na sociedade britânica; de seguida é elaborada uma análise resumida da posição do Reino Unido no sistema internacional desde o tempo do Império Britânico, a fim de procurar clarificar algumas razões pelas quais os britânicos se consideram diferentes dos europeus e continuam a defender um papel global para o Reino Unido; por último,

---

<sup>1</sup> Uma prova de que a relação com a União Europeia permanece, nos dias de hoje, bastante complicada é a ideia recente de Boris Johnson, atual Primeiro Ministro do Reino Unido, de eliminar partes substantivas do acordo já alcançado com a UE sobre o *Brexit* (Jornal de Negócios, 2020). Notícia completa disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/brexit-estrategia-arriscada-de-boris-johnson-ameaca-acordo-com-ue> (último acesso a 13 de setembro, 2020).

são escalpelizadas as raízes do euroceticismo britânico, demonstrando quais os principais pontos da relação problemática do Reino Unido com a UE. Assim, no âmbito do objeto de estudo da presente dissertação, este capítulo fornece o pano de fundo para uma percepção clara dos antecedentes histórico-sociais de uma relação problemática de que o *Brexit* poderá ser o corolário lógico – ainda que não necessariamente a derradeira consequência.

## 1.1 Euroceticismo ou Euroceticismos?

Paul Taggart e Aleks Szczerbiak (2008) defendem que é difícil encontrar uma definição de Euroceticismo que se adeque a todos os tipos de ceticismo face à UE. Todavia, os mesmos autores referem três fatores que levaram ao aumento do interesse sobre o Euroceticismo. O primeiro é o declínio do chamado “consenso permissivo”, que caracterizou as primeiras décadas de integração europeia e teve como ponto de partida as dificuldades na ratificação do Tratado de Maastricht - que será abordado mais à frente. O segundo fator, consiste na crescente aposta das elites europeias em referendos com vista à legitimação popular de tratados, o que proporciona uma oportunidade para a expressão de sentimentos eurocéticos. E, por fim, como terceiro fator, apontam para o alargamento da UE, que arrastou consigo novos padrões de fazer e falar sobre política em público, criando formas de perceber e debater a questão europeia, trazidos pelos novos Estados-Membros (Aleks Szczerbiak & Taggart, 2008, p. 3). Em grande medida, é possível que o euroceticismo seja uma consequência do facto de as grandes potências regionais que impulsionaram a integração europeia já não controlarem o discurso dominante sobre o destino da comunidade e também sobre a sua própria história que era, até ao alargamento a leste, plasmada na narrativa teleológica do sonho fundador da ‘paz liberal’. Esta dissertação não pretende afirmar que essa utopia se desmoronou, mas pode dizer-se hoje que há um consenso generalizado que vários ideais de integração europeia que concorrem entre si e que se apresentam como céticos em relação a aspetos diferentes da UE. O Euroceticismo não é, portanto, um fenómeno coerente, unívoco ou linear, o que dificulta a sua conceptualização.

Apesar das dificuldades que apresenta em defini-lo com precisão, Paul Taggart (1998) compreende-o como “the idea of contingent or qualified opposition, as well as incorporating outright and unqualified opposition to the process of European integration” (Taggart (1998) citado em Szczerbiak & Taggart, 2008, p. 7). Deste modo, o autor apresenta uma dicotomia *hard-soft*. O Euroceticismo rígido (“hard Euroscepticism”) é definido pelo autor como um ideal onde existe uma oposição de princípios à integração europeia e à UE. Este tipo de Euroceticismo pode ser encontrado em partidos que defendem que o seu país se deve retirar da União ou cujas políticas para a UE espelham uma oposição a todo o projeto de integração europeia como é atualmente concebido (Aleks Szczerbiak & Taggart, 2008, p. 7). Já o Euroceticismo moderado (“soft Euroscepticism”) representa um ideal onde não existe uma objeção de princípios à integração europeia ou à adesão/permanência na UE, mas existem preocupações numa ou em várias áreas políticas que levam à expressão de uma oposição qualificada à União. Neste tipo de Euroceticismo está ainda presente a

preocupação de que o interesse nacional esteja em desacordo com a atual trajetória da UE (Szczerbiak & Taggart, 2008, p. 8).

Esta dicotomia *hard-soft* torna-se analiticamente relevante na medida em que nos permite perceber até que ponto a adoção de uma posição eurocética por um dado ator político é determinada pela competição partidária existente e pelas estratégias eleitorais. Deste modo, esta dicotomia é associada aos partidos que ocupam uma posição marginal nos sistemas partidários europeus, uma vez que lhes permite diferenciarem-se dos partidos pró-europeus que dominam o governo (Gifford, 2014, pp. 512–513) e, simultaneamente, aumentar a sua ascensão e influência.

Simon Usherwood (2018) define três características principais do Euroceticismo. Na primeira característica o autor defende que existem múltiplas formas de Euroceticismo e que este é baseado numa forma de aversão a algum aspeto da integração europeia. Usherwood, defende que o Euroceticismo não é uma ideologia, mas que uma ideologia pode ser eurocética. Em segundo lugar o Euroceticismo é um fenómeno reativo, isto é, indivíduos e grupos tendem a mobilizar-se em resposta a movimentos específicos da integração europeia, seja a nível europeu, seja a nível nacional. Por último, o Euroceticismo é uma coleção de práticas, ou seja, é a diversidade de formas que apresenta que é fascinante neste fenómeno – ainda não existe um modelo analítico satisfatório que consiga trazer coerência analítica ao estudo das manifestações do Euroceticismo na opinião pública, na mobilização da sociedade civil, nas representações dos média e na política partidária (Usherwood, 2018b, pp. 553–554).

Chris Gifford (2006), considera que o termo Euroceticismo descreve um movimento nacional distinto e poderoso que afirma as condições de uma identidade excecional de um determinado país – neste caso o Reino Unido, como veremos adiante. O mesmo autor defende ainda que a organização dos partidos políticos dentro do sistema político nacional determina a posição dos partidos relativamente à integração europeia. Já Menno Spiering (2015) vê o Euroceticismo como um fenómeno cultural (Spiering, 2015, pp. 1–3) e defende que “there is a clear consensus that the ‘Euro’ in Euroscepticism refers to the European Union and its precursors, while the ‘sceptic’ means ‘doubtful’ ” (Spiering & Harmsen, 2004, p. 129).

À semelhança de Chris Gifford, Cécile Leconte (2015) afirma que o Euroceticismo é visto como a política de oposição onde a desconfiança perante a UE se tornou numa forma de os partidos de protesto se distinguirem do *establishment* político. A autora refere ainda que, muitas vezes, a falta de conhecimento sobre a UE

leva os cidadãos a votarem contra uma maior integração europeia para sancionarem os governos locais e demonstrarem a sua insatisfação. Esta falta de conhecimento sobre a UE resulta num tipo de Euroceticismo – o Euroceticismo Popular (Leconte, 2015, pp. 251–254). Para Cécile Leconte, existe uma correlação negativa entre nacionalismo, visões negativas sobre a imigração e Euroceticismo. A esta correlação, a autora acrescenta ainda outras atitudes que possuem um papel crucial na emergência de orientações eurocéticas como a falta de confiança nas instituições eleitas e nos partidos políticos.

Já Lauren McLaren (2005) defende que a crescente onda eurocética está relacionada com a insatisfação dos cidadãos com o funcionamento do governo nacional em geral. Este descontentamento acaba por ser projetado contra a UE e está muitas vezes de acordo com a falta de conhecimento sobre a União e as suas instituições. Por norma, aqueles que são mais instruídos e discutem política com maior frequência tendem a ter uma atitude mais positiva relativamente à integração europeia. As explicações que surgem para o crescente sentimento eurocético estão, por isso, em consonância com a pobreza das instituições da UE; com o medo dos Estados-Membros da perda de símbolos e identidade nacionais; e com a relação de custos-benefícios pessoais resultantes do processo de integração europeia (McLaren, 2005, pp. 2–5).

De acordo com Anthony Forster (2002), o termo Euroceticismo tem sido regularmente empregue na imprensa popular. Todavia, o uso deste termo nem sempre tem sido o mais correto e acaba por servir como uma etiqueta vaga que define pontos de vista negativos relativos à UE. Para além disso, o conceito de Euroceticismo raramente tem sido definido de forma rigorosa dentro da comunidade académica (Forster, 2002, p. 1). No seu livro *Eurocepticism in Contemporary British Politics*, Anthony Forster dá-nos a definição de um eurocético de acordo com Agnès Alexandre-Collier (1998). A autora defende que um eurocético é um indivíduo que duvida da utilidade e da viabilidade da União Política e Económica. Nesta definição a autora dá ênfase a três aspetos fundamentais. Primeiro, assume uma posição focada em dois processos interligados – a integração política e a integração económica na Europa. Segundo, liga diretamente esta oposição à transformação da CEE na UE. E em terceiro, tudo isto implica que os eurocéticos estejam concentrados no Partido Conservador e não noutro partido político (Alexandre-Collier (1998) citado em Forster, 2002, p. 2).

Importa ainda notar que para Anthony Forster a chave do desenvolvimento do Euroceticismo se encontra na sua natureza multifacetada que lhe permite longevidade. Contudo, esta mesma natureza também se tem tornado numa força divisória entre os céticos. Para além disso, o autor defende que é demasiado simplista ver o

Euroceticismo apenas como um fenómeno dos anos 90, desencadeado pelo Tratado de Maastricht, sendo que este fenómeno deve ser colocado numa perspetiva mais ampla e num contexto histórico mais alargado.

A investigação feita por Sharon Pardo e Neve Gordon (2018) especifica o Euroceticismo como um termo que expressa desconfiança e oposição relativamente ao processo de integração europeia, incluindo atitudes negativas em relação aos princípios, normas, valores, políticas, órgãos e instituições declaradas pela UE (Pardo & Gordon, 2018, pp. 399–401). Liesbet Hooghe e Gary Marks (2007) explicam que o termo Euroceticismo expressa dúvida ou descrença na Europa e na integração europeia em geral (Hooghe & Marks (2007) citado em Pardo & Gordon, 2018, p. 400).

Em suma, é notável que apesar da dificuldade na definição do conceito de Euroceticismo, os diversos autores analisados apresentam semelhanças no que respeita à descrença não só na integração europeia até ao momento, como no rumo que esta pode tomar. Para além disso, ao longo da bibliografia analisada sobre o conceito, uma das conclusões retiradas é a de que o Euroceticismo é característico do Estado Britânico. Sendo que este se apresenta como um Estado-Membro relativamente grande e influente, o estudo do Euroceticismo britânico recebeu uma atenção académica considerável. Ainda assim, importa esclarecer que a definição deste conceito torna-se essencial no decurso da presente dissertação, uma vez que se pretende perceber qual o grau de influência que o euroceticismo, e o discurso eurocético, teve na votação a favor do *Brexit*.

Os ideais eurocéticos explanados na presente secção permitem uma análise mais detalhada do comportamento do Reino Unido em relação à UE, não só num passado mais longínquo, como também num passado mais próximo caracterizado por diversas atitudes e discursos eurocéticos que levaram ao *Brexit*. Importa ainda notar que é apenas através da compreensão daquilo que realmente caracteriza e define o euroceticismo que é possível estabelecer uma conexão entre as atitudes do Reino Unido perante a UE e a influência destas atitudes no referendo de 2016. Só assim é possível investigar se por detrás do referendo e da votação favorável ao *Brexit* existe um ideal histórico eurocético sólido e sustentado num argumentário coerente ou se, por outro lado, existiram motivos que fundamentam aquele posicionamento que vão para além do característico euroceticismo britânico, o que justifica a importância da presente secção para o objeto de estudo da dissertação.

## 1.2 Da Supremacia Britânica à Relação Problemática com a Europa

Para entender o euroceticismo é necessário entender a história da identidade britânica. Carlos Branco (2020), refere que “as elites políticas inglesas nunca esqueceram os tempos áureos em que administravam um império onde o sol nunca se punha. Essa perda traumática, que ainda perdura no imaginário de alguma sociedade britânica, terá sido uma das forças motoras do *Brexit*” (Branco, 2020)<sup>2</sup>. Assim, a análise daquilo que hoje designamos como as memórias de um grande império, onde a Grã-Bretanha era conhecida como a maior potência global, torna-se essencial para a compreensão do euroceticismo britânico.

Uma nova era nas Relações Internacionais foi inaugurada pelos Tratados de Vestefália, de 1648, que puseram fim à longa Guerra dos Trinta Anos na Europa. A Paz de Vestefália, como é comumente conhecida, veio permitir a existência de uma nova ordem multipolar onde os Estados afirmam a sua capacidade decisória sem constrangimentos que não sejam aqueles impostos pela interação com outros Estados, privilegiando acima de tudo os seus interesses nacionais (Lessa, 2005, p. 20). É no período subjacente aos Tratados de Vestefália que surge a ascensão da Grã-Bretanha como potência mundial.

A partir do século XVII, a estratégia britânica enveredou pelo apoio militar e financeiro aos inimigos das potências hegemónicas. Numa estratégia inteligente, a Grã-Bretanha mantinha-se afastada das guerras no continente, fomentando a sua estabilidade política, mas, simultaneamente, fazendo tender a balança de poder a seu favor ao tornar o seu apoio decisivo para os aliados europeus em guerra contra outros Estados (Lessa, 2005, pp. 20–24).

É certo que esta estabilidade sofreu alguns reveses. Em 1783, com o Tratado de Versalhes e após cinco anos de guerra, os Estados Unidos da América (EUA) tornavam-se num país independente passando a exercer alguma influência sobre o equilíbrio global de forças de poder (Passeti, 2016, pp. 6–7). Mas apesar de ter perdido uma das suas colónias, a Grã-Bretanha pôde obter grandes benefícios através do Tratado de Versalhes ao impor concessões que realinhavam a balança de poder entre os Estados Europeus. Outro dos reverses consistiu na ascensão da França napoleónica já no início do século XIX, dominando praticamente toda a Europa Continental.

---

<sup>2</sup> Notícia completa disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-brexit-e-o-sonho-do-imperio-perdido-544996> (último acesso a 7 de fevereiro, 2020).

Mas o modelo económico capitalista que triunfara no final do século XVIII com a Revolução Industrial, demonstraria uma capacidade de globalização e de resiliência muito superior ao imperialismo de Napoleão, capaz inclusive de estabelecer laços importantes com a própria economia americana, também ela assente no liberalismo económico nascente. Apesar da perda significativa que a independência das colónias na América do Norte significou, o recente ‘Reino Unido’ conseguiu globalizar o modelo industrial a uma parte significativa do seu império e fazer depender a exploração de matérias-primas nas colónias das valências industriais da metrópole.

Com a derrota de Napoleão e a ruína do seu império surgiu o Congresso de Viena, entre 1814-1815, onde se reuniram os representantes de todos os países envolvidos nas guerras napoleónicas. No Congresso de Viena foi reestabelecido o equilíbrio de forças, o que inaugurou uma “época de paz e estabilidade na história da Europa” (Correia, 1994, p. 41; Portal Diplomático, n.d.)<sup>3</sup>. Durante o período entre o Congresso de Viena e a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha acelerou o movimento de livre comércio, preocupou-se com a expansão económica e olhou para o mundo como uma verdadeira potência global (Gough, 2014, p. 2).

Até 1914, a Grã-Bretanha forneceu ao sistema internacional o que muitos autores designam como os ‘bens públicos’ necessários para o bom funcionamento da ‘ordem internacional liberal’ de entre os quais se destacam a segurança no comércio marítimo, um sistema monetário eficaz e a ideologia liberal (O’Brien & Pigman, 1992, pp. 89–90). Todavia, com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, o país demonstrou a falta de recursos existente para dar continuidade ao seu papel hegemónico. Por outro lado, os EUA demonstraram a sua posição de peso e significado na economia mundial e por volta de 1918 possuíam uma hegemonia nunca conseguida pela Grã-Bretanha (O’Brien & Pigman, 1992, pp. 89–92).

No início do século XX o poderio alemão e a sua vontade de se tornar numa potência superior representavam uma ameaça maior do que a França representou durante o auge do Império Napoleónico. A Grã-Bretanha, que procurava ampliar e proteger os seus interesses económicos no exterior, formou alianças com os EUA e com o Japão de forma a tentar conter a força alemã (Cain & Hopkins, 2016, pp. 418–419). A preocupação dos britânicos estendeu-se a países como a Rússia e a França que tinham uma tentativa alemã de estabelecer a hegemonia no continente. Esta preocupação levou à aliança destes três países que formaram a Tríplice Entente. O resultado desta aliança colocou inevitavelmente a Grã-Bretanha numa força oposta à Alemanha. O conflito

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/congresso-de-viena> (último acesso a 9 de março, 2020).

entre as duas potências tornava-se cada vez mais forte e a participação dos britânicos na guerra estava comprometida pelo seu estatuto de potência mundial até 1914, mas a destruição da economia internacional provocada pela Primeira Guerra Mundial enfraqueceu drasticamente a posição da Grã-Bretanha no mundo.

Contudo, importa notar o caráter protecionista dos britânicos e sua preocupação com os seus interesses nacionais, já que o interesse e a preocupação demonstrados pela Europa antes da guerra estavam unicamente relacionados com a sua vasta rede de comércio, da qual dependia a sua força económica e a sua designação como grande potência. É deste modo que surge a identificação da diferença britânica, em inglês “British differentness” (Spiering & Harmsen, 2004, pp. 146–147). Os eventos da Segunda Guerra Mundial, assim como o período pós-guerra vieram enaltecer este sentimento de diferença do continente.

Definida por Churchill como “a guerra desnecessária”, a Segunda Guerra Mundial trouxe miséria à Grã-Bretanha assim como a todos os países envolvidos. Todavia, a vitória sobre a Alemanha Nazi por parte das forças aliadas – grupo de países a que a Grã-Bretanha também pertencia – moldou a visão dos britânicos em relação a este grande conflito. Apesar da destruição, a Grã-Bretanha evitou a invasão da Alemanha Nazi, com exceção das Ilhas do Canal (em inglês *Channel Islands*), e evitou, conseqüentemente, o trauma provocado pela ocupação do seu território (Spiering, 2015, pp. 8–10). Importa sublinhar que desde a invasão da França pelos alemães até à entrada dos EUA na guerra, a Grã-Bretanha ocupou, de facto, um papel preponderante na frente de oposição contra as forças do Eixo. Num periódico português da altura, pode ler-se que “a tarefa realizada, no conjunto gigantesco da guerra, pelos soldados da Gran-Bretanha tem sido decisiva” (Mundo Gráfico, 1942, p. 29).

Já aqueles que cresceram durante o conflito, como Margaret Thatcher, adotaram uma visão da Europa que ainda hoje está presente e foi transmitida para as gerações posteriores. Essa visão caracteriza a Europa como um cenário de guerra e escuridão, e caracteriza os Europeus como aqueles que fazem guerra e revolução, enquanto a Grã-Bretanha é diferente, é excepcional (Spiering, 2015, pp. 8–12). É com os eventos da Segunda Guerra Mundial que a relação entre a Grã-Bretanha e a Europa continental se torna mais hostil e começa a existir a noção de que a integração europeia é para “eles-Europeus” e não para “nós-britânicos”. Posteriormente, o surgimento da Guerra Fria enalteceu o poder e a grandiosidade dos EUA e da União Soviética e diminuiu, conseqüentemente, o poder e a influência britânicos.

O povo britânico, que no século XIX dominou a política e a economia globais, foi também o povo que possuiu, de longe, o maior de todos os impérios, espalhado por todos os continentes e oceanos do planeta (Bell, 2007, pp. 1–2). A Grã-Bretanha foi capaz de espalhar a sua cultura, a sua língua e os seus costumes por todo o mundo e aquela que hoje consideramos como a grande potência mundial – os EUA – é inclusive uma ex-colónia britânica. A juntar a tudo isto, está ainda a posição vitoriosa da Grã-Bretanha nas duas grandes guerras mundiais e a sua presença no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Deste modo, os britânicos construíram a sua excecionalidade, a sua soberania, o seu orgulho nacional e o seu sentimento de diferença do resto da Europa. Este sentimento deu origem a uma relação problemática e conturbada com a Europa e resultou no Euroceticismo Britânico, caracterizado por uma forte oposição à integração europeia, como veremos adiante, e culminou com a decisão de saída da UE denominada por *Brexit*.

### 1.3 A Política Externa do Reino Unido no Pós-Guerra

De acordo com Maria Raquel Freire (2011), a política externa é “entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional” (Freire, 2011, p. 13). Deste modo, a autora tenta definir o conceito de política externa de uma forma mais abrangente, a fim de incluir não só os Estados, mas também os atores não-estatais (como organizações internacionais e não governamentais) como atores do sistema internacional. Assim, Maria Raquel Freire define política externa como “o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (Freire, 2011, p. 18).

Como refere Carlos Gaspar (2011), a política externa do Reino Unido é marcada por três grandes momentos. O primeiro momento, acelerado pela Segunda Guerra Mundial, tem como principal característica a transferência das responsabilidades da Grã-Bretanha como primeira potência ocidental para os EUA. No segundo momento, enquanto o mundo vivia num sistema bipolar e a Grã-Bretanha se deparava com o fim do império, o governo britânico concentrou-se na valorização da posição da Grã-Bretanha no centro das relações com os EUA e com a Europa Ocidental. Por fim, o terceiro momento, num período pós-Guerra Fria, caracterizou-se por uma ‘europeização’<sup>4</sup> do velho império (Gaspar, 2011, p. 201). Nicholas Wright (2017), defende que desde o fim da Segunda Guerra Mundial que o Reino Unido tem sido uma potência multilateral por excelência, contribuindo, deste modo, para a construção e expansão de muitas das mais importantes instituições de governança internacional, defendendo um sistema internacional baseado em regras que possuem o objetivo de priorizar o interesse nacional dos Estados (Wright, 2017, p. 1).

Após a Segunda Guerra Mundial a Grã-Bretanha era uma das três grandes potências que estavam presentes na definição de uma nova ordem mundial, todavia o seu poder não era comparável ao poder dos EUA ou da União Soviética. A vitória da Grã-Bretanha sobre a Alemanha na Segunda Guerra Mundial e a sua entrada no conflito foi o que lhe conferiu um estatuto entre as potências vencedoras e um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas a sua designação como ‘superpotência’ foi posta à prova quando o peso das duas potências de escala continental se revelou. Posteriormente, a crise do Suez, de 1956, pôs à prova a designação da Grã-Bretanha como superpotência quando esta decidiu, em conjunto

---

<sup>4</sup> Com este termo (“europeização”) pretende-se dar a entender o objetivo britânico de ganhar influência no seio da Europa. Uma vez perdido o estatuto de superpotência global, o Reino Unido pretendia ganhar influência na Europa para poder obter um estatuto de potência regional.

com a França e com Israel, em oposição aos EUA, intervir contra o Egito e tentar provocar a mudança no regime do Coronel Nasser. Ao lado da União Soviética, os EUA condenaram a invasão ao Egito nas Nações Unidas e o governo britânico ordenou a retirada das suas forças, demitindo-se simultaneamente (Cutileiro, 2006)<sup>5</sup>.

O novo Primeiro-ministro britânico Harold Macmillan pôde reestabelecer as relações com os EUA ao admitir, em 1961, a necessidade de uma possível adesão à CEE, formada em 1957, depois de lhe ter sido confirmado pelos americanos que esta fortaleceria a sua relação. Todavia, a adesão da Grã-Bretanha à CEE foi vetada pela França, através do General de Gaulle, que a considerava como uma ameaça de destruição ao projeto europeu (Forster, 2002; Moore, 2016). A adesão da Grã-Bretanha à CEE só foi possível após a demissão do General de Gaulle, em 1973, e provocou um marco de viragem na sua política externa, tornando-se imperativa para o país poder recuperar a sua posição internacional na Europa e restaurar a sua aliança com os Estados Unidos.

Em 1979, foi criado o Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu, ao qual o governo britânico se recusou a aderir (Rodrigues, 2016)<sup>6</sup>, o que demonstrou o início das suas limitações à integração europeia. Aquando da negociação do Tratado da União Europeia (TUE) o Reino Unido era a favor da institucionalização da Política Externa de Segurança e Defesa (PESD). Contudo, após a assinatura do TUE, negociou uma reserva quanto ao “«capítulo social» e a moeda única” (Gaspar, 2011, p. 218). A intervenção britânica na criação da PESD foi fundamental para equilibrar a sua posição na UE – oficialmente designada deste modo após o Tratado de Maastricht em 1992.

Para Blair, o alargamento da UE tornou-se num fator crucial para a instituição, visto que uma Europa mais ampla e alargada se tornava mais favorável à criação de uma superpotência que valorizava as dimensões políticas, estratégicas e de segurança da UE. Neste espectro, os EUA deixariam de ter como aliado o Reino Unido para terem toda a UE. A relação especial dos britânicos com os EUA foi fortalecida após o ataque terrorista de 11 de setembro nos EUA, em que o Reino Unido foi o “único aliado cujas forças militares acompanharam as tropas dos EUA na invasão do Iraque” (Gaspar, 2011, p. 224).

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri12/RI12\\_05JCutileiro.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri12/RI12_05JCutileiro.pdf) (último acesso a 16 de março, 2020).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://observador.pt/2016/06/24/reino-unido-e-uniao-europeia-65-anos-de-relacao-em-24-datas/> (último acesso a 16 de março, 2020).

Neste contexto, a designação do Reino Unido como uma potência regional é definida pela crescente importância da dimensão da UE no sistema internacional. No entanto, é observável a conclusão de que os atores políticos britânicos, após a Segunda Guerra Mundial, continuaram a perseguir um *status* glorioso, adquirido pelo legado do Império Britânico, de modo que Carlos Gaspar (2011), refere que “a política externa britânica nunca desistiu de demonstrar que a Grã-Bretanha não está preparada para desistir dessa qualidade gloriosa” (Gaspar, 2011, p. 226).

Para concluir, é perceptível a ideia de que o Reino Unido segue uma política externa baseada na defesa dos seus ideais e valores, onde uma certa ideia da identidade nacional britânica, informada pela memória de uma comunidade política que se estendia muito para lá das ‘ilhas’ e que gozou de facto uma economia gloriosa, continua presente e vigora na definição dos interesses nacionais do país. Tal como é defendido por Chris Gifford (2008), a decisão de candidatura e adesão à CEE representou parte de uma estratégia cujo fim era assegurar objetivos geopolíticos no contexto de declínio e desintegração pós-imperial e fortalecer novas alianças estratégicas globais (Gifford, 2008, pp. 50–55). Mas isto não significa que o velho ideal imperial tivesse desaparecido do imaginário político e popular britânico, nem tão pouco que os britânicos, pelo menos alguns deles, estivessem dispostos a abandonar por completo a aura, outrora tão inspiradora, da política externa britânica, do excecionalismo britânico, para integrar um projeto político continental dominado em grande medida pelas potências que foram, durante séculos, suas inimigas. David Cameron (2013) acabaria por confirmar esta estratégia ao referir que para o Reino Unido a UE “is a means to an end (...) not an end in itself” (Cameron, 2013b)<sup>7</sup>.

Com efeito, o excecionalismo britânico, analisado na próxima secção, está bastante presente na política externa do Reino Unido que vigora em torno do interesse nacional e da diferenciação britânica em torno dos restantes Estados-Membros da UE. O fortalecimento e a promoção do interesse nacional apresentam-se como uma prioridade para os britânicos onde, simultaneamente, constroem e protegem a sua soberania nacional. Deste modo, a justificação do apoio à saída do Reino Unido da UE prende-se com a questão da soberania nacional, uma vez que, no seio da UE, a soberania dos Estados-Membros é partilhada em várias áreas essenciais da governação, enquanto que outras permanecem sob a alçada exclusiva dos Estados. Neste contexto, o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) esclarece, no artigo 2º, nº 1, que nas competências exclusivas da União só a mesma “pode legislar e adotar atos

---

<sup>7</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg> (último acesso a 15 de setembro, 2020)

juridicamente vinculativos”, e no nº2 do mesmo artigo é referido que nas competências partilhadas com os Estados-Membros em determinado domínio, “a União e os Estados-Membros podem legislar e adotar atos juridicamente vinculativos nesse domínio.” sendo que “Os Estados-Membros exercem a sua competência na medida em que a União não tenha exercido a sua.” (Tratado de Lisboa, 2008, pp. 64–65). As competências exclusivas e partilhadas da UE estão explanadas nos artigos 3º e 4º do TFUE, respetivamente. Deste modo, é notável a partilha de soberania no seio do bloco europeu uma vez que o parecer da União em determinados domínios, mesmo nos que dizem respeito às competências partilhadas, é imperativo, o que retira aos Estados qualquer tipo de poder decisivo nos domínios enumerados nos artigos referidos. É neste sentido, portanto, que a integração europeia é vista pelos eurocéticos como uma limitação à soberania nacional. Assim, o *Brexit* apresenta-se como um grande desafio à política externa do Reino Unido, cujas consequências só serão conhecidas a longo termo e com o fim das negociações entre o governo britânico e a instituição.

## 1.4 As Raízes do Euroceticismo Britânico

Em 2002, o Presidente da Comissão Europeia Romano Prodi afirmou: “Britain’s attitude to Europe contrasts with that of many of its EU partners. It is a source of fascination, perplexity, and sometimes frustration for your friends elsewhere in Europe” (Prodi (2002) citado em Szczerbiak & Taggart, 2008, p. 93). Definido por Stephen George (1998) como “an awkward partner” (George (1998) citado em Corbett, 2016; Gifford, 2006, 2008; Spiering, 2015), o Reino Unido sempre se assumiu como excepcional e diferente em relação aos restantes Estados-Membros da UE e a sua atitude desde cedo espelhou esta diferença. A passagem do Reino Unido, ao longo das décadas, de Estado Imperial para Estado-Membro da UE foi bastante atribulada e fez emergir uma característica peculiar do Estado Britânico – o euroceticismo. O euroceticismo britânico emergiu como oposição à integração europeia supranacional e a um modelo de uma Europa baseada no federalismo.

Como afirma Anthony Forster (2002), observar o euroceticismo como um fenómeno desenvolvido nos anos 90, após a ratificação do Tratado de Maastricht, é uma abordagem demasiado simplista. Torna-se portanto necessário analisar o euroceticismo como um processo histórico, tendo em conta as circunstâncias tanto do passado como do presente (Forster, 2002, pp. 2–4). Apesar de o conceito ter sido utilizado pela primeira vez pela imprensa britânica apenas por volta dos anos 80<sup>8</sup>, a relutância britânica relativamente à Europa é muito mais antiga. As secções anteriores demonstraram precisamente o início daquela que viria a ser uma relação bastante atribulada ao longo dos anos.

Tendo sido, no século XIX, uma potência económica e imperial global a posição da Grã-Bretanha entrou em decadência após a Segunda Guerra Mundial, como foi observado anteriormente. Deste modo, o euroceticismo britânico é considerado como uma manifestação e uma consequência de uma distinta crise pós-imperial cuja principal característica é o declínio económico (Gifford, 2008, pp. 1–3). A segunda metade do século XX trouxe uma grande mudança para os britânicos que desencadeou crises de identidade coletiva nas instituições políticas e na sociedade civil que encontraram a sua expressão na ascensão do euroceticismo.

A Grã-Bretanha moldou a história do mundo com a construção do seu grande império por cerca de três séculos. Não é, por isso, surpreendente que os britânicos se sintam superiores e distintos dos restantes europeus. Esta superioridade está espelhada

---

<sup>8</sup> O termo utilizado anteriormente era “anti-marketeer” e designava aqueles que se opunham ao Mercado Comum (Forster, 2002, pp. 33–36).

no sentimento de *Britishness*, que defende a Grã-Bretanha como sendo excepcional e diferente da Europa continental. Os britânicos não se consideram como europeus e estas questões de identidade levaram à caracterização da Europa como “o outro”. Este “outro” surge como uma possível ameaça à identidade do “próprio” (Grã-Bretanha) e é considerado como inferior por este último (Spiering, 2015, pp. 3–4). É também este “outro” que define o “próprio” como desigual e excepcional.

Apesar de a relutância relativamente à Europa ser bastante antiga, foi depois da Segunda Guerra Mundial que esta se intensificou cada vez mais. Baseada na associação entre o excepcionalismo imperial e a *Britishness* insular, mas facilmente exportável como modelo sociocultural para as elites das ex-colónias, a Grã-Bretanha emergiu como um Estado onde o euroceticismo se apresenta como uma característica fundamental. No seio de uma relação problemática a insularidade e isolamento britânicos, a vitória na Segunda Guerra Mundial, o legado imperial e de uma nação pioneira na revolução industrial, a relação com a Commonwealth e a *special relationship* com os Estados Unidos<sup>9</sup>, que se soma à posição hegemónica britânica na economia global do século XIX e à associação a uma identidade nacional cuja grandeza e glória não poderiam nunca ser contidas pelos limites físicos de uma ilha, (a Grã-Bretanha como vontade global e não europeia<sup>10</sup>), entre muitos outros fatores, estão na base de um euroceticismo difundido por várias décadas e gerações e marcado pela constante oposição à integração europeia<sup>11</sup>.

Na Grã-Bretanha o euroceticismo é um fenómeno bastante particular visto que percorre todo o espectro político, algo que foi posteriormente observado nas campanhas do referendo para o *Brexit*, uma vez que tanto membros do Partido Conservador como do Partido Trabalhista apoiaram a saída da UE. No entanto, autores como Chris Gifford (2006; 2008) afirmam que é a manifestação populista do euroceticismo que é relevante e significativa na explicação da sua ascensão e da sua forte capacidade de influenciar a sociedade britânica.

Há uma semelhança na divisão do euroceticismo entre diversos autores, que definem o início do euroceticismo britânico em meados dos anos 90, com a ratificação do Tratado de Maastricht (Forster, 2002; Gifford, 2006; Gifford, 2008; Szczerbiak & Taggart, 2008; Usherwood, 2018; Davis, 2017). No entanto, académicos como Paul

---

<sup>9</sup> Esta relação especial provém dos laços estabelecidos como ex-colónia britânica e de uma poderosa tradição política de ‘Atlantismo’ que foi reforçada durante o período da Guerra Fria.

<sup>10</sup> Entende-se por “vontade global e não europeia” o desejo britânico de manter a hegemonia outrora conquistada no século XIX, assim como o regime político da época considerado ideal pelos britânicos.

<sup>11</sup> Entenda-se que a integração europeia era vista como a imposição de um modelo económico alienígena, fundamentalmente adverso à competitividade britânica nos mercados internacionais (Aleks Szczerbiak & Taggart, 2008).

Taggart & Alex Szczerbiak (2008), identificam quatro fases distintas do euroceticismo britânico. A primeira fase corresponde ao período decorrente entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a ratificação parlamentar da entrada da Grã-Bretanha na CEE, em 1972. Neste período, a lógica económica apresentada pelo governo para a adesão conseguiu superioridade perante o euroceticismo, mas não acabou com ele.

A segunda fase decorre entre a entrada oficial da Grã-Bretanha na CEE, em 1973 e o primeiro referendo sobre a permanência na Comunidade, em 1975. Este primeiro referendo, apesar da vitória pela permanência, representa uma das primeiras vitórias dos eurocéticos que conseguiram fazer com que a permanência na CEE fosse discutida entre toda a sociedade britânica.

Já a terceira fase ocorre no período entre o referendo e 1988, onde é notável a ascensão de um euroceticismo populista muito visível no discurso proferido por Margaret Thatcher em Bruges (1988).

E a quarta, e última fase para os autores, começa no final dos anos 80 e estende-se até à altura de escrita do livro (2008). É neste período que o euroceticismo se torna fundamental na configuração contemporânea da política britânica e das eleições gerais. Com a segunda onda de integração europeia, que se inicia com o Tratado de Maastricht, questões de soberania e identidade nacional tornam-se cada vez mais relevantes para os eurocéticos britânicos. Estas questões levaram à criação de diversos novos pequenos partidos claramente eurocéticos. Um exemplo pragmático é o registo de 73 partidos nas eleições gerais britânicas de 2001, sendo que tanto na esquerda como na direita do espectro político existiam partidos associados ao euroceticismo “hard”<sup>12</sup> (Szczerbiak & Taggart, 2008).

Estas quatro fases foram identificadas até 2008 – ano de publicação da obra referida – no entanto, o *Brexit* e a saída do Reino Unido da UE representam mais uma fase do euroceticismo britânico onde os eurocéticos alcançaram a sua maior vitória ao conseguirem não só levar novamente a questão da permanência na UE a referendo, como também ao obterem um resultado favorável à saída. Após a saída do Reino Unido da União o futuro dos eurocéticos britânicos torna-se de certo modo incerto, uma vez que estes alcançaram o seu maior objetivo e alterar os termos do debate europeu, abrindo uma nova janela na relação do Reino Unido com a UE (Usherwood, 2018b, pp. 558–559).

---

<sup>12</sup> Euroceticismo “hard” de acordo com a dicotomia “hard-soft” apresentada por Paul Taggart na primeira secção deste capítulo.

#### **1.4.1. Os Momentos mais Significativos do Euroceticismo Britânico**

Após uma breve análise das fases representativas do euroceticismo britânico e dos seus traços gerais, importa notar quais os momentos que tiveram maior destaque no desenrolar de um fenómeno que culminou com a saída do Reino Unido da UE.

Como foi possível observar na secção 1.3, a adesão do Reino Unido à CEE foi bastante dificultada pelos constantes vetos do General Charles de Gaulle, no entanto o Reino Unido optou por não pertencer aos membros fundadores da CEE no momento da sua formação. Ora, uma adesão tardia à Comunidade não permitiu que os britânicos moldassem as regras e diretrizes da mesma de acordo com as suas preferências. Deste modo, um dos motivos que levou à rejeição do projeto europeu na sua fase inicial, entre 1950 e 1963, foi a resistência do Estado Britânico à modernização<sup>13</sup>.

O não envolvimento britânico no projeto europeu nos anos 50 é muitas vezes explicado pela tentativa de manter a Grã-Bretanha como um Estado imperial. Todavia esta era uma situação impossível de manter e os britânicos estavam cada vez mais dependentes dos Estados Unidos. A Crise do Suez, de 1956, veio representar precisamente essa dependência no momento em que os americanos ordenaram que os britânicos retirassem as suas tropas do Egito através de uma chantagem económica. Esta situação provocou, conseqüentemente, uma crise que levou à demissão do governo britânico de Anthony Eden. Com a ordem política britânica sob ameaça, o sucessor de Eden – Harold Macmillan – decide abrir negociações para a entrada na CEE, em 1961. Deste modo, a decisão de candidatura à CEE representou parte de uma estratégia cujo fim era assegurar objetivos geopolíticos no contexto de declínio e desintegração pós-imperial e fortalecer novas alianças estratégicas globais (Gifford, 2008, pp. 38–39).

A primeira candidatura à CEE pode ser lida, portanto, como uma consequência da Crise do Suez. Para além disso, como foi referido na secção 1.3, os EUA começavam a ver a CEE como um potencial aliado, os britânicos viam a possibilidade de emergir como terceira potência mundial dentro da CEE (estabelecendo uma ponte entre a CEE e os EUA) e os benefícios das relações comerciais com a Commonwealth tornavam-se incertos. Os custos com a defesa do Império eram cada vez maiores e traziam bastantes problemas económicos aos britânicos. A adesão à Comunidade era a melhor estratégia para que o país pudesse recuperar.

---

<sup>13</sup> Esta resistência à modernização está diretamente relacionada com a dificuldade em deixar para trás a fase imperial. Numa trajetória pós-imperial em que a Grã-Bretanha necessitava de se reconstruir como Estado-Nação, torna-se bastante difícil deixar para trás os ideais do Império e da política vivida no século XIX, apelidado 'o século de ouro' pelos historiadores ingleses.

Deste modo, a abertura de negociações trouxe para o debate europeu grupos eurocéticos que se opunham totalmente à integração europeia. Os ‘anti-europeus’<sup>14</sup> passaram a ter um alvo de oposição e rejeitaram totalmente a CEE e o envolvimento britânico nela. Todavia, esta fase inicial de negociações com a Comunidade não proporcionou grandes oportunidades aos céticos de se oporem à política do governo. O fracasso dos céticos em articular qualquer movimento de oposição ou alternativa à adesão à Comunidade e o débil estado da economia britânica deram a Macmillan e, posteriormente, a Harold Wilson, margem de manobra para poderem realizar candidaturas de adesão à CEE (Forster, 2002, pp. 12–13).

Apesar da fraca oposição por parte dos eurocéticos, as duas primeiras candidaturas à CEE foram vetadas pela França. No entanto, o período decorrido na década de 1960 serviu para a ascensão dos eurocéticos, que aprenderam a lutar e a defender em voz alta a questão europeia. Para além disso, elevaram a questão europeia para o domínio público, o que acabou por resultar em diversas formas de euroceticismo populista que apela à sociedade em massa. As lições retiradas da década de 60 pelos eurocéticos foram implementadas com sucesso nos anos seguintes.

Após dois anos de negociações, é em 1973 que a Grã-Bretanha entra na CEE sob o governo conservador de Edward Heath, que afirmou inclusive “we are parte of Europe, by geography, history, culture, tradition and civilization” (Heath (1973) citado em Gifford, 2008, p. 55). Deste modo, Heath queria colocar a Europa no centro da política externa britânica, acima da Commonwealth e da relação com os EUA, e estava bastante focado nos benefícios económicos e na presença da Grã-Bretanha na economia internacional proporcionada pela adesão à Comunidade. É neste contexto que surge uma grande divisão dentro do Partido Conservador já que o governo de Heath foi confrontado com uma forte oposição à entrada na CEE liderada por Enoch Powell.

Powell defendia que a entrada da Grã-Bretanha na CEE representava o fim da independência britânica conquistada nos séculos anteriores. Para além disso, a adesão representava ainda uma forte ameaça à soberania nacional e a aliança franco-germânica tornava-se numa preocupação cada vez maior tendo em conta a história da Alemanha na Europa. A grande lição aprendida pelos céticos na década anterior, tornou-os num grupo mais organizado, capaz e disposto a desafiar a unidade do Partido numa questão que consideravam ir além da lealdade e unidade partidária (Davis, 2017, pp. 9–10).

---

<sup>14</sup> Entenda-se por ‘anti-europeus’ os britânicos que eram totalmente contra a Europa mesmo antes da criação da CEE.

Deste modo, em 1975 os cétricos obtêm uma vitória importante ao conseguirem levar a questão europeia ao debate público e, assim, realizar o primeiro referendo sobre a permanência do Reino Unido na CEE, sob o governo trabalhista de Harold Wilson. Contudo, a maioria foi favorável à permanência na Comunidade o que representou uma grande derrota para os cétricos, como afirma Forster (2002) “However, the outcome was a major defeat for the sceptical cause, since the electorate voted by seventeen million to eight million in favour of membership” (Forster, 2002, p. 48). Esta pesada derrota levou os eurocéticos a mudar a sua estratégia: passariam a defender a mudança dentro da CEE uma vez que a questão da continuidade tinha ficado decidida (Usherwood, 2018b, pp. 554–556). O objetivo seria mudar o conteúdo e os detalhes da associação à Comunidade de modo a obter os maiores benefícios.

O debate sobre a questão europeia dividiu os dois principais partidos políticos britânicos e estendeu-se por todo o espectro político. Durante a campanha do referendo Conservadores e Trabalhistas uniram-se a favor da saída ou a favor da permanência. Os eurocéticos trabalharam arduamente para levarem a questão da filiação a referendo, contudo não souberam investir o suficiente sobre como o referendo poderia ser ganho e quais as estratégias a aplicar. Este período levou a uma mudança na atitude dos eurocéticos enfatizada com a subida de Margaret Thatcher ao governo em 1979.

O governo de Thatcher influenciou fortemente o euroceticismo na direita do espectro político, deixando também um legado bastante influente nos anos posteriores. Para Thatcher o liberalismo e as instituições europeias não eram compatíveis e o livre comércio implicava menos autoridade por parte das mesmas instituições (Fontana & Parsons, 2015, pp. 93–94). A soberania britânica tinha de ser afirmada perante tais instituições. O facto de Margaret Thatcher ter crescido durante a Segunda Guerra Mundial teve bastante influência no seu pensamento relativamente à Europa. Para ela, a Europa era um cenário de guerra e os britânicos eram aqueles que tinham resgatado o continente desse cenário. Assim, para além de eurocética, Thatcher possuía um forte sentimento nacionalista e antigermânico, espelhado num discurso populista que apelava ao povo através de mensagens simples que reafirmavam o excecionalismo britânico.

Foi durante o governo de Thatcher que se iniciou a segunda onda de integração, com a assinatura do Ato Único Europeu em 1986 e, posteriormente, com o Tratado de Maastricht, em 1992. O legado de Thatcher é, ainda hoje, bastante importante na conceção do euroceticismo britânico uma vez que influenciou a crescente vitalidade intelectual do euroceticismo dentro do Partido Conservador (Szczerbiak & Taggart, 2008, pp. 97–99). Todavia, a sua visão extremista sobre a Europa, claramente

espelhada no famoso discurso de Bruges em 1988, levou à sua demissão em 1990. No discurso de Bruges, através de uma abordagem fundamentalmente populista, Thatcher defendeu que a segunda onda de integração europeia ia contra o projeto de reafirmação de um Estado britânico distinto, soberano e independente, e contra uma economia de mercado livre (Gifford, 2006, pp. 863–864). Esta abordagem foi defendida mais tarde quando decorriam as negociações para a ratificação do Tratado de Maastricht.

Quando John Major substituiu Thatcher em 1990, a sua abordagem à questão europeia foi baseada numa tentativa de construir uma relação mais próxima com os parceiros europeus. Todavia, a chegada das “crianças de Thatcher”<sup>15</sup> (Fontana & Parsons, 2015, p. 97) à política britânica influenciou as negociações para a ratificação do Tratado de Maastricht. O governo de Major teve de enfrentar os rebeldes de Maastricht que eram mais leais à causa antieuropeia do que ao governo conservador. Assim, Major foi exposto a uma extensa mobilização populista de um movimento eurocético de direita que desafiava a legitimidade do governo. Este movimento defendia que a agenda de Maastricht aumentava o poder Alemão em vez de o conter, o que causava uma grande instabilidade na Europa e representava uma fonte de ameaça para a Grã-Bretanha (Gifford, 2006, pp. 862–863). A rebelião de Maastricht tornou o euroceticismo numa defesa vigorosa de uma Grã-Bretanha forte e excepcional alinhada com os seus interesses nacionais. Deste modo, “a ratificação do Tratado de Maastricht pelo primeiro-ministro John Major foi feita à custa da exceção para o Reino Unido do Capítulo Social, que determinava uma série de objetivos políticos sobre a melhoria das condições de vida e de trabalho nos países europeus” (Revista Visão, 2017)<sup>16</sup>.

Os eurocéticos de Maastricht obtiveram, assim, uma vitória importante que conduziu a relação UE-Reino Unido em termos de linhas vermelhas, ‘opt-outs’ e posições cada vez mais negativas de negociação em defesa do interesse nacional. Este período definiu o caráter de um euroceticismo contemporâneo crescente e muito mais claro e unido na defesa da identidade nacional e na oposição às políticas de integração europeia. Os eurocéticos conquistaram apoio dentro e fora do Parlamento britânico e isso foi fundamental para o seu futuro (Forster, 2002, pp. 2–3). A recusa em aderir à moeda única foi mais uma linha vermelha na história da relação britânica com a UE e mais uma vitória para os eurocéticos, mesmo sob um governo Trabalhista pró-UE. Posteriormente, o alargamento da UE em 2004, com o aumento da imigração e, conseqüentemente, da competição por trabalho inseguro, pouco qualificado e com

---

<sup>15</sup> Com esta expressão os autores fazem referência aos políticos influenciados por Thatcher e pela sua forte ideologia eurocética que começavam a chegar à política britânica no início dos anos 90. Para esta geração o conservadorismo significava seguir os passos de Thatcher (Fontana & Parsons, 2015).

<sup>16</sup> Notícia completa disponível em: <https://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2017-03-29-Reino-Unido-e-Europa-A-cronologia-de-uma-relacao-de-amor-odio/> (último acesso a 20 de março, 2020).

baixo nível salarial, e a crise financeira e económica da zona euro em 2008, representaram mais dois momentos chave no desenvolvimento do euroceticismo contemporâneo (Corbett, 2016, pp. 14–15).

Estes momentos conduziram a sociedade britânica a um apoio cada vez mais forte a um euroceticismo sustentado por ideais populistas e nacionalistas que defendem a soberania e a independência britânicas. Este apoio transparece na ascensão de partidos eurocéticos como o UKIP que, em 2004, elegeu 12 deputados para o Parlamento Europeu e em 2014 ganhou as eleições europeias com 27,5% dos votos nacionais (Corbett, 2016, p. 17). Tendo em conta que o UKIP é um partido que se opunha a qualquer tipo de integração europeia, que se baseava no euroceticismo ‘hard’ e que se apresentava totalmente contra a UE, o facto de ter conseguido eleger deputados para o Parlamento Europeu significa que o descontentamento com a UE pelo eleitorado era cada vez maior e cada vez mais visível.

Deste modo, o referendo de 2016 surge em nome da vontade britânica de divergir do projeto europeu e da integração europeia. Questões de imigração, soberania nacional, identidade nacional, são facilmente identificáveis no discurso favorável à saída do Reino Unido da UE. O *Brexit* surgiu da vontade de emancipação da UE, da vontade da independência e, talvez, da vontade de voltar no tempo e regressar a um império outrora perdido. Os benefícios e/ou as consequências e desvantagens da saída da União são ainda desconhecidas e o futuro da relação especial com os EUA – que os britânicos sempre prezaram e desejaram manter e fortalecer – é incerto, uma vez que fora da União a influência do Reino Unido é desconhecida, assim como o valor da sua aliança com os norte americanos. O Reino Unido permanecerá, certamente, como um ator influente nas Relações Internacionais, mas o seu futuro é ainda incerto, assim como o futuro do euroceticismo britânico que atingiu o seu maior objetivo – a saída da UE.

## Capítulo II: A Questão da Imigração

Nas últimas duas décadas o movimento de pessoas através das fronteiras nacionais aumentou em grandes proporções. De acordo com estimativas das Nações Unidas o stock mundial de imigrantes, em 1995, representava cerca de 2.8% da população mundial, enquanto que, em 2015, este mesmo stock representava 3.3% da população mundial, o que revelou um aumento de cerca de 161 milhões de pessoas para quase 244 milhões de pessoas (Alfano, Dustmann, & Frattini, 2016, p. 56). O desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação e a diminuição dos preços das viagens nas últimas décadas permitiu que os cidadãos pudessem sair dos seus países à procura de melhores condições de trabalho e de vida e ao acentuar desta tendência juntou-se, como é óbvio, o aumento de guerras civis e conflitos de vária natureza forçando muitas populações a fugirem do seu país de origem. Nessa medida, a migração forçada passou a ocupar uma parte cada vez maior da migração global, sendo que países mais desenvolvidos ou com uma situação política estável se tornam automaticamente destinos preferenciais (IOM, 2019, pp. 1–5).

Assim, a imigração passou a fazer parte do dia-a-dia de diversos países e o Reino Unido, com a sua economia pujante e um vasto mercado de trabalho, é um destino bastante ambicionado para os imigrantes que procuram melhores condições de vida. No entanto, é no Reino Unido que também se observa a maior antipatia pelos imigrantes, espelhada em atitudes e discursos anti-imigração. A imigração obteve ênfase na campanha a favor do *Brexit* e, aliada à questão da soberania britânica, colocou a adesão à UE entre a espada e a parede, pondo em causa se a permanência traria realmente benefícios para o Reino Unido.

O presente capítulo serve precisamente para analisar os fluxos migratórios para o Reino Unido; o impacto dos alargamentos da UE; a opinião pública dos britânicos em relação à questão migratória; e, por fim, o impacto da imigração na economia britânica de forma a perceber se, de facto, a imigração prejudica a economia do Reino Unido ou se, pelo contrário, a beneficia, tornando impercetível o sentimento anti-imigração generalizado pela população britânica<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Contudo, importa definir que um migrante é um indivíduo cujo país de nascimento e cuja nacionalidade é diferente do país de residência e, de acordo com as Nações Unidas, é alguém que se muda do seu país de residência habitual por um período mínimo de um ano para que o seu país de destino se torne, efetivamente, o seu país de residência habitual (IOM, 2020).

## 2.1 A politização da Imigração no Reino Unido

A imigração é um fenómeno bastante antigo que todos os Estados conhecem e presenciam diariamente. No caso particular do Reino Unido, a questão da imigração tomou, ao longo dos anos, proporções políticas que levaram o assunto ao debate público e que geraram diversos sentimentos e discursos anti-imigração. No entanto, importa notar que sempre existiram oponentes à imigração, mas estes não tinham força suficiente para levar o assunto a debate como vimos acontecer nos anos e meses que antecederam o referendo de 2016 sobre a saída do Reino Unido da UE.

Um dos principais objetivos do capítulo anterior foi a percepção de que o passado transforma o presente e influencia o futuro. Deste modo, a análise do Império Britânico torna-se essencial para a clarificação do euroceticismo britânico. Da mesma forma, a análise da importância dada à imigração no período que antecedeu o *Brexit* (e, principalmente, durante o período de campanha), deve ser contextualizada de acordo com uma breve investigação dos antepassados britânicos a respeito da imigração.

O Reino Unido é um país que experienciou durante alguns séculos diversas vagas de emigração, existindo inclusive estimativas de que entre 1600 e 1950 cerca de cinco milhões de britânicos tenham abandonado o país (Adam, 2020, p. 238). Todavia, após a Segunda Guerra Mundial esta tendência inverteu-se e os níveis de imigração começaram a aumentar. Esta vaga de imigração vinda do pós-guerra era vista como essencial e necessária para a reconstrução e desenvolvimento do país, sendo que o Reino Unido, em meados dos anos 1960, começou a recrutar estrangeiros como trabalhadores industriais, fundamentais para ajudar as indústrias têxteis em dificuldades (Adam, 2020, pp. 238–239).

Este fluxo de imigrantes era maioritariamente constituído por cidadãos da Commonwealth e do Império Britânico que, devido ao *British Nationality Act* de 1948, possuíam o estatuto legal de súbdito britânico - embora os domínios do Império tivessem adquirido cidadanias separadas (BBC News, 2013)<sup>18</sup>. Contudo, na década de 1960, surgem os primeiros confrontos que levaram o tema da imigração a debate. O deputado conservador Enoch Powell, no seu famoso discurso “Rivers of blood” proferido em 1968, colocou na linha da frente um debate nacional onde os temas centrais eram relativos à imigração, à integração dos imigrantes e às relações raciais (Ryan, 2019, pp. 7–8; Savage, 2018)<sup>19</sup>. É deste modo que, em 1971, surge o *Immigration*

---

<sup>18</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-24463873> (último acesso a 5 de junho, 2020).

<sup>19</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/14/enoch-powell-rivers-blood-legacy-wolverhampton> (último acesso a 5 de junho, 2020).

*Act*, onde o governo Conservador de Edward Heath retira aos cidadãos da Commonwealth o seu direito de permanecer no Reino Unido com o status comum de britânicos, fazendo-os enfrentar as mesmas restrições que os imigrantes vindos de outros países (The National Archives, n.d.)<sup>20</sup>. Esta nova lei de imigração reforçou o controlo nas fronteiras e apenas permitiu que os cidadãos permanecessem no Reino Unido depois de viverem e trabalharem no país por um período mínimo de um ano (BBC News, 2013; The National Archives, n.d.).

Em 1973 o Reino Unido aderiu à CEE e dois anos depois o governo realizou o primeiro referendo sobre a permanência do país na Comunidade. Contudo, a imigração não foi tema de debate no referendo de 1975. Com a economia britânica em estado crítico os trabalhadores estrangeiros eram poucos e essenciais para o funcionamento de diversos setores da economia britânica (Adam, 2020, p. 238). De acordo com o *Office for National Statistics* (2016), foi apenas a partir da década de 90 que o Reino Unido experienciou uma entrada de imigrantes no país em larga escala (Office for National Statistics, 2016).

Com a implementação do Tratado de Maastricht, em 1992, a ideia de uma cidadania europeia ganhou forma jurídica e foi estabelecido o direito de livre circulação e de permanência em qualquer país da UE de qualquer nacional de um Estado-Membro (Camisão & Lobo-Fernandes, 2005, pp. 83–85). Mesmo antes de Maastricht, a assinatura do Acordo de Schengen em 1990, tinha como objetivo a criação “de um espaço totalmente sem fronteiras entre os signatários” que representou “mais um passo no sentido de eliminar as barreiras internas à livre circulação de pessoas” (Camisão & Lobo-Fernandes, 2005, p. 88). Todavia, o Reino Unido não foi um dos Estados signatários deste acordo, o que demonstra desde logo a sua relutância em abrir fronteiras a cidadãos de outros países. Não obstante, ao fazer parte da UE, os britânicos nada podiam fazer para limitar o acesso aos cidadãos de outros Estados-membros da UE e a evolução dos meios de comunicação, de transporte e das companhias aéreas, associado à redução de custos na realização de viagens, fez disparar o número de imigrantes (Adam, 2020, pp. 239–240).

É neste contexto de livre circulação entre os Estados-membros da UE que o Reino Unido começa a ter dificuldades peculiares em lidar com a questão da imigração. Apesar de a maioria dos imigrantes no Reino Unido ser de países não pertencentes à União, o alargamento a dez novos países da Europa Central e Oriental, em 2004, e a

---

<sup>20</sup> Texto completo disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/commonwealth-immigration-control-legislation.htm> (último acesso a 5 de junho, 2020).

decisão do governo britânico de abrir o mercado de trabalho aos cidadãos destes países trouxe diversas consequências para a economia e sociedade britânicas, como será possível observar adiante. Nesta medida, torna-se essencial revisitar o processo de alargamento para compreender o fenómeno migratório bem como a sua politização, ou seja, a sua transformação num assunto político central quer do debate público britânico, quer da própria agenda eurocética.

### **2.1.1 O Alargamento da União Europeia – de 2004 a 2014**

Após a queda do muro de Berlim e do colapso da União Soviética surge, em 1997, uma proposta de alargamento da UE lançada pelo Conselho Europeu, cujo objetivo primário era a reunificação do continente Europeu (De Munter, 2019)<sup>21</sup>. As negociações entre os quinze Estados-membros da UE, doravante UE-15, e os futuros dez membros terminaram no Conselho de Copenhaga, em dezembro de 2002, (Dustmann, Casanova, Fertig, Preston, & Schmid, 2003, p. 11) e em 2004 os dez países da Europa Central e Oriental passaram a fazer parte da UE<sup>22</sup>.

A entrada destes novos Estados-membros foi acompanhada por um período transitório em que os UE-15 podiam impor restrições<sup>23</sup> no acesso ao mercado de trabalho, ou seja, podiam impor restrições à imigração. Com a imposição destas restrições os novos Estados-membros enfrentavam as mesmas barreiras à imigração que encontravam antes do alargamento da União (Barrell, FitzGerald, & Riley, 2007, pp. 1–3). De entre os quinze Estados-membros pertencentes à UE em 2004, apenas três – Irlanda, Suécia e Reino Unido - optaram por não adotar qualquer tipo de restrição aos cidadãos dos novos Estados-membros (Barrell et al., 2007, pp. 1–3; Dustmann et al., 2003, p. 12).

O Reino Unido foi, desde sempre, um grande apoiante do alargamento da UE, tendo plena consciência de que este alargamento iria resultar na estabilidade do continente Europeu e traria mais prosperidade e integração económica (HM Government, 2014, pp. 18–20). Tendo em conta os benefícios estratégicos<sup>24</sup> que os

---

<sup>21</sup> Disponível no site oficial do Parlamento Europeu: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/167/o-alargamento-da-uniao> (último acesso a 6 de junho, 2020).

<sup>22</sup> Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia foram os dez novos Estados-membros que entraram para a União Europeia em 2004 (De Munter, 2019).

<sup>23</sup> Os limites à livre circulação aos novos Estados-membros podem ser impostos por um período máximo de sete anos e devem ser revistos dois e cinco anos após a adesão (Dustmann et al., 2003, p. 12).

<sup>24</sup> Importa realçar a preocupação britânica apenas com os benefícios económicos e estratégicos que o alargamento iria trazer ao Reino Unido. Com uma postura egocêntrica, o apoio do Reino Unido ao

britânicos observavam como resultado do alargamento – segurança, prosperidade e influência -, o seu apoio ao mesmo tornou-se vital. Em termos securitários, o governo britânico acreditava que o alargamento conseguiria ajudar na consolidação da estabilidade e da democracia em toda a Europa. Já em termos de prosperidade e desenvolvimento económico, o alargamento traria benefícios claros para o Reino Unido através do aumento do Mercado Único (o que iria, conseqüentemente, resultar no aumento das oportunidades de negócio e de comércio). Por último, mas não menos importante, o governo britânico estava convencido de que o alargamento da União forneceria ao Reino Unido uma oportunidade histórica para promover a mudança nos novos Estados-membros através de ferramentas eficazes na promoção da cooperação, do progresso tecnológico e na liberalização da economia (HM Government, 2014, pp. 20–21). Deste modo, sucessivos alargamentos, apoiados pelo governo do Reino Unido, iriam resultar num ganho inigualável de influência daquela que é provavelmente a economia mais liberalizada dentro da UE, por trazer ao chamado ‘modelo social Europeu’ de raiz continental um forte apporto neoliberal mais favorável às exportações britânicas e aos interesses económicos deste gigante regional.

Contudo, no meio de diversos benefícios relativos ao alargamento, a decisão do governo trabalhista de Tony Blair de não impor restrições à livre circulação dos cidadãos dos novos Estados-membros e de lhes abrir a porta ao mercado de trabalho britânico trouxe alguns impactos desvantajosos. Estes impactos negativos foram principalmente ligados à questão migratória, que passou a ser um assunto saliente no debate britânico. Das restrições impostas pelos restantes Estados-membros o resultado refletiu-se na troca do destino dos imigrantes, ou seja, imigrantes cujo país de destino era a Alemanha ou a Áustria, por exemplo, acabaram por desviar a sua rota para um destes três países onde as políticas migratórias eram mais liberais (Barrell et al., 2007, pp. 1–3).

Uma política de imigração mais liberal associada a um baixo nível de desemprego e a uma economia crescente tornou o Reino Unido num dos países mais atrativos, se não mesmo o mais atrativo, para os imigrantes provenientes deste alargamento. O efeito do alargamento fez-se notar no Reino Unido através do crescente número de imigrantes, que foi muito maior do que o que fora previsto pelo governo de Blair (M. J. Goodwin & Ford, 2017, pp. 20–21). Tal como referem Ford e Goodwin

---

alargamento de 2004 baseia-se exclusivamente na obtenção e concretização de benefícios e interesses próprios. Aliado a estes benefícios está ainda o aumento de influência do país no seio da União.

(2017), o saldo migratório<sup>25</sup> aumentou de 48 000 para 268 000 entre 1997 e 2004. Este aumento teve repercussões na opinião pública e gerou uma preocupação gradual com a imigração. Os mesmos autores referem que a parcela de eleitores que considerou a imigração como uma das questões mais importantes para o Reino Unido aumentou de menos de 3%, no início de 1997, para cerca de 30% em 2003, mesmo ainda antes do alargamento, mas já depois da decisão do governo de Blair de abrir portas aos cidadãos dos novos Estados-membros (M. J. Goodwin & Ford, 2017, p. 21).

Posteriormente, em 2007, mantendo o mesmo objetivo da política de alargamento<sup>26</sup>, a Roménia e a Bulgária passaram a fazer parte da UE. Contudo, e de acordo com as repercussões a nível migratório do alargamento de 2004, o governo trabalhista de Blair, optou por impor restrições transitórias a estes dois países que só foram levantadas em 2014. Todavia, durante este período (2007-2014), o surgimento da crise económica de 2008 levou a que o Reino Unido registasse um aumento da emigração como consequência da crise e do aumento do desemprego no país (Office for National Statistics, 2016). Não obstante, a crise económica não resultou numa diminuição drástica da imigração para o Reino Unido. Segundo o *Office for National Statistics*, em 2007 foram registadas 574 000 entradas e 341 000 saídas, em 2008 foram registadas 590 000 entradas e 427 000 saídas e em 2009 foram registadas 567 000 entradas e 368 000 saídas (Office for National Statistics, 2016). Os números relativos à imigração continuaram a aumentar e em 2014, com o levantamento das restrições colocadas aos dois novos Estados-membros, o Reino Unido voltou a registar um grande aumento no número de imigrantes que chegou ao país.

Em suma, é notável que os sucessivos alargamentos da UE resultaram num aumento significativo do número de imigrantes no Reino Unido. Se em 2004 o número de cidadãos da UE no Reino Unido era cerca de 1,1 milhão, em 2012 este número subiu para aproximadamente 2,3 milhões (HM Government, 2014, p. 77). Contudo, é importante ter em conta que o número de imigrantes no Reino Unido não é apenas proveniente da UE. Pelo contrário, os cidadãos não pertencentes à UE representam uma parcela ligeiramente maior da imigração no Reino Unido<sup>27</sup>, como é possível

---

<sup>25</sup> O saldo migratório (em inglês *net migration*) apresenta-se como a diferença entre imigração e emigração, ou seja, é o número de pessoas que se mudam para um país em particular, menos o número de pessoas que saem desse país para passarem a residir noutro lugar (Sturge, 2020, pp. 6–7).

<sup>26</sup> De acordo com o site online do Parlamento Europeu, “A política de alargamento da UE pretende unir os países europeus sob a égide de um projeto político e económico comum” e “tem demonstrado ser um dos instrumentos mais bem-sucedidos na promoção de reformas políticas, económicas e sociais e na consolidação da paz, da estabilidade e da democracia a nível do continente”. (De Munter, 2019)

<sup>27</sup> Todavia, a diferença entre imigrantes vindos da UE e de fora da UE começou a ser cada vez menor, uma vez que, enquanto membro da UE, o Reino Unido não podia colocar restrições à imigração devido ao direito de livre circulação de pessoas.

observar nas figuras 1 (Office for National Statistics, 2016) e 2 (The Migration Observatory, 2019).

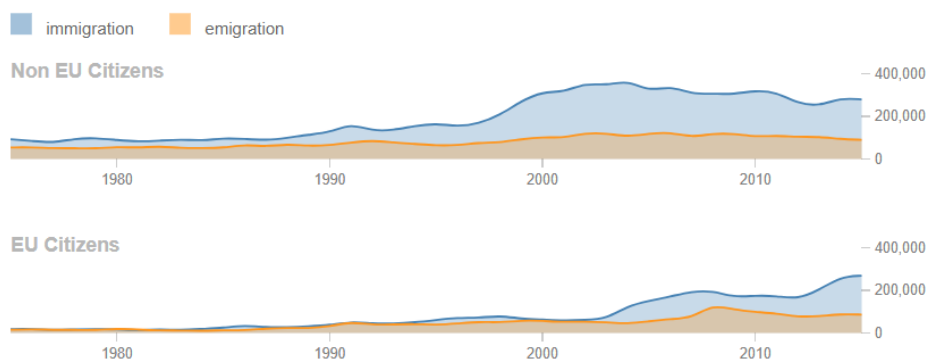


Figura 1 – Migração Internacional de Longo Prazo de e para o Reino Unido de cidadãos não pertencentes e pertencentes à UE, 1975-2015  
Fonte: Office for National Statistics, 2016

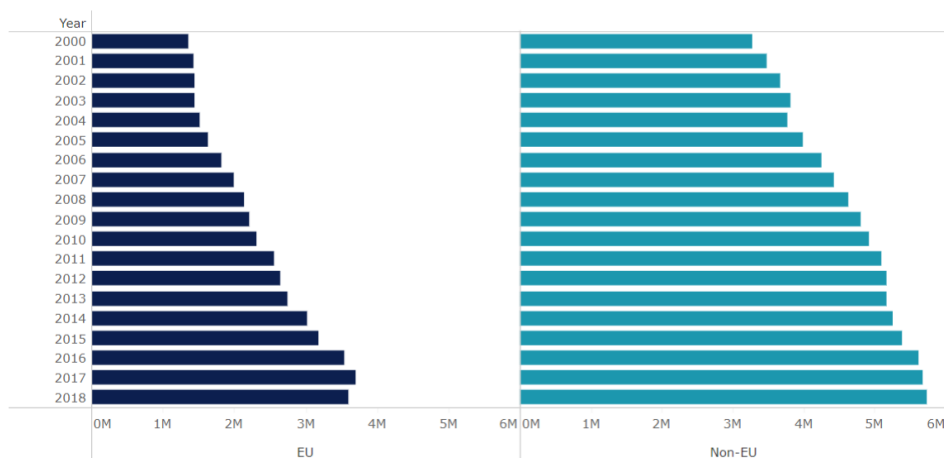


Figura 2 – Migrantes Nascidos na UE e fora da UE que vivem no Reino Unido, 2000-2018  
Fonte: The Migration Observatory, 2019

Todavia, o problema enfrentado pelo governo britânico foi a falta de ferramentas de controlo sobre a imigração de cidadãos da UE. Se por um lado os cidadãos fora da UE são submetidos a controlos rigorosos e não têm livre acesso nas fronteiras britânicas, por outro lado, os cidadãos da UE têm direito à livre circulação

Em 2002 a proporção de imigrantes fora da UE no Reino Unido era de 69% em relação à totalidade dos imigrantes. Já em 2015, os cidadãos fora da UE representavam 44% de todos os imigrantes no Reino Unido (Office for National Statistics, 2016). Ainda assim, o número de imigrantes fora da UE que vivem no Reino Unido continua a ser superior ao número de imigrantes da UE, como é possível observar na figura 2.

por todos os Estados-membros, algo que o governo do Reino Unido não era capaz de contornar. É neste contexto que a permanência do Reino Unido na União começa a ser vista como um obstáculo fundamental à redução dos fluxos migratórios e, conseqüentemente, os méritos e benefícios da continuidade da adesão à UE começam a ser questionados (M. J. Goodwin & Ford, 2017, pp. 21–22).

### **2.1.2 A Imigração e o Referendo para o *Brexit*: 2015-2016**

A crescente imigração para o Reino Unido fez-se acompanhar, principalmente a partir de 2004, de uma preocupação pública constante, forte e persistente e também por uma procura desenfreada por maior controlo dos fluxos de entrada de cidadãos estrangeiros no país. O fracasso de sucessivos governos em atenuar esta preocupação pública através de políticas para limitar ou restringir a imigração desencadeou uma falta de confiança por parte dos eleitores nos dois principais partidos do sistema político britânico (Evans & Mellon, 2019, pp. 81–83; M. J. Goodwin & Ford, 2017, pp. 21–22).

Esta falta de confiança deriva de promessas não cumpridas e da impossibilidade de cumprir determinadas promessas. O uso deste pequeno trocadilho encontra um bom exemplo na promessa feita por David Cameron – na altura líder do Partido Conservador - antes das eleições gerais de 2010. Apelando diretamente aos eleitores ansiosos com a questão migratória no Reino Unido, Cameron comprometeu-se a reduzir o saldo migratório “from the hundreds of thousands back down to the tens of thousands” (Ford & Heath, 2013, p. 2; M. J. Goodwin & Ford, 2017, p. 22; Sturge, 2020, p. 11). Durante todo o governo de coligação entre os Conservadores e os Liberais Democratas (2010-2015), a promessa de Cameron foi bastante difícil de cumprir. Se por um lado o governo foi capaz de restringir a imigração vinda de países fora da UE<sup>28</sup>, a imigração por cidadãos da UE foi continuamente compensando os esforços feitos na redução da imigração para o Reino Unido. Todavia, como é possível observar na figura 3<sup>29</sup> (Sturge, 2020, p. 12), o objetivo do governo britânico, e a promessa feita por David Cameron, não foram cumpridos e o saldo migratório permaneceu acima das centenas de milhares<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Apesar de a intensa atividade política e de fiscalização a partir de 2010 ter provocado uma queda inicial nos fluxos migratórios, o governo do Reino Unido, como foi outrora referido, não tinha poder para controlar a imigração vinda dos Estados-membros da União Europeia (Ford & Heath, 2013, pp. 1–2).

<sup>29</sup> Importa notar que apesar de a figura apresentar dados até ao ano 2019, para efeito da presente dissertação serão apenas considerados os dados até ao ano 2016.

<sup>30</sup> Theresa May, após ocupar o lugar deixado por David Cameron como consequência do resultado do referendo para a saída do Reino Unido da UE, manteve a mesma perspetiva que o seu antecessor. May permanecia firme na sua

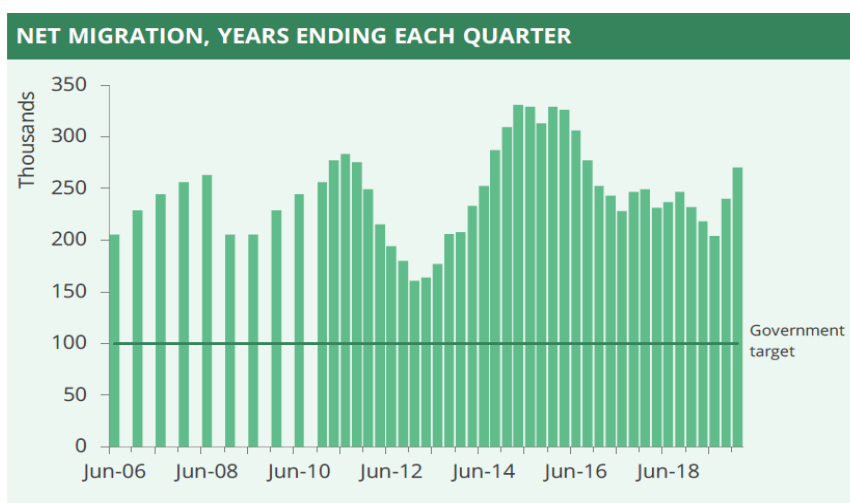


Figura 3 – Saldo Migratório, Ano Terminado em cada Trimestre, 2006-2018  
 Fonte: Sturge, 2020

Posteriormente, o levantamento das restrições impostas à Roménia e à Bulgária, após sete anos de adesão à UE, permitiu que os cidadãos destes países pudessem imigrar para o Reino Unido, o que levou a um novo aumento da imigração. Nas figuras 4 (Office for National Statistics, 2017) e 5 (Sturge, 2020, p. 13) é evidente o aumento da mobilidade europeia não só após o alargamento de 2004 como também após o levantamento das restrições aos dois países referidos anteriormente, em 2014. Para além disso, é também evidente o aumento da mobilidade europeia após a decisão de realização do referendo para a saída do Reino Unido da União em 2015 e até à efetiva realização do mesmo. Importa notar que na figura 4 é observável uma diminuição da imigração dos cidadãos fora da UE como resultado das medidas propostas pelo governo britânico a partir de 2010, com o objetivo de reduzir o saldo migratório<sup>31</sup>.

A imigração no Reino Unido apresenta-se como uma questão bastante controversa. Enquanto alguns defendem os benefícios económicos e culturais que enriquecem a sociedade britânica, a grande maioria vê a questão migratória como uma ameaça à identidade nacional. Mas a ênfase desta problemática reside, principalmente, no controlo das fronteiras associado à perda de soberania trazida pela adesão à UE. Isto é, a generalidade dos britânicos considera a livre circulação de pessoas na UE como

crença e defendia que “we need to bring net migration down to sustainable levels, and the Government believe that that means tens of thousands” (Sturge, 2020, p. 11).

<sup>31</sup> Informações adicionais sobre as medidas implementadas pelo governo de coalização entre 2010-2015 podem ser encontradas no artigo “Immigration: A Nation Divided?” (Ford & Heath, 2013, p. 2).

uma violação da soberania britânica (Bethencourt, 2016)<sup>32</sup>. Foi precisamente neste contexto que a incapacidade do governo em reduzir os fluxos migratórios passou a traduzir-se numa desconfiança em relação à UE, o que desencadeou, de certo modo, a realização do referendo para o *Brexit*.

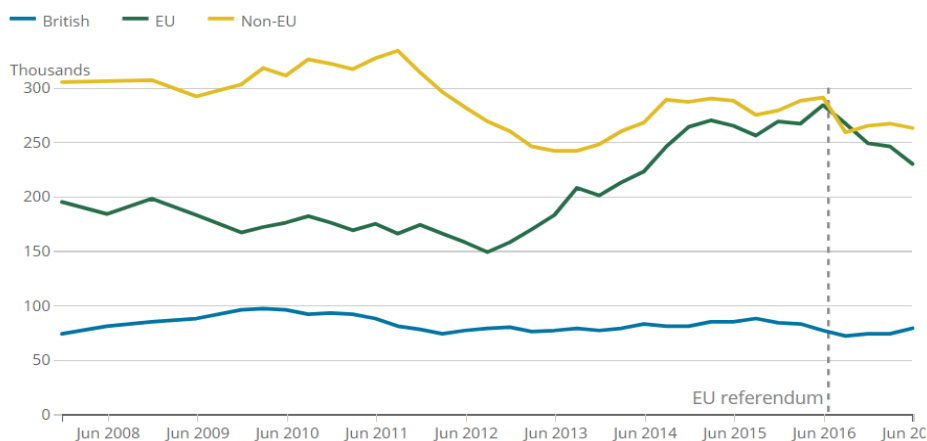


Figura 4 – Imigração para o Reino Unido por nacionalidade, 2007-2017  
Fonte: Office for National Statistics, 2017

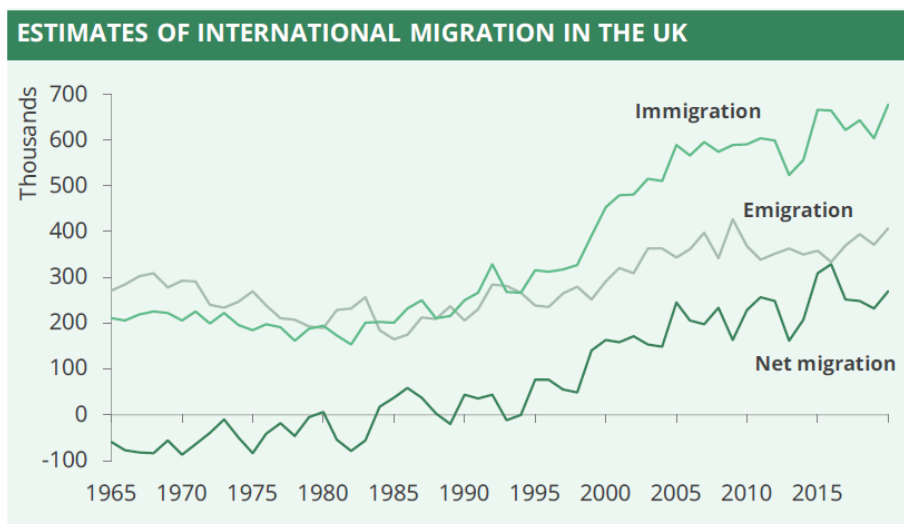


Figura 5 – Estimativa da Migração Internacional no Reino Unido, 1965-2015  
Fonte: Sturge, 2020

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/06/21/mundo/opinia0/brexit-e-imigracao-1735823> (último acesso a 19 de junho, 2020).

A falta de controlo da imigração oriunda da UE fez com que estas populações se tornassem cada vez mais salientes no mapa demográfico britânico e fez transparecer a imagem de um governo impotente, complacente ou até submisso às regras estabelecidas em Bruxelas. As preocupações públicas, desencadeadas a partir de 2004 com a imigração, resultaram no aumento do apoio ao UKIP, que começou a ganhar terreno no espectro político, por ser o único ocupante do polo anti-UE e anti-imigração, atraindo a atenção não só dos eleitores como também dos partidos da oposição (Evans & Mellon, 2019, pp. 82–83), como será analisado no próximo capítulo.

## 2.2 A Opinião Pública Britânica e a ‘questão’ da Imigração

A análise dos dados apresentados relativamente à imigração no Reino Unido deixa desde logo uma questão pendente: qual a opinião dos britânicos em relação à imigração? Será a opinião pública britânica favorável ou contra o aumento da imigração no Reino Unido? É com base nestas duas questões que a presente secção pretende analisar qual o impacto da imigração na opinião pública britânica de forma a tornar perceptível qual a sua influência no referendo do *Brexit*.

Como foi anteriormente referido, a preocupação pública relativamente à questão migratória subiu de cerca de 3% em 1997 para cerca de 30% em 2003 (M. J. Goodwin & Ford, 2017, p. 11). Tendo em conta o aumento da imigração aquando do alargamento da UE em 2004, é possível afirmar que a preocupação pública com a imigração é uma variável que se encontra diretamente relacionada com o aumento da imigração no Reino Unido. Contudo, até ao final dos anos 90 a preocupação pública com a imigração atingiu níveis relativamente baixos e só a partir dos anos 1999/2000 é que se observou um aumento dramático na preocupação do público com as questões de imigração (Duffy & Frere-Smith, 2014, p. 8; Rolfe, Ahlstrom-Vij, Hudson-Sharp, & Runge, 2018, p. 16). Antes do ano 2000 a imigração e as relações raciais raramente eram mencionadas como um dos assuntos mais importantes enfrentados pelo país e mesmo no ano 1999 menos de 5% dos inquiridos de um estudo realizado pela IPSOS Mori mencionaram esta questão (Blinder & Allen, 2016, pp. 2–3).

A relação das variáveis referidas no parágrafo anterior – a preocupação pública com a imigração e o aumento da mesma – pode verificar-se na figura 6 (Rolfe et al., 2018, p. 15), onde é possível observar que o aumento da preocupação pública está relacionado com o aumento do saldo migratório. Do mesmo modo, é evidente que a oscilação do saldo migratório, que leva a um número ascendente de imigrantes, é importante para a definição da imigração como um dos principais problemas que o Reino Unido enfrenta.

É ainda possível observar na figura 6 que a saliência da questão migratória diminuiu durante o período da crise económica, onde a principal preocupação dos britânicos era a economia. Com a recuperação económica do Reino Unido, a imigração voltou a ser uma questão de grande importância para os britânicos. Se em janeiro de 2012 20% da população britânica estava preocupada com a imigração, em agosto de 2013 este número aumentou para 38%. No mesmo período temporal a preocupação com a economia diminuiu de 60% para 43%, respetivamente (Duffy & Frere-Smith, 2014, pp. 8–9).

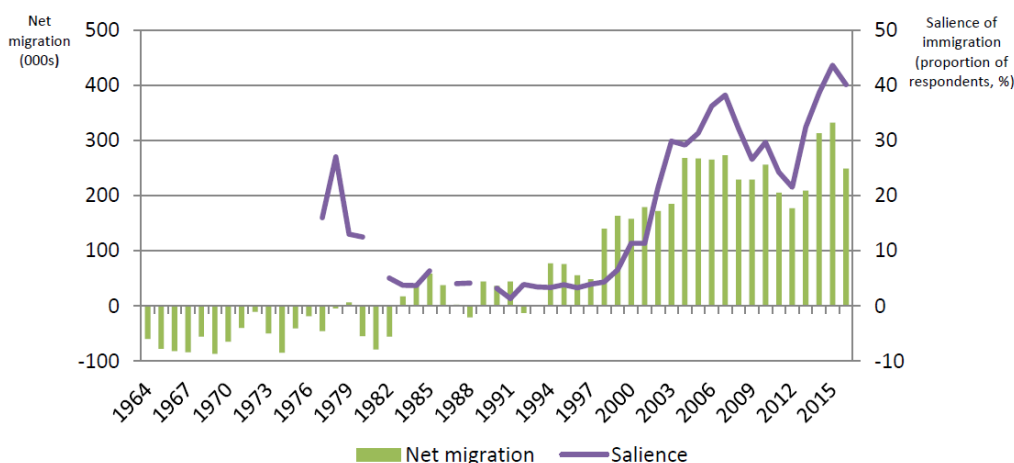


Figura 6 – Saldo Migratório e Proporção de Entrevistados que vê a Imigração como uma das maiores preocupações que o Reino Unido enfrenta.

Fonte: Rolfe, et al., 2018

A imigração é frequentemente apresentada e definida como um fenómeno que levou a mudanças muito rápidas e inesperadas, que resultaram numa incerteza generalizada por parte dos cidadãos britânicos (Saran, 2009, pp. 2–3). Esta incerteza resulta, muitas vezes, de mudanças demográficas muito repentinas que destabilizam e ameaçam o senso de identidade nacional, que no Reino Unido é bastante profundo entre todos os cidadãos. Deste modo, é observável que em áreas onde já existia uma diversidade cultural e étnica muito grande, como por exemplo em Londres, esta mudança demográfica não destabiliza os cidadãos, enquanto que em áreas onde as comunidades observaram um grande e repentino aumento de população estrangeira surgiu um sentimento anti-imigração generalizado por toda a comunidade (M. Goodwin & Milazzo, 2017, pp. 452–453).

Para além desta mudança demográfica nas comunidades, outra característica frequentemente encontrada nas atitudes públicas britânicas em relação à imigração está de acordo com o tipo de imigrantes. Segundo Ford (2011), os britânicos são mais tolerantes com os migrantes brancos e cuja cultura é semelhante à sua própria cultura.

Deste modo, Ford (2011) demonstra que a imigração vinda da Europa Ocidental não foi alvo de grande debate a nível nacional, ao passo que a abertura das fronteiras aos países da Europa Central e Oriental, em 2004, gerou diversas controvérsias nas atitudes britânicas em relação à imigração vinda destes países (Ford, 2011, pp. 1017–1020). A diferença cultural percebida nos migrantes criou, nos britânicos, uma ameaça à sua identidade nacional e à sua unidade cultural o que gerou desconfiança em relação aos mesmos e um forte sentimento anti-imigração.

Esta ameaça é principalmente sentida entre os cidadãos conservadores<sup>33</sup>, mais idosos, com um nível educacional mais baixo e que vivem em comunidades onde os níveis de imigração são mais baixos (IPSOS Mori, 2015; Page, 2009, p. 1). Estes cidadãos encontram-se, ainda, presos ao ideal do Império Britânico e por isso encontram na imigração e, principalmente na livre circulação dos cidadãos da UE, uma ameaça à soberania do Reino Unido, sujeita às diretrizes de Bruxelas. Pelo contrário, cidadãos mais jovens, com um nível educacional mais elevado e que vivem em áreas com um largo histórico de imigração tendem a ser mais tolerantes e a aceitar mais facilmente o aumento crescente da imigração, como demonstra a figura 7 (IPSOS Mori, 2015).

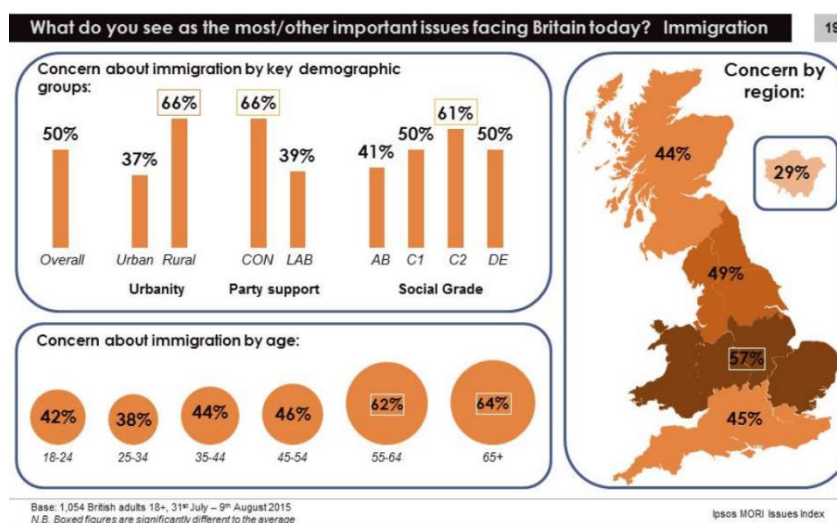


Figura 7 – Preocupação com a Imigração no Reino Unido por subgrupos (grupos demográficos, região e idade)  
Fonte: IPSOS Mori, 2015

<sup>33</sup> De acordo com os dados da IPSOS Mori (2015) a preocupação com a imigração aumenta bastante entre os cidadãos apoiantes do Partido Conservador (66%), 64% dos quais possuem idade igual ou superior a 65 anos. No que respeita aos apoiantes do Partido Trabalhista, uma percentagem de 41% possui uma elevada preocupação com a imigração, entre os quais 38% com idade igual ou superior a 65 anos. (IPSOS Mori, 2015).

As visões dos britânicos sobre a imigração são bastante divididas e dois dos fatores-chave associados às atitudes sobre a imigração são a classe social e a educação. Ford e Heath (2013) demonstram que os cidadãos economicamente mais seguros e com um nível educacional mais elevado tendem a ser mais positivos em relação à imigração e ao seu impacto cultural e económico. No que respeita à educação observa-se uma diferença significativa, com 60% dos graduados com visões positivas sobre o impacto cultural e económico da imigração, enquanto apenas 17% daqueles que não possuem qualquer tipo de qualificação partilham da mesma opinião (Ford & Heath, 2013, pp. 3–4). Assim, em termos educacionais encontra-se uma relação fortemente positiva entre visões pró-imigração e níveis educacionais elevados, onde a probabilidade de expressão de preconceito ou discriminação contra imigrantes ou minorias étnicas é bastante reduzida (Rolfe et al., 2018, pp. 18–19).

No entanto, observa-se no Reino Unido uma saliência significativa das visões anti-imigração, impulsionadas não só pela ameaça cultural percebida, como também pela ameaça económica. A crescente preocupação com a imigração no Reino Unido pode ser analisada nas figuras 8 e 9 (IPSOS Mori, 2015, 2017). Nestas duas figuras é observável que, em 2015, mais de metade do público britânico considerava a imigração como um dos problemas mais importantes enfrentado pelo Reino Unido, sendo que destes 50%, 32% acreditava que a imigração era a principal questão enfrentada pelo país. Como é possível observar através das referidas figuras, a preocupação com a imigração atingiu o seu pico no ano de 2015 e Bobby Duffy (2015), diretor administrativo do Instituto de Pesquisa Social IPSOS Mori, refere mesmo que “We have never seen concern about immigration this high, and when one single issue reaches 50% it tends to signify that the public perceives that is something which needs to be addressed urgently”<sup>34</sup> (Duffy (2015) citado em IPSOS Mori, 2015). Importa ainda notar que, segundo Ford e Heath (2013) num estudo do *British Social Attitudes*, 77% dos inquiridos queria uma redução na imigração, com 56% a querer uma redução severa da mesma (Ford & Heath, 2013, pp. 2–3). Estes resultados eram semelhantes em 2008 (Blinder & Allen, 2016, pp. 3–4), o que demonstra que a preocupação pública britânica com a imigração não é um assunto novo, embora tenha aumentado dramaticamente.

---

<sup>34</sup> A citação desta afirmação de Bobby Duffy pretende demonstrar o uso da imigração como justificação não só para a convocatória do referendo, como também para o resultado favorável ao *Brexit*.

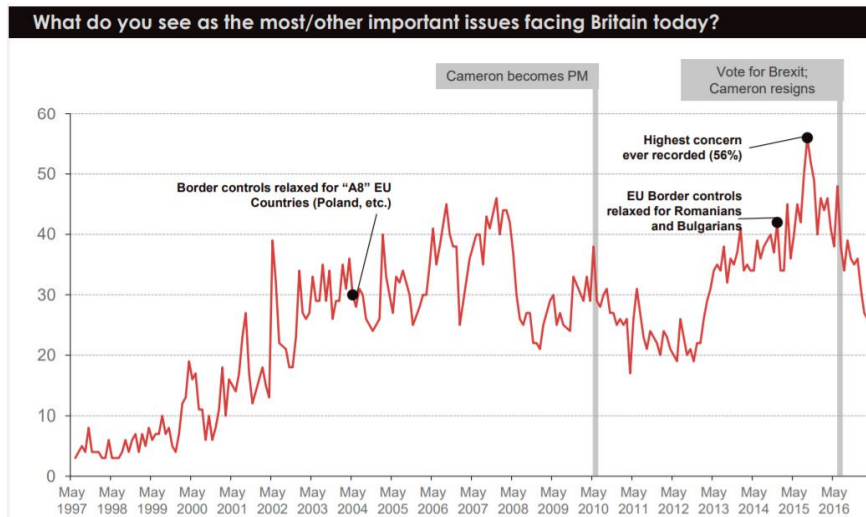


Figura 8 – Imigração como um dos assuntos mais importantes enfrentado pelo Reino Unido  
 Fonte: IPSOS Mori, 2017

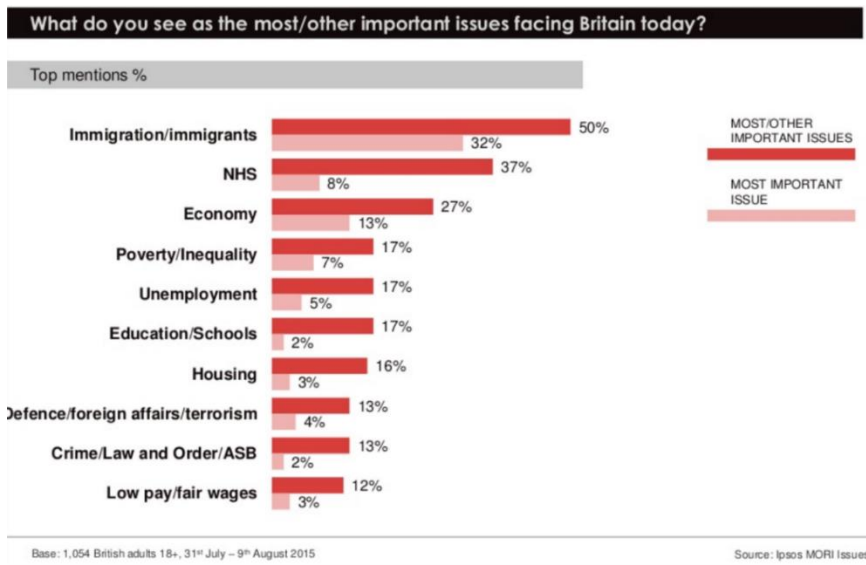


Figura 9 – Imigração como um dos assuntos mais importantes ou como o assunto mais importante enfrentado pelo Reino Unido  
 Fonte: IPSOS Mori, 2015

Mas uma questão que fica pendente é a dos motivos pelos quais os britânicos tendem a ter uma visão tão negativa da imigração. Esta visão manifesta-se na percepção da imigração como uma ameaça a questões culturais e económicas. A nível cultural os cidadãos britânicos consideram que a imigração ameaça a identidade nacional, a religião, as crenças e os valores. Já a nível económico, a ameaça percebida pelos cidadãos britânicos está principalmente relacionada com a perda de empregos, com a descida de salários e com o acesso dos migrantes aos benefícios sociais (Rolfe et al., 2018, pp. 20–22). De acordo com Ford e Heath (2013), ambos os impactos percebidos da imigração na economia e na cultura do Reino Unido são negativos, sendo que 47%

da população acredita que a imigração teve um impacto negativo na economia britânica e 45% crê que a imigração enfraqueceu a cultura britânica (Blinder & Allen, 2016, pp. 8–9; Ford & Heath, 2013, pp. 3–4).

Todavia, como será explicitado na subsecção 2.3.1, a imigração é benéfica para a economia do Reino Unido. Neste sentido, pode dizer-se que a opinião negativa dos britânicos em relação à imigração, no que à questão económica diz respeito, é vista por uma lente de senso comum, isto é, os cidadãos dão pouca ou nenhuma importância às evidências estatísticas e dão mais credibilidade às informações transmitidas pelos média. O vínculo existente entre a imigração, a cobertura dos média e a preocupação pública é impressionantemente forte (Evans & Mellon, 2019, pp. 80–81). Deste modo, é possível retirar a conclusão de que as preocupações do público sobre a imigração são mediadas e influenciadas pelos média e pelo discurso populista de líderes políticos e figuras influentes e não resultam da observação de evidências estatísticas que realmente demonstram quais os benefícios e malefícios da imigração no Reino Unido.

### **2.2.1 A Imigração e a Economia do Reino Unido**

A imigração de trabalhadores para além das fronteiras dos seus países de origem é impulsionada por fatores de procura e oferta, não só de trabalho como também de melhores condições de vida. Numa economia mundial cada vez mais globalizada, como é o caso do Reino Unido, a competitividade das indústrias nacionais também depende da sua importante capacidade de recorrer a conjuntos de habilidades e qualificações de entre os cidadãos de todo o mundo (Alfano et al., 2016, p. 74). É precisamente neste contexto de uma economia forte e desenvolvida que os migrantes se tornam importantes na medida em que ajudam a impulsionar o crescimento económico, como será possível concluir no final desta subsecção.

A imigração e a economia foram os dois temas centrais durante a campanha para o referendo do *Brexit*, no entanto, a falta de argumentos económicos a favor do *Brexit* levou a uma maior ênfase na questão da imigração, tornando ainda o aspeto da livre circulação da UE na afirmação mais forte do campo a favor da saída da União. Todavia, criar uma relação entre argumentos contra a livre circulação e razões económicas ou de bem-estar foi bastante difícil. Esta dificuldade levou a que a livre circulação se tornasse no ‘bode expiatório’ para os problemas sociais e económicos<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Estes problemas sociais e económicos estavam relacionados com o declínio salarial, com o aumento do desemprego, a desigualdade e o acesso a serviços e benefícios sociais por parte dos imigrantes.

que atormentavam o país desde a recessão económica de 2008 (Alfano et al., 2016, pp. 55–56).

A grande maioria da população britânica associa o aumento da imigração ao aumento do desemprego. Wadsworth, et al. (2016) demonstra que os imigrantes, particularmente os provenientes da UE, são mais propensos a trabalhar do que os britânicos. Para além disso, os migrantes da UE são também mais jovens<sup>36</sup> e com um nível educacional superior (Wadsworth, Dhingra, Ottaviano, & Reenen, 2016, pp. 4–5). Assim, é possível observar na tabela 1 que a percentagem de imigrantes da UE empregados no Reino Unido é, inclusive, maior que a percentagem dos nativos. No entanto, tal não significa que os imigrantes prejudiquem o emprego dos britânicos. O aumento da procura por emprego devido ao aumento populacional só causaria danos no nível de desemprego se o número de trabalhos no Reino Unido fosse fixo e, por isso, todos os cidadãos competiriam pelos mesmos postos de trabalho.

	UK-born	EU immigrants	A8	All immigrants
<i>% of whom:</i>				
<b>Employed</b>	72.5%	78.2%	81.9%	69.9%
<b>Unemployed</b>	3.3%	3.2%	2.65%	4.2%
<b>Student</b>	7.7%	7.1%	5.1%	7.6%
<b>Inactive</b>	16.5%	11.6%	10.5%	18.3%

**Source:** CEP analysis of Labour Force Survey.

**Notes:** The A8 countries are the Czech Republic, Estonia, Hungary, Latvia, Lithuania, Poland, Slovakia and Slovenia, all of which joined the EU in 2004. Working age population is all individuals between the ages of 16 and 64.

Tabela 1 – Emprego, desemprego, estudantes e inatividade económica por imigrante (população em idade ativa: 16-64) em 2015  
Fonte: Wadsworth et al., 2016

Importa ainda notar que o aumento populacional trazido pelos imigrantes aumenta o consumo de bens e serviços locais o que, por sua vez, aumenta a procura e as perspetivas de emprego daqueles que produzem esses bens e serviços. Deste modo, Portes e Forte (2017) concluem que existem poucas evidências de um impacto estatisticamente significativo da imigração sobre os empregos dos nativos (Portes & Forte, 2017, pp. S35–S36). Assim, existem evidências para se poder concluir, ainda que indiretamente, que os imigrantes criam novos empregos no Reino Unido e o aumento da imigração não está correlacionado com o aumento do desemprego. Como é possível observar na figura 10, há um aumento no desemprego coincidente com um aumento da imigração, no entanto também é possível verificar que a partir de 2011/2012, com a

<sup>36</sup> Em termos comparativos, a média de idades dos imigrantes da UE é 38, sendo que entre aqueles vindos do alargamento de 2004 a média de idades é 34 anos, enquanto que a média de idades dos cidadãos do Reino Unido é de 40 anos (Wadsworth et al., 2016, p. 5).

recuperação económica após a crise, existe uma queda nos níveis de desemprego enquanto os níveis de imigração continuam a aumentar.

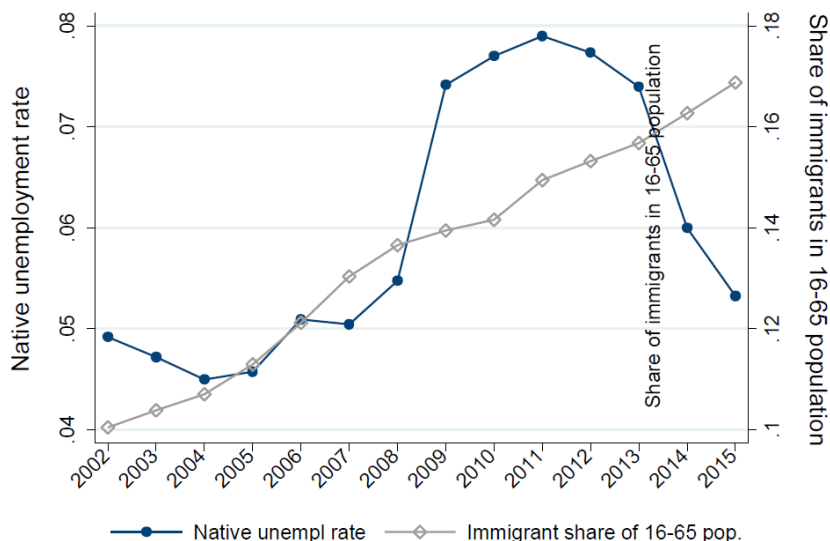


Figura 10 – Desemprego Nativo e Imigração em idade ativa (16-65)  
 Fonte: Alfano et al., 2016

Em termos salariais, a perspetiva de que a imigração é responsável pela redução dos salários dos britânicos é, também, incorreta. A responsabilidade da redução salarial no Reino Unido, assim como do aumento do desemprego, é da crise de 2008 que foi seguida de um período de recessão económica, caracterizado por medidas de austeridade bastante severas. Na figura 10 é inclusive notável o aumento da taxa de desemprego em 2008, que atingiu o seu pico em 2010/2011. De acordo com Alfano et al. (2016), o raciocínio económico sugere que a imigração pode provocar uma redução nos salários dos nativos que competem com os imigrantes, ao mesmo tempo que aumenta o crescimento salarial dos trabalhadores nativos cujas habilidades são complementadas pelas dos imigrantes qualificados (Alfano et al., 2016, pp. 67–68). Seguindo as mesmas diretrizes, Forte e Portes (2017) defendem que a imigração teve pouco ou nenhum impacto direto em geral, no entanto esta pode ter tido um impacto pequeno ou negativo sobre os salários de trabalhadores pouco qualificados (Portes & Forte, 2017, pp. S36–S37).

O impacto gerado no salário dos trabalhadores pouco qualificados deve-se, principalmente, ao facto de que os imigrantes, quando chegam ao Reino Unido, aceitam trabalhos sem beneficiar da totalidade das suas qualificações, que não são aliás reconhecidas pelos empregadores (Wadsworth et al., 2016, pp. 8–9). Esta situação demonstra que os imigrantes estão dispostos a aceitar empregos que se encontram num

nível inferior às suas qualificações, sujeitos a uma má remuneração e pressionando, assim, os salários e os empregos dos nativos sem qualificações. Neste aspeto, a imigração pode ser prejudicial para os salários dos nativos, mas a correlação é bastante fraca<sup>37</sup>, ao passo que no caso dos imigrantes cujas qualificações completam os empregos dos nativos, ao aumentarem a especialização de determinado serviço e a produtividade, podem fazer com que existam condições para o aumento dos salários nacionais (Alfano et al., 2016, pp. 67–70; Wadsworth et al., 2016, pp. 14–15).

Como foi possível observar na tabela 1, os imigrantes provenientes da UE são mais jovens e estão, na sua maioria, empregados, por isso, têm menos tendência a usufruir não só dos serviços públicos como também dos benefícios sociais, ao contrário do que está presente no pensamento da maioria dos britânicos. Segundo Alfano et al. (2016), Wadsworth et al. (2016) e Dustmann e Frattini (2014), os imigrantes da UE pagam muito mais impostos do que aquilo que recebem na forma de transferências e/ou benefícios (Alfano et al., 2016, pp. 70–72; Dustmann & Frattini, 2014, pp. 3–4; Wadsworth et al., 2016, pp. 12–13).

Com efeito, ao considerar as qualificações educacionais trazidas pelos imigrantes, cujos custos foram suportados por outros países, com o facto de estes contribuírem para o financiamento dos serviços públicos britânicos é possível concluir que, no geral, a chegada dos imigrantes ao Reino Unido tem um efeito fiscal positivo, principalmente porque os imigrantes, como foi referido anteriormente, pagam mais impostos do que recebem benefícios, e ajudam a reduzir a carga fiscal dos contribuintes nativos (Dustmann & Frattini, 2014, pp. 3–4). Importa ainda notar que os recursos trazidos pelos imigrantes qualificados permitem a melhoria dos serviços públicos. Um excelente exemplo encontra-se na saúde, onde existe uma quantidade substancial de médicos e enfermeiros a trabalhar no Sistema Nacional de Saúde (NHS, sigla em inglês), cuja formação teve um custo zero para o Reino Unido, e que enriquecem não só a qualidade do serviço, como aumentam a produtividade (Adam, 2020, pp. 241–245). Neste caso, os britânicos encontram-se dependentes dos imigrantes europeus e tiram proveito das suas qualificações sem sequer terem consciência dos benefícios que a imigração lhes traz.

Por fim, a área que atrai mais atenções está relacionada com o efeito do aumento populacional derivado da imigração nos preços das casas. Contudo, este efeito não pode ser da total responsabilidade dos imigrantes, já que o Reino Unido possui um péssimo histórico na construção de habitações suficientes que correspondam ao

---

<sup>37</sup> Esta correlação é bastante fraca porque também se verificam aumentos salariais, assim como estabilidade salarial, em períodos onde também existe um aumento da imigração, pelo que se torna difícil observar evidências entre o aumento da imigração e a queda no salário dos nativos (Wadsworth et al., 2016, pp. 8–9).

aumento populacional, quer seja derivado da imigração, do aumento da taxa de natalidade ou até da diminuição da taxa de mortalidade (Wadsworth et al., 2016, pp. 13–16). Assim, podemos concluir que a evidência empírica relacionada com o aumento da pressão no custo habitacional não encontra efeitos positivos diretamente relacionados com a imigração.

Em suma, Dustmann e Fratinni (2014) explicam ainda que os imigrantes tendem a regressar aos seus países de origem quando atingem o fim da idade ativa. Neste sentido, os anos em que os imigrantes são menos produtivos e podem, de facto, gerar mais despesa, são passados no seu país, aliviando a carga fiscal do Reino Unido (Dustmann & Frattini, 2014, pp. 6–7). Deste modo, a imigração torna-se benéfica para a economia e induz o crescimento e o desenvolvimento económico do país, tornando-se numa fonte de riqueza e produtividade. A imigração para o Reino Unido traz mais benefícios para os britânicos do que aquilo que é provavelmente percecionado pelos britânicos.

Um maior esforço por parte das autoridades e até dos próprios média no sentido de tornarem esta questão mais transparente impõe-se, como se impõe uma maior atenção da opinião pública à desinformação que circula nas redes sociais e em muitos jornais e televisões quando estes insistem em não recorrer à evidência estatística mais básica. Ao não o fazerem, os média e as próprias elites políticas tornam-se cúmplices ou pelo menos facilitadoras do populismo anti-imigração que acaba por determinar a opinião generalizada relativamente aos imigrantes que chegam ao Reino Unido. Esta é, sem dúvida, a conclusão que podemos retirar da análise da opinião pública britânica em relação à imigração e da relação da mesma com as evidências estatísticas analisadas. E é também neste quadro estatístico que podemos alicerçar uma análise do discurso.

## **Capítulo III – Análise Discursiva: Interseção dos Discursos Populista, Eurocético e Anti-imigração no caminho para o *Brexit***

As suposições de um discurso racional são perfeitamente razoáveis quando os atores políticos enquadram os problemas e as estratégias por meio de questões baseadas na formação da identidade e do interesse (Wendt, 1992, p. 423). De acordo com Nicholas Onuf (2001), alguns atos de fala são atividade com consequências normativas. Onuf segue, neste raciocínio, o trabalho do filósofo da linguagem John Austin, que na sua obra de 1962, *How to Do Things with Language* (Oxford University Press), aponta para a força ilocutória e perlocutória da linguagem, e que vai além da dimensão mais superficial – dita ‘locutória’ – dos atos de fala (Austin, 1962, pp. 5–10). O poder da linguagem diz-nos que quando falamos, as nossas palavras levam os outros a esperar por uma determinada ação, de acordo com a intenção que por nós for declarada (força ‘locutória’); podem mesmo levar o ouvinte a responder a esse ato de fala através de uma ação (efeito ‘perlocutório’) como por exemplo no caso de uma ordem que é obedecida. Simplesmente pelo facto de falarmos sobre as nossas intenções e objetivos, as declarações proferidas adquirem um grau de força normativa (Onuf, 2001, p. 115).

No presente capítulo a análise discursiva elaborada é de elevada importância, na medida em que permite a perceção de diferentes variáveis constituintes do discurso de Nigel Farage e David Cameron que influenciaram a realidade social do Reino Unido. Seguindo os princípios da *Critical Discourse Analysis* e à luz da teoria Construtivista das Relações Internacionais, pretende-se neste capítulo abordar as questões discursivas como essenciais para a decisão de realização do referendo sobre a posição do Reino Unido dentro ou fora da UE.

Deste modo, o capítulo inicia-se com uma breve conceptualização do ‘populismo’, de forma a tornar perceptível a presença de diversas características deste conceito nos discursos analisados. De seguida, é feita uma análise ao UKIP com o objetivo de perceber não só a sua ascensão, como também a sua influência como uma ameaça ao sistema político britânico e a sua participação, direta ou indireta, no referendo sobre a permanência na UE. Posteriormente, é explorada a abordagem da *Critical Discourse Analysis*, para tornar possível a subsequente análise dos discursos

de Nigel Farage e David Cameron, com o objetivo de perceber qual a influência do discurso eurocético e anti-imigração na realização do referendo.

### **3.1 Populismo: uma breve conceptualização**

A noção de populismo é bastante contestada e polémica, pelo que não existe uma definição clara e concisa deste conceito. Margaret Canovan (1981) defende que o populismo é um termo excepcionalmente vago, referente a contextos distintos e a uma vasta gama de fenómenos, também eles distintos entre si. Por isso, Canovan afirma que os casos de populismo não devem ser reduzidos a uma única definição e devem ser analisados consoante o contexto em que se inserem (Canovan, 1981, pp. 3–7). Deste modo, a autora distingue duas famílias de populismo: o populismo agrário, caracterizado por um tipo de radicalismo rural, baseado em argumentos socioeconómicos; e o populismo com características políticas, onde existem grandes tensões entre a elite e as raízes populares. Este tipo de populismo é aplicado aos dispositivos da democracia como referendos, mobilizações em massa ou tentativas políticas de coligações em nome do povo (Canovan, 1981, pp. 8–9). Canovan refere ainda que o populismo em termos políticos é mais característico e recorrente nas sociedades ocidentais uma vez que o conflito entre o povo e a elite é mais evidente. Neste caso, o populismo é utilizado como uma técnica política cujo objetivo é que o apelo ao povo possua um efeito integrado e legitimador - útil na campanha política (Canovan, 1981, pp. 12–15).

De acordo com Paul Taggart (2000), o populismo representa uma força para a mudança e contra a mudança, sendo uma criatura da política progressiva da esquerda e um companheiro da extrema direita (Taggart, 2000, p. 10). Taggart afirma que o populismo possui diversas categorias de uma ideologia, mas não as possui todas e, por isso, não deve ser considerado como tal. É um fenómeno que parece revolucionário sendo que atrai um grande apoio em tempos de crise. Contudo, é invariavelmente reformista e incapaz de oferecer reformas fundamentais coerentes. Para além disso, o populismo apresenta-se como episódico, isto é, aparece em grande força e oferece o potencial de transformar radicalmente a política, mas logo se dissipa (Taggart, 2000, p. 1). De forma a caracterizar os movimentos populistas, Taggart declara que estes possuem sistemas de crenças difusos; são difíceis de organizar e controlar; têm falta de consistência; e a sua atividade aumenta e diminui com uma força desconcertante e consoante o contexto em que o movimento está inserido (Taggart, 2000, pp. 1–2).

Neste sentido, Taggart expõe que os populistas tendem a identificar-se com um “heartland” idealizado dentro da comunidade a seu favor. Deste modo, o que o autor designa por “heartland” representa um mundo construído pelos populistas que incorpora os caminhos coletivos e a sabedoria das pessoas que o constroem, derivando

daqui o compromisso dos populistas para com o povo (Taggart, 2000, pp. 1–3). Em suma, Paul Taggart sugere que o populismo se apresenta como uma reação contra as ideias, instituições e práticas da política representativa, que celebra um “heartland” implícito ou explícito como resposta a um sentimento de crise. Todavia, este fenómeno carece de valores-chave universais, assume as particularidades do ambiente em que se encontra e é episódico, como referido anteriormente (Taggart, 2000, p. 5).

Do ponto de vista de Chris Gifford (2006; 2008), o tipo ideal de populismo como discurso e processo é caracterizado por um apelo direto ao povo por legitimidade, que emerge fora das patologias tradicionais da democracia representativa (Gifford, 2006, p. 855). Este apelo possui um estilo específico de política que envolve linguagem simples e direta, análises e soluções para problemas. O discurso populista polariza, deste modo, debates políticos complexos em certo e errado, bom e mau, reificando-a nas categorias estanques do “povo” e do “outro”, “nós” e “eles” (Gifford, 2008, p. 8). Para Panizza (2005), esta dicotomia central está presente no núcleo do conceito e refere-se à constituição e mobilização “do povo” concebido antagonicamente em oposição a “um outro” obsessivo e poderoso (Panizza (2005) citado em Gifford, 2008, p. 7). A polarização pressupõe, assim, a incomunicabilidade entre duas entidades vistas como radicalmente impostas, naturalizando as diferenças entre elas e tornando impossível a sua integração ou assimilação do ponto de vista político e também indesejável do ponto de vista ético.

Ernest Laclau (2005) considera que o populismo é um conceito aparentemente contraditório que surge quando a política é reduzida a mera governança administrativa, defendendo que este fenómeno se apresenta como um modo de articulação política de conteúdos sociais, políticos ou ideológicos (Laclau (2005) citado em Leconte, 2015, pp. 255–257; Taggart, 2000, p. 17). Assim, Laclau entende o populismo como um fenómeno caracterizado por práticas político-discursivas que constituem identidades populares. Estas identidades populares envolvem a agregação de diferenças dentro de um sujeito político e a construção de uma fronteira interna com um inimigo claramente identificado do outro lado da fronteira (Laclau (2005) citado em Gifford, 2008, pp. 7–8). É neste contexto que Cécile Leconte (2015) faz uma abordagem ao populismo na UE: enquadrado numa situação específica – a UE – o populismo surge como uma forma de mobilização e passa a ser visto por vários segmentos de eleitores como a única alternativa de expressar possíveis mudanças nos segmentos político e socioeconómico (Leconte, 2015, p. 257). Deste modo, uma das características centrais do populismo – o “povo” versus o “outro” – é claramente observável nos discursos que são hostis em

relação à UE, já que é uma instituição considerada por muitos como desafiadora da identidade nacional e da soberania de cada Estado-Membro.

Neste sentido, importa ainda referir que a investigação feita por Margaret Canovan (1999) afirma que o populismo transforma a política numa campanha cujo objetivo é salvar o país ou promover uma grande mudança ou renovação contra o atual contexto do mesmo. É desta forma que o populismo usa a retórica para apelar a um povo ou nação unidos contra a existência de estruturas de poder que são acusadas de dividir o mesmo povo ou nação (Gifford, 2006, p. 855).

Em síntese, é notável que à semelhança do que acontece com o conceito de euroceticismo – analisado no primeiro capítulo – o conceito de populismo carece de uma definição generalizada. Todavia, é possível observar que este fenómeno adota características muitas vezes distintas consoante o ambiente em que se insere. Assim, considerando o contexto analisado na presente dissertação, importa notar que a oposição britânica à integração europeia e à UE despoletou o surgimento de discursos populistas por parte de figuras e políticos influentes no Reino Unido, sendo ainda necessário acrescentar que o populismo e o euroceticismo são fenómenos distintos que, no caso britânico, se interseitam. Apesar de ser observável a presença de discursos populistas que rejeitam a integração europeia, o euroceticismo não deve ser entendido como uma subcategoria do populismo (Bertocini & Koenig, 2014, pp. 4–5). Atitudes eurocéticas são muitas vezes sustentadas pelos mesmos ideais que as populistas, como o desafio aos principais partidos políticos e a perceção de perda de soberania como resultado da integração europeia e dos processos de globalização (Leconte, 2015, p. 255). O populismo, tal como o euroceticismo, é compatível com qualquer posição ao longo do espectro político, mas apresenta-se como um fenómeno mais amplo que é utilizado no contexto de jogos políticos nacionais, referindo-se principalmente à rejeição de uma elite ou classe política em favor dos interesses do povo (Bertocini & Koenig, 2014, p. 4).

### **3.2 O UKIP como um ponto-chave na emergência do Populismo no Reino Unido**

No Reino Unido a questão do populismo e dos discursos populistas e eurocéticos encontra-se intrinsecamente ligada ao UKIP. O partido foi fundado em 1993 por alguns membros da Liga Antifederalista, que foi criada como forma de oposição ao Tratado de Maastricht, e apresentou-se desde logo como um partido de assunto único: a retirada do Reino Unido da UE (Elsayed, 2018, pp. 95–96; Tournier-Sol, 2015b, pp. 134–135). Assim, Baker et al. (2008) afirmam que o principal propósito do UKIP é expressar uma posição política eurocética defendendo o euroceticismo rígido (“hard euroscepticism”) com base na saída do Reino Unido da UE e na oposição irrevogável à moeda única e à integração europeia (Baker, Gamble, Randall, & Seawright, 2008, pp. 102–103).

O UKIP (2001) caracterizou a UE como “centralised, bureaucratic, unaccountable, and corrupt, eroding our independence and imposing by diktat policies that we would never vote for in an election” (UKIP (2001) citado em Baker et al., 2008, p. 103) e no website oficial o partido é extremamente claro quanto ao objetivo que foi desde sempre o motivo da sua criação: “UKIP stands for a complete and total withdrawal from the European Union. (...) UKIP will continue to fight for the UK’s total independence from the EU, and to fully restore the UK’s former status as an independent, self-governing, sovereign state.” (UKIP, 2020)<sup>38</sup>. Deste modo, o UKIP defendeu a saída da UE como a única forma de o Reino Unido restaurar o poder e a soberania nacional e conjugou, inicialmente, o seu discurso eurocético com padrões relativos à defesa da soberania, da democracia e da identidade nacional, ameaçada pela permanência na UE. Em 2010<sup>39</sup> podia inclusive ler-se no website oficial do partido que o “UKIP will start by retrieving our democracy from Brussels” (UKIP (2010) citado em Tournier-Sol, 2015b, p. 136).

O UKIP possui uma forte ligação com a tradição eurocética, onde o papel da história britânica, analisada no primeiro capítulo, é fundamental. Neste aspeto, a representação nostálgica do Reino Unido como uma nação soberana gloriosa, cujo modelo de democracia foi espalhado por todo o mundo encontra-se bastante presente no discurso de Nigel Farage, o líder do UKIP que levou o partido a atingir resultados eleitorais importantes para a ascensão do partido como uma força política significativa.

---

<sup>38</sup> Texto completo disponível em: [https://www.ukip.org/ukip-manifesto-item.php?cat\\_id=26](https://www.ukip.org/ukip-manifesto-item.php?cat_id=26) (Último acesso a 15 de setembro, 2020)

<sup>39</sup> Na data de escrita da presente dissertação já não é possível encontrar esta informação no site oficial do UKIP pelo que se optou pelo recurso a fontes secundárias.

Farage (2013) invocou a tradição histórica do Reino Unido num dos seus discursos como fator crucial para a rejeição da integração europeia: “The fact is we just don’t belong in the European Union. Britain is different. Our geography puts us apart. Our history puts us apart. Our institutions produced by that history put us apart. We think differently. We behave differently” (Farage, 2013)<sup>40</sup>.

No excerto do discurso de Nigel Farage (2013) acima apresentado, é possível observar com clareza a importância da identidade na construção do interesse do partido. Importa realçar que, de acordo com a teoria construtivista das Relações Internacionais, os interesses dependem da construção particular da própria identidade, em relação à identidade dos outros (Wendt, 1992, pp. 397–399), pelo que a identidade que Farage atribuiu ao Reino Unido, diferenciando-o dos restantes Estados-Membros da UE, não só em termos geográficos como também em termos institucionais e comportamentais, é um fator justificativo do interesse do partido em retirar o país da UE.

Para o UKIP sair da UE permitiria não só poupar bilhões de libras por ano como também permitiria ao Reino Unido preencher a sua vocação histórica como um verdadeiro ator político e económico global (Baker et al., 2008, p. 103). Contudo, a ênfase do partido apenas na questão europeia tornou-se numa limitação para o seu desenvolvimento e para uma conquista de eleitores mais ampla, visto que a maioria dos britânicos considerava a questão da UE como secundária. Apesar de o UKIP ter conseguido muito apoio devido à defesa do euroceticismo de Thatcher, foi a combinação de uma série de questões em torno da UE que permitiu a sua ascensão. Entre essas questões encontram-se diversos problemas e ameaças percebidos à nação britânica, como a indiferença das elites políticas, tanto em Bruxelas como em Westminster, um colapso no respeito pela autoridade e pelas tradições britânicas e o início da imigração em massa para o Reino Unido (Pareschi & Albertini, 2016, pp. 3–4)

Com o objetivo de ampliar a sua gama de eleitores e apoiantes o UKIP, de acordo com Tournier-Sol (2015a), combina com a tradição eurocética as tradições conservadora e populista. No que respeita à tradição conversadora, o UKIP procurou estabelecer diversas conexões tanto com Margaret Thatcher como com Enoch Powell. No que concerne a Thatcher, Nigel Farage descreveu o seu partido como o verdadeiro herdeiro do thatcherismo na política europeia, argumentando que o UKIP refletiu mais este aspeto do que o próprio Partido Conservador. Farage (2013) referiu inclusive que “I cannot believe that a young Margaret Thatcher leaving Oxford today would join the

---

<sup>40</sup> Discurso completo disponível em: <http://www.ukpol.co.uk/nigel-farage-2013-speech-to-ukip-conference/> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

Conservative Party led by David Cameron. I think she'd come and get involved in UKIP and no doubt topple me within 12 months or so.” (Farage (2013) citado em Tournier-Sol, 2015a, p. 145). Nigel Farage mencionou ainda com alguma regularidade o conservador Enoch Powell como fonte de inspiração, enfatizando a posição deste contra a adesão do Reino Unido ao mercado comum e salientando a sua concordância com o princípio básico do discurso de Powell sobre a imigração “Rivers of blood”<sup>41</sup> (Tournier-Sol, 2015a, pp. 145–146).

Ao conjugar a sua política central na UE com a questão da imigração em massa, que possui uma distinta relevância para os britânicos, como foi outrora observado, o UKIP forçou a classe política britânica a lidar com assuntos que preferia manter fora do cenário político e pressionou os conservadores no poder (Dye, 2015, p. 9; Foreman, 2013, p. 35). Surgiu, assim, uma dimensão da imigração relacionada com a UE, visto que o princípio da livre circulação da instituição não permitia que o Reino Unido pudesse impor limites aos imigrantes dos restantes Estados-Membros. Isto levou a que as atitudes em relação à União fossem cada vez mais fundidas com as preocupações com a imigração (Evans & Mellon, 2019, pp. 77–78).

Esta fusão foi aproveitada pelo UKIP que, através da sua tradição populista, passou a incluir no seu discurso uma política de medo e exclusão que foi representada através de ameaças supostamente colocadas pelos imigrantes da UE à segurança da nação e à identidade coletiva britânica, ficando clara a posição restritiva do partido em relação à imigração (Piatto, 2016, p. 59). O UKIP passou, assim, a ocupar o polo anti-UE e anti-imigração no Reino Unido e defendeu que os imigrantes, especialmente aqueles vindos da UE, se infiltravam na sociedade britânica e ameaçavam os direitos da grande maioria dos britânicos, já que para os membros do partido estes só deveriam usufruir dos benefícios sociais depois de pagarem impostos no Reino Unido por um período mínimo de cinco anos (Elsayed, 2018, pp. 98–99).

A tradição populista do UKIP tornou-se essencial para o partido se poder distanciar dos conservadores. A estratégia populista do partido permitiu a ampliação da sua plataforma eleitoral e deu-lhe a capacidade de atingir uma vasta gama de apoiantes que se sentiam revoltados com os elevados níveis de imigração, ansiosos sobre a alegada ameaça à identidade nacional britânica, hostis em relação à UE e com um profundo sentimento de desilusão com as políticas do governo de coligação entre o Partido Conservador e os Liberais Democratas (Ford, 2013, p. 2). Dye (2015) caracterizou os apoiantes do UKIP da seguinte forma: “slightly older, more likely to be

---

<sup>41</sup> Importa notar que apesar de Nigel Farage ter, publicamente, concordado com o princípio básico do discurso de Enoch Powell de 1968, não referiu o nome do autor do discurso.

male, white and drawn from social classes C2, D and E [killed working class, working class, and non-working], but less likely to have a degree, compared with voters for three main parties” (Dye, 2015, pp. 11–12). Curtice (2015) acrescentou que estes apoiantes possuem um perfil social bastante distinto já que são eleitores que não confiam, ou que confiam cada vez menos, nos seus representantes políticos e que estão cada vez menos seguros de que o sistema político britânico esteja disposto e capaz para responder às suas necessidades e desejos (Curtice, 2015, pp. 2–3). Por fim, Goodwin (2014) designa os apoiantes do UKIP como uma classe denominada de *left behind*, que representam uma porção da sociedade, para além do que já foi referido, com poucas ou nenhuma qualificações, economicamente inseguros e bastante pessimistas em relação ao seu futuro (M. Goodwin, 2014, p. 3).

De forma surpreendente, o fenómeno do UKIP atingiu cidadãos de todo o espectro político. Se inicialmente o partido garantia apenas o apoio de conservadores eurocéticos desiludidos com o rumo do seu partido, a partir de 2010 o apoio ao partido era garantido tanto por eleitores que antes apoiavam o Partido Conservador, como por eleitores descontentes da classe trabalhadora cujo apoio era dado ao Partido Trabalhista (Pareschi & Albertini, 2016, pp. 8–9). Com a criação de uma ampla gama de eleitores, Nigel Farage (2014) afirmou que “This party is not about left and right – this party is about right and wrong” (Farage (2014) citado em Tournier-Sol, 2015b, p. 138). Esta afirmação demonstrou claramente o tipo de discurso populista baseado na simplicidade e na forma direta como o líder interage com o público e enfatiza que o UKIP é sobre o que é certo ou errado, deixando clara uma mensagem de que o partido se propunha a enfrentar qualquer tipo de situação sem romantismos e com a maior transparência possível.

A natureza populista do UKIP encontra-se nitidamente identificada na medida em que o partido assumiu e afirmou que existe uma divisão fundamental entre o *establishment* político, as elites políticas e o povo (Dye, 2015, pp. 9–11). O UKIP é também considerado um partido anti-*establishment* uma vez que desafia o *status quo* em termos de questões políticas importantes, como é o caso da imigração. De acordo com Abedi (2004), o UKIP considera-se como um partido anti-*establishment* visto que possui os três critérios de uma força política anti-*establishment*: desafia o *status quo* em termos de questões políticas importantes e elementos centrais do sistema político, como é o caso da imigração e da defesa pela saída da UE; percebe-se como um grande desafio para os partidos que compõem o *establishment* político - Farage (2012) declarou que o UKIP era “a threat to the entire political class” (Farage (2012) citado em Tournier-Sol, 2015a, p. 149); e afirma que existe uma divisão fundamental entre o

*establishment* político, a elite política e o povo, o que implica que todos os partidos principais, quer no governo quer na oposição, sejam os mesmos, neste aspeto Farage designa inclusivamente os três principais partidos políticos do Reino Unido como “LibLabCon” (Abedi (2004) citado em Pareschi & Albertini, 2016, pp. 6–8).

Deste modo, no espaço de vinte anos, o UKIP cresceu de um partido eurocético de assunto único para um partido populista que, na sua base e de acordo com Tournier-Sol (2015a), interseta três importantes tradições: eurocética, conservadora e populista. A mudança estratégica no partido, operada sob a liderança de Nigel Farage, foi uma das chaves para o sucesso. A articulação da questão da imigração com a questão da UE atraiu uma vasta gama de eleitores e o discurso populista associado a estes dois assuntos, já que Farage apontava a UE como a principal causa da imigração de portas abertas para o Reino Unido, permitiu ao UKIP transmitir uma mensagem estruturada numa linguagem direta<sup>42</sup> e destinada a contrastar com um discurso supostamente obscuro e ilusório de uma elite política que evitava abordar os problemas reais que o povo enfrentava (Tournier-Sol, 2015b, pp. 137–138).

Em síntese, a motivação dos eleitores que apoiaram o UKIP pode resumir-se a três fatores: oposição à imigração em massa, oposição à UE e desconfiança em relação ao *establishment* político. Estes três motivos providenciaram uma oportunidade de ascensão para o UKIP, que emergiu em simultâneo com uma espiral de medos interconectados de imigração e de euroceticismo, relacionados ainda com a incapacidade do governo britânico de reduzir a imigração vinda da UE, e que tornaram o UKIP no único ocupante do polo anti-UE e anti-imigração (Evans & Mellon, 2019, p. 83). Deste modo, o UKIP conseguiu afirmar-se como um partido populista bem-sucedido e tornar-se numa fonte de ameaça para os principais partidos políticos britânicos.

### **3.2.1 A Ameaça Representada pelo UKIP**

Como foi outrora referido, o crescente apoio ao UKIP foi influenciado pelo crescente euroceticismo, pelas atitudes anti-imigração e pela insatisfação dos cidadãos britânicos com a performance do governo de coligação entre o Partido Conservador e os Liberais Democratas. Estes três fatores, aliados à emergência do populismo e do

---

<sup>42</sup> Como exemplos do discurso claramente populista de Farage encontram-se os seguintes excertos do seu discurso: “It’s time for straight talking” (2010); em relação à imigração este discurso é bastante evidente, “We are borderless Britain” (2014); “The biggest single issue facing this country” (2013) (Farage (2010, 2014, 2013) citado em Tournier-Sol, 2015b, p. 138).

discurso populista, tornaram o UKIP numa ameaça aos principais partidos políticos do Reino Unido.

No entanto, o governo de coligação proporcionou ao UKIP a oportunidade perfeita para a sua emergência no seio do sistema político britânico. A partir de 2010, a ascensão do UKIP foi bastante significativa e em 2013 este partido era considerado como a terceira força política do Reino Unido. O fator justificativo desta mudança no sistema partidário britânico encontra-se de acordo com a ascensão dos Liberais Democratas ao governo, isto é, a coligação formada fez com que o Partido Conservador ficasse mais próximo do centro, no que diz respeito ao espectro político, o que abriu portas para o UKIP ocupar parte da posição dos conservadores à direita do espectro político (Tournier-Sol, 2015a, pp. 140–141).

Com os Liberais Democratas no poder, o Partido Trabalhista, considerado como o partido da oposição, deveria ter sido o partido a adquirir mais benefícios com o governo de coligação. Todavia, muitos dos eleitores do Partido Trabalhista haviam desertado do partido há muito tempo. Evans e Mellon (2014) argumentaram que a mudança do Partido Trabalhista para um ‘consenso liberal’ em relação à UE e à imigração levou à perda de muitos dos seus apoiantes, mesmo antes de o UKIP se tornar uma força política representativa (Evans & Mellon, 2014). Para os referidos autores, neste aspeto, a estratégia do UKIP foi conquistar os eleitores trabalhistas já insatisfeitos não só com o seu partido como também com o Partido Conservador. Contudo, foi para o Partido Conservador que o UKIP representou uma grande ameaça. De acordo com Clarke, et al. (2016), no período decorrente entre 2010 e 2014 o grupo de apoiantes do UKIP que antes apoiava os conservadores aumentou substancialmente de menos de 20% em 2010 para 61,8% em 2013 e 51,4% em 2014 (Clarke, Whiteley, Borges, Sanders, & Stewart, 2016, pp. 135–137).

O líder do UKIP, Nigel Farage, explorou eficazmente os sentimentos anti-imigração generalizados pelos cidadãos britânicos e aproveitou com sucesso a ligação desses sentimentos com a permanência na UE, alegando que esta instituição deixava o Reino Unido incapaz de controlar as suas fronteiras. Deste modo, durante todo o período de governo do Partido Conservador com os Liberais Democratas (2010-2015), o UKIP tornou-se na única alternativa aos três principais partidos políticos britânicos.

Como foi referido, a partir de 2010 o UKIP obteve uma saliência significativa no sistema político britânico e tornou-se no principal desafio para os principais partidos políticos e para o sistema político britânico como um todo. Esta saliência ficou bastante clara quando, em 2013, o UKIP conseguiu ganhar 23% dos votos nas eleições locais,

aumentando o número de vereadores locais de 8 para 147 (Tournier-Sol, 2015a, pp. 140–141). Contudo, nas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014, o UKIP cumpriu a promessa outrora feita por Farage, de causar um ‘terramoto eleitoral’ e terminou as eleições em primeiro lugar com cerca de 27,5% dos votos a seu favor, derrotando tanto os conservadores como os trabalhistas (M. Goodwin & Milazzo, 2014). Posteriormente, na eleição parcial de Rochester & Strood, no outono de 2014, o UKIP voltou a obter uma vitória memorável, obtendo 42,1% dos votos, superando os 34,8% do Partido Conservador, os 16,8% do Partido Trabalhista e os 0,9% dos Liberais Democratas (Martino, 2014)<sup>43</sup>.

Nas duas últimas eleições referidas, o UKIP retirou votos aos três principais partidos políticos do Reino Unido, e deixou bem clara a sua posição como força política considerável. Estes dois resultados, principalmente o das eleições europeias, ameaçaram todo o *establishment* político que estremeceu com as eleições gerais de 2015. A questão deixou de ser se o UKIP conseguia ganhar algum assento parlamentar para quantos lugares o partido conseguiria e o quanto prejudicaria as perspectivas eleitorais dos principais partidos políticos (Tournier-Sol, 2015b, pp. 139–140).

O Partido Conservador foi o mais exposto à ameaça representada pelo crescimento do UKIP no sistema político britânico. David Cameron, o líder conservador, encontrava-se sob grande pressão dos seus parlamentares que temiam que o UKIP pudesse dividir os votos da direita nas eleições gerais de 2015, o que podia levar, inclusive, a uma vitória do Partido Trabalhista. Este facto justificou o slogan dos conservadores “Vote UKIP – Get Labour” (Tournier-Sol, 2015b, p. 142). Deste modo, a resposta de Cameron à ameaça percebida iniciou-se com a pretensão de negociação dos termos da liberdade de circulação de cidadãos da UE<sup>44</sup> e, de seguida, a promessa de realização de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na União, caso o Partido Conservador ganhasse as eleições gerais de 2015 com maioria absoluta (Tournier-Sol, 2015b, pp. 142–143). Esta decisão foi, em parte, uma forma de neutralizar a ameaça representada pelo UKIP, todavia a estratégia de Cameron justificou a posição do UKIP que foi, durante vários anos, ridicularizada por políticos e analistas políticos.

Apesar de não ter conseguido nenhum assento parlamentar nas eleições de 2015, o UKIP ocupou o terceiro lugar, ficando à frente dos Liberais Democratas.

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://pt.gatestoneinstitute.org/4924/europa-vitorias-politicas> (último acesso a 22 de agosto, 2020).

<sup>44</sup> Importa ainda notar que também o Partido Trabalhista endureceu a sua posição em relação à imigração de forma a tentar combater a ameaça que o UKIP também representava para a sua posição como principal partido da oposição (Weissheimer, 2014).

Contudo, apesar da derrota, o UKIP, através da sua estratégia populista baseada na sua posição fortemente eurocética, tornou-se num desafio para todos os partidos políticos britânicos e conseguiu que um dos seus maiores objetivos fosse concretizado, já que o referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE foi realizado e os britânicos votaram a favor da saída. O populismo no Reino Unido emergiu de forma inexplicável através do UKIP e conseguiu persuadir eleitores a votarem a favor do *Brexit*. Em suma, o UKIP foi o principal condutor de uma onda populista no Reino Unido, que já se encontrava espalhada por toda a Europa, e que tomou proporções que culminaram na decisão de saída do Reino Unido da UE. A influência deste partido no seio do sistema político e da sociedade britânica trouxe resultados inesperados, mas a sobrevivência do partido ficou comprometida. Se por um lado o UKIP viu realizado o seu maior objetivo: a saída da UE, por outro lado, no fim de todas as negociações do pós-*Brexit* o partido poderá perder o seu rumo, visto que alcançou o seu objetivo e que a sua posição eurocética deixa de ter motivos que a sustentem. No entanto, esta questão só será resolvida com o passar do tempo e de acordo com os acordos finais estabelecidos entre o Reino Unido e a UE, assim como também depende da futura relação do país com a instituição.

### **3.3 O contributo da *Critical Discourse Analysis* para a análise do objeto de estudo**

De acordo com Lynggaard (2019), a análise do discurso dedica-se a questões sobre como o discurso produz, ou não, posições para os atores falarem e agirem no discurso, como o discurso produz conhecimento, práticas de conhecimento e formas de legitimar as relações entre uma autoridade e o público (Lynggaard, 2019, pp. 2–3). Assim, importa esclarecer que, para Schmidt (2008), “Discourse is not just ideas or ‘text’ (what is said) but also context (where, when, how, and why it was said). The terms refers not only to structure (what is said, or where and how) but also to agency (who said what to whom)” (Schmidt (2008) citado em Lynggaard, 2019, p. 2).

A *Critical Discourse Analysis* (CDA) é uma abordagem possível dentro da metodologia da *discourse analysis* utilizada para examinar como o poder nas relações sociais se encontra presente nos textos e discursos. Segundo Weiss e Wodak (2003), a CDA baseia-se num conceito crítico-dialético da teoria que não se limita a formular e examinar afirmações gerais sobre as leis da realidade social. A ênfase desta abordagem está na crítica aos resultados teórico-científicos e o objetivo do trabalho teórico é o esclarecimento verdadeiro e instrutivo acerca de uma situação histórica e social (Weiss & Wodak, 2003, p. 2). Com efeito, a CDA vê a linguagem não como uma simples forma de comunicação mas como um instrumento que pode alterar as relações de poder e as construções sociais, já que as realidades sociais são moldadas pela linguagem que os atores ou as instituições empregam, em oposição à ideia de que a linguagem é apenas uma projeção do *status quo* ou um encobrimento daquilo que realmente está a acontecer (Fairclough e Wodak (2011) citado em Amelsvoort, 2017, p. 6). Importa ainda notar que uma suposição da CDA é que os indivíduos em posições com mais poder podem formular ideias e transformá-las em verdades ou falácias inquestionáveis e, conseqüentemente, moldar as relações sociais (Amelsvoort, 2017, p. 6).

Assim, apesar das diversas abordagens de análise de discurso existentes, a CDA torna-se a mais adequada para a presente dissertação, uma vez que se pretende saber se os discursos e notícias dos média analisados sobre temas como a UE e a imigração para o Reino Unido foram moldados em termos de interesses e ideologias pessoais de forma a pressionar a sociedade britânica para uma votação favorável ao *Brexit*. Tendo em conta que a CDA considera o discurso escrito e falado como uma forma de prática social, esta análise permite a perceção da forma como o contexto institucional e social do Reino Unido moldou e afetou os discursos realizados, assim como permite perceber de que forma os discursos influenciaram a realidade social e política no Reino Unido.

A presente dissertação recorre também à *discourse-historical approach*, DHA, uma variante da CDA, que integra na análise os antecedentes sociais e políticos de determinado texto ou discurso. A DHA, ao incluir a investigação do contexto histórico social e político, consegue acolher grande parte do conhecimento disponível sobre as fontes históricas e o pano de fundo dos campos sociais e políticos nos quais as práticas discursivas estão inseridas. Além disso, analisa a dimensão histórica das ações discursivas explorando a maneira pela qual determinados géneros do discurso estão sujeitos à intertextualidade e à interdiscursividade<sup>45</sup> (Weiss & Wodak, 2003, p. 22).

De acordo com Wodak, et al. (2009), os atos discursivos são socialmente constitutivos de diversas maneiras: são os grandes responsáveis pela génese, produção e construção de condições sociais particulares; podem contribuir para a restauração, legitimação ou relativização do *status quo*; são empregues para manter e reproduzir o *status quo*; e, por fim, a prática discursiva pode ser eficaz para transformar, desmontar ou mesmo destruir o *status quo* (Wodak, Cillia, Reisigl, & Liebhart, 2009, p. 8). Por conseguinte, depara-se com a dupla tarefa de revelar a relação entre meios, formas e estruturas linguísticas e a prática linguística concreta, e tornar transparente a relação recíproca entre a ação discursiva e as estruturas políticas e institucionais (Wodak et al., 2009, p. 9).

De forma complementar, o vasto conjunto de informação analisado de acordo com a DHA, permite fornecer uma imagem detalhada da identidade nacional em ambientes distintos. Sendo a construção discursiva da identidade nacional baseada na formação da igualdade e da diferença, são várias as estratégias empregues na formação discursiva da identidade nacional, segundo Wodak et al. (2009). Todavia, a estratégia mais adequada à presente dissertação é a estratégia construtiva, que procura construir e estabelecer uma certa identidade nacional promovendo a unificação, a identificação e a solidariedade, bem como a diferenciação. Em conformidade com esta estratégia, o agente discursivo tenta preservar, apoiar e proteger uma identidade nacional que considera ameaçada, e tenta relativizar um *status quo* anterior ao enfatizar a legitimidade de atos passados que foram contaminados de diferentes formas (Wodak et al., 2009, p. 33).

Por último, para a presente dissertação, a CDA é essencial para a clarificação da intenção dos discursos e textos elaborados por David Cameron, Nigel Farage e pelos média. A influência destes discursos na sociedade britânica e no sistema político

---

<sup>45</sup> A intertextualidade refere-se à formação de um texto de acordo com outro texto previamente elaborado enquanto que a interdiscursividade significa que os discursos podem ser conectados e derivados uns dos outros, num sentido mais amplo.

britânico foi fortemente ampliada pela decisão de David Cameron de realizar um referendo sobre o futuro do Reino Unido na UE, pelo que se torna fundamental uma análise crítica aos discursos proferidos cujos principais temas abordados foram a identidade nacional, o euroceticismo, o populismo, a UE e a imigração. Esta análise responde, por isso, a uma parte da pergunta de investigação uma vez que demonstra de que forma os discursos eurocéticos e anti-imigração estão relacionados com o processo de saída do Reino Unido da UE.

### **3.3.1 Estudo de caso: Análise do discurso de Nigel Farage sobre a UE e a imigração da UE**

De acordo com o que foi analisado no capítulo II da presente dissertação, a imigração para o Reino Unido tornou-se numa questão que tomou proporções políticas e gerou diversos sentimentos e discursos anti-imigração. Já na secção anterior, foi concluído que o UKIP teve bastante influência na conexão da questão da imigração com a oposição à UE, visto que considera a livre circulação da UE como a principal causa da imigração em massa para o Reino Unido. Deste modo, na presente subsecção serão analisados discursos do líder do UKIP, Nigel Farage, realizados entre 2013 e 2015 de forma a clarificar a sua influência não só na oposição à imigração e à UE, como também na decisão de David Cameron da realização do referendo que culminou no *Brexit*.

Apesar de a influência do UKIP no sistema político britânico ter sido examinada na secção anterior, a análise no discurso de Nigel Farage é de elevada importância, na medida em que permite aproximar a investigação da pergunta de partida elaborada, com o objetivo de chegar a uma conclusão clara sobre o tema em estudo. Com efeito, esta análise será realizada de acordo com a *Critical Discourse Analysis* e à luz da teoria construtivista das Relações Internacionais para uma melhor interpretação dos resultados.

O primeiro discurso analisado foi proferido na conferência anual do UKIP, a 20 de setembro de 2013. Nesta data, o UKIP tinha obtido ótimos resultados nas eleições locais de 2013, a sua ascensão no Reino Unido era evidente, assim como o desafio que representava para os principais partidos políticos britânicos, e a sua performance focava-se nas eleições europeias que se iriam realizar no ano seguinte, em 2014. Deste modo, o discurso do líder Nigel Farage foi longo, complexo, mas direto, e com um senso de apelo ao público focado no interesse nacional britânico.

De acordo com Nicholas Onuf (2001), a linguagem pode ser utilizada como um instrumento que visa realizar as intenções pessoais de cada indivíduo, ou seja, objetivos que existem para cada indivíduo e que se encontram ao alcance do mesmo (Onuf, 2001, p. 115). Esta premissa encontra-se bastante clara no discurso de Nigel Farage, onde o seu principal objetivo era conectar-se com o povo, apelar à sociedade britânica e ser capaz de concretizar o propósito do seu partido, a saída da UE. Desta forma, Farage evidenciou o tema da imigração, conectando-o negativamente com a UE e referindo diversos aspetos em que a imigração é prejudicial para o Reino Unido. A fim de tornar o seu argumento mais credível, o líder do UKIP referiu inclusive uma fonte estatística britânica como forma de comprovar a validade do seu discurso: “The British Social Attitudes Survey shows how much Britain has been moving UKIP’s way. On many different areas of our national life. (...) And yes, on European Union. Yes, on immigration. It’s the biggest single issue facing this country. It affects the economy. The NHS. Schools. Public Services. The deficit” (Farage, 2013)<sup>46</sup>. Através de uma retórica eurocética, Farage tenta convencer o público de que a sociedade britânica está cada vez mais descontente com a permanência na UE, o que justifica o aumento do apoio ao UKIP.

O líder do UKIP enfatiza a diferença do partido em relação à classe política, referindo diversas vezes que o UKIP fala de forma direta e clara, principalmente no que diz respeito à questão da imigração “But the establishment has been closing down the immigration debate for 20 years. UKIP has opened it up. We need to. (...) Let’s have that debate! Openly. We need to talk about it!”; “UKIP talks about it honestly. Directly.”; “UKIP is the only party that isn’t afraid to talk to them about it” (Farage, 2013). Desta forma, Farage justifica a ascensão do UKIP, uma vez que é o único partido capaz de falar abertamente de todos os problemas que o Reino Unido enfrenta: “But, the essence of our recent success is our ability to push the boundaries of debate and with that, the national debate on many issues. If the choice is between our being browbeaten through political correctness to stay within the current received wisdoms or to be a party of free debate then be in no doubt we must be the party of radical alternatives and free speech” (Farage, 2013). Em simultâneo, existe aqui uma característica fundamental do populismo: a divisão entre o povo e a elite política estabelecida. Ao defender que o UKIP é o único partido capaz de falar abertamente com a sociedade britânica, Nigel Farage critica simultaneamente a elite política britânica que não é capaz de o fazer. O líder faz uso do populismo de forma a apelar ao povo com o objetivo de conseguir um efeito legitimador, uma vez que identifica nitidamente uma

---

<sup>46</sup> Discurso completo disponível em: <http://www.ukpol.co.uk/nigel-farage-2013-speech-to-ukip-conference/> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

ameaça – a imigração – e promove os interesses da sociedade britânica ao reconhecer de forma clara e concisa a ameaça percebida: “We will always act in the interests of Britain. Especially on immigration, employment, energy supply and fisheries” (Farage, 2013). Desta forma, Nigel Farage baseia o seu discurso numa dicotomia populista central entre “o outro” e “o povo”, definindo “o outro” como a UE e a elite política britânica, à qual se opõe. A imigração é vista como uma ameaça consequente da adesão à UE. Para além disso, uma vertente histórica é ainda integrada na prática discursiva com o intuito de enaltecer o papel do Reino Unido como ator global e de o diferenciar dos restantes Estados-Membros: “The idea of free speech was a reality in England when Europe was run by princes with tyrannical powers. Throughout Europe, England was known as the land of liberty” (Farage, 2013). Contudo, o líder enfatiza o papel do UKIP como o principal desafio à agenda política do Reino Unido: “We are changing the face of British politics and all our arguments are gaining traction.” (Farage, 2013) e refere ainda que os outros partidos, especialmente o Partido Conservador no poder, assumem compromissos, mas não têm a mínima intenção de os cumprir: “So Mr. Cameron wants a referendum... well we’ve heard it all before with his “cast iron guarantee” and we don’t believe that he is sincere. (...) They all promise a referendum at every General Election and renege on their promises.” (Farage, 2013).

No que diz respeito à UE, Farage começa por utilizar argumentos baseados na identidade nacional do Reino Unido. Importa notar que, de acordo com Alexander Wendt (1992), as identidades são a base dos interesses e cada identidade é uma definição inerentemente social do ator, fundamentada nas teorias que os atores sustentam coletivamente sobre si mesmos e uns aos outros, e que constituem a estrutura do mundo social (Wendt, 1992, p. 398). Com efeito, a identidade nacional britânica que Nigel Farage defende, deixa o Reino Unido num patamar distinto da UE e dos restantes Estados-Membros, o que justifica o seu interesse na saída da UE: “That’s us. Optimistic. Open to the world. The opposite of insular. Out there, trading with countries that have growth rates of six, seven, ten per cent a year. Not hemmed in by European Union – but open to the Commonwealth. Not headed by my old pal Herman Achille van Rompuy but by the Queen. Our real friends in Commonwealth. Because the fact that is we just don’t belong in the European Union. Britain is different.”; “We are the true Europeans. We want to live and work and breathe and trade in a Europe of democratic nations.” (Farage, 2013).

Neste sentido, o discurso de Nigel Farage é caracterizado por um apelo direto ao povo e possui um estilo específico que envolve linguagem simples e direta, análise e soluções para o problema apresentado pelo mesmo. Deste modo, as características

populistas do discurso de Farage são nitidamente identificáveis, já que o líder populista apresenta a permanência na UE como o principal problema da imigração em massa para o Reino Unido e defende que a única solução é a saída da instituição: “I believe that leaving the Union and reclaiming our destiny will create the most exciting opportunity for national renewal in our lifetime.”; “Leaving the Union will give us our country back and open a door to the world” (Farage, 2013).

O discurso analisado de Nigel Farage em 2013 concentrou-se bastante na questão europeia, uma vez que as eleições europeias eram, na altura do discurso, o principal foco do partido que garantia causar um grande impacto. Já em setembro de 2014, o líder do UKIP proferiu um discurso mais “nacional” e menos “europeu”, visto que nas eleições europeias o partido tinha obtido uma vitória histórica, e o objetivo agora era tornar-se numa alternativa credível aos principais partidos políticos nas eleições gerais de 2015 (Pareschi & Albertini, 2016, pp. 19–20). Neste discurso, Farage critica fortemente a elite política estabelecida assim como os meios de comunicação social que considera agrupados aos principais partidos políticos: “The establishment threw at us absolutely everything they got, even people we would have thought were friends of ours, the Eurosceptic newspapers couldn’t do enough to say “Please, please, don’t vote UKIP! Please, maintain the established political order in this country!”. You know the established political order that I mean, don’t you? The Labour, Liberal Democrat and Conservative parties: parties that look the same, parties that sound the same, parties between whom frankly on major issues of substance there is now very little difference” (Farage, 2014)<sup>47</sup>.

Através da repetição de críticas aos principais partidos políticos britânicos ao longo deste discurso, Farage enfatiza a divisão entre a elite corrupta e o povo, criando uma fronteira interna com um inimigo que ele identifica claramente do outro lado da fronteira (Gifford, 2008, pp. 7–8): a elite política britânica e a UE. Surge, assim, mais uma característica do populismo já identificada na primeira secção do presente capítulo, que confirma o argumento analisado anteriormente que dita que a estratégia populista de Nigel Farage, enquanto líder do UKIP, foi essencial para a ascensão do partido e para a ameaça que passou a representar para os principais partidos políticos.

Neste discurso, a UE não é apresentada como um ator político, mas sim como o principal motivo da transformação do Reino Unido num país sem fronteiras e como a principal oponente ao controlo próprio das políticas de imigração: “We are borderless Britain”; “You cannot control your own borders and be a member of European Union”

---

<sup>47</sup> Vídeo do discurso completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nwsqRaCtMdc> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

(Farage, 2014). No entanto, o líder do UKIP insiste na questão da imigração, apresentando novamente esta questão de acordo com a defesa dos interesses dos britânicos “It’s no good for our young people and it’s no good for our working people to suffer from wage compression, from unemployment, and to see a level of social change in our communities that we simply can’t keep up with” (Farage, 2014). Neste excerto, importa notar o uso da linguagem como um instrumento capaz de alterar as relações sociais e de poder, uma vez que o orador define negativamente a realidade social da imigração de forma a moldar o pensamento do público contra a mesma. A afirmação de que Farage recorreu a declarações falaciosas para transformar o pensamento do público contra a imigração, é exequível na medida em que no capítulo II foi possível a observação, através de fontes estatísticas, de que a imigração é benéfica para o Reino Unido, principalmente em termos económicos.

A narrativa de Nigel Farage neste discurso, em 2014, está maioritariamente conectada à necessidade de mudança política no Reino Unido e, por isso, o orador emprega estratégias discursivas com o objetivo de ficar mais próximo do público para que a sua mensagem seja transmitida corretamente. É deste modo que, na fase final do discurso, o líder do UKIP faz a seguinte declaração, referindo-se às eleições gerais de 2015: “If we hold the balance of power there won’t be just a referendum on our EU membership, there will be a culture change in British politics. It will be a kind of politics that actually represents ordinary men and women in this country, it will be a politics of change, it will be a politics that is far better than the one we have today.” (Farage, 2014).

Por último, a conferência de Nigel Farage em Doncaster, em setembro de 2015, ocorreu depois das eleições gerais do mesmo ano, onde o UKIP não obteve o resultado que esperava. Todavia, a vitória do Partido Conservador trouxe uma vitória para o UKIP, uma vez que a promessa feita por David Cameron foi cumprida e o referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE foi marcado e, posteriormente, realizado. Assim, este discurso começa por criticar a elite política britânica, algo bastante comum nos discursos de Nigel Farage, contudo a elite criticada é “Those who want us to stay in the European Union, and I’m talking about most of our political class, I’m talking about many of the giant corporate business interests” (Farage, 2015)<sup>48</sup>.

Neste discurso Nigel Farage altera a sua estratégia habitual de forma a garantir lugar para a vitória da campanha *Leave*, a favor da saída do Reino Unido da União. O apoio ao UKIP era, para o líder, crucial para atingir o objetivo final e, por isso, Farage

---

<sup>48</sup> Vídeo com o discurso completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LbCaPp17140> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

refere que “a message to other activists and councillors and MPs and MEPs in the other political parties: this is the moment to put country before party, this is once in a lifetime opportunity to get back the independence and self-governing of this nation” (Farage, 2015). A crítica de Farage centra-se naqueles que defendem a permanência do país na UE, sendo que a instituição é retratada como o “outro perigoso” que ameaça a soberania, a democracia e a independência do Reino Unido (Pareschi & Albertini, 2016, pp. 22–23): “The risk of voting to remain in this Union is far greater than the risk of voting to take back control of our law and our borders and our own lives.” (Farage, 2015). A ênfase na soberania do Reino Unido é bastante clara nesta conferência, assim como a atribuição de características negativas à UE que tornam a instituição no inimigo que existe para lá da fronteira estabelecida entre a sociedade britânica, a elite política e a UE.

Por fim, importa referir que a onda populista que invadiu o Reino Unido, muito através do UKIP e do discurso do líder Nigel Farage, foi apoiada por jornais eurocéticos como o *The Sun* e o *Daily Mail* que, para além de eurocéticos, partilharam o mesmo sentimento anti-imigração que o UKIP, visível em notícias como as seguintes: “NO EU DON’T Building Houses for every migrant would ‘change nature and character’ of UK” (Tolhurst, 2016)<sup>49</sup>; “BRIT’S NOT FAIR! 80 per cent of employment rise last year accounted for by foreign-born workers” (Hawkes, 2016)<sup>50</sup>; “Immigration is too high, say four in five Britons” (Doughty, 2011)<sup>51</sup>; “Number of people living in Britain who were born abroad doubles to 6.9m in 30 years (and most had no UK connections before they came here)” (Doughty, 2010)<sup>52</sup>.

Assim, pode concluir-se que a perceção de que a realidade sobre a imigração espelhada tanto nos discursos de Nigel Farage, como nas nos mídia, não foi verdadeira. A análise do capítulo II tornou perceptível os benefícios da imigração para o Reino Unido. Todavia, Nicholas Onuf (2001) explica que os atores racionais fazem muitas vezes *bluff*, ameaças e promessas como movimentos estratégicos nas interações com outros atores, de forma a poderem atingir os seus objetivos. Essas interações transformam os atores em adversários ou parceiros que determinam as suas escolhas em detrimento das escolhas dos outros atores (Onuf, 2001, p. 118). Com efeito, a estratégia empregue por Nigel Farage, baseada no euroceticismo e no populismo,

---

<sup>49</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/1198446/building-houses-for-every-migrant-would-change-nature-and-character-of-uk-says-grayling/> (último acesso a 30 de agosto, 2020).

<sup>50</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/politics/1204182/80-per-cent-of-employment-rise-last-year-accounted-for-by-foreign-born-workers/> (último acesso a 30 de agosto, 2020).

<sup>51</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1337178/Number-people-living-Britain-born-abroad-doubles-6-9m-30-years.html> (último acesso a 30 de agosto, 2020).

<sup>52</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1346976/Immigration-high-say-Britons.html> (último acesso a 30 de agosto, 2020).

escondeu a verdadeira realidade do efeito da imigração no Reino Unido, o que levou a um sentimento anti-imigração generalizado por toda a população e à atribuição da culpa do aumento da imigração à UE e ao seu princípio de livre circulação. Esta estratégia pressionou o Partido Conservador no governo e levou ao desfecho do referendo que culminou na saída do Reino Unido da UE. É precisamente neste contexto que a interação do euroceticismo com o populismo se torna crucial não só na decisão de David Cameron de convocar o referendo, como também na decisão do povo britânico em votar a favor do *Brexit*. Por último, importa ainda enfatizar o uso da estratégia construtiva da CDA de Wodak et al. (2009), visto que Nigel Farage procurou estabelecer a identidade do Reino Unido, promovendo a sua diferenciação da UE e dos restantes Estados-Membros. O líder do UKIP procurou preservar, apoiar e proteger a identidade e a soberania nacionais que considerou ameaçadas pela permanência na UE.

### **3.3.2 Estudo de caso: Análise do Discurso de David Cameron sobre a UE, a imigração e o referendo para o *Brexit***

À semelhança do que foi feito na subsecção anterior, serão agora analisados alguns discursos de David Cameron de forma a tornar perceptível o que levou à decisão de realização do referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE e se, de facto, a estratégia populista do UKIP influenciou esta decisão. A presente subsecção basear-se-á, do mesmo modo, na *Critical Discourse Analysis* e na teoria construtivista das Relações Internacionais a fim de compreender o discurso do líder Conservador até à tomada de decisão. Nesta medida, serão analisados discursos proferidos pelo mesmo no período entre 2010 e 2015.

No período que antecede o ano de 2013, Cameron dedica pouca ou mesmo nenhuma atenção à imigração da UE. O líder Conservador dedica o seu discurso em 2010, após as eleições gerais, ao interesse nacional do Reino Unido e à necessidade que o país reflete de uma mudança que seja capaz de restaurar a fé dos eleitores no sistema político britânico: “Britain needs strong, stable, decisive government and it is in the national interest that we get on a security basis”; “We need a government which understands that great change is needed in order to restore faith in our political system” (Cameron, 2010)<sup>53</sup>. Para além disso, Cameron enaltece o papel do Reino Unido como ator global ao afirmar que “The national interest is clear: the world is looking to Britain for decisive actions” (Cameron, 2010). Nesta declaração é viável a conclusão de

---

<sup>53</sup> Discurso completo disponível em: <https://conservative-speeches.savit.mysociety.org/speech/601470> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

que o líder Conservador considera o Reino Unido como um país com um papel global e, por isso, enfatiza o facto de que o mundo necessita de um Reino Unido com ações decisivas. David Cameron distancia o Partido Conservador do Partido Trabalhista, na oposição, através de diversas comparações, com conotação negativa, de forma a atrair atenções positivas para o seu partido, moldando as relações sociais através da linguagem utilizada: “The Conservative Party has always been a party that puts national interest first.” (Cameron, 2010).

Em abril do ano seguinte, David Cameron proferiu um discurso exclusivamente sobre o tema da imigração. Todavia, a abordagem deste tema centrou-se na imigração fora da UE, quando nos média, particularmente no Daily Mail (2011), a título de exemplo, a imigração da UE já causava impacto em grandes títulos como os seguintes: “One in a hundred Slovaks has come to live in Britain” (Daily Mail, 2011b)<sup>54</sup>; “Poles are sending home £3bn a year... and we pay them £4.5m a week in benefits” (Daily Mail, 2011c)<sup>55</sup>; “Along with hard-working Polish plumbers we have countless criminals from former Iron Curtain countries” (Daily Mail, 2011a)<sup>56</sup>. Ainda assim, Cameron minimizou deliberadamente a imigração da UE no seu discurso, mesmo quando se referiu aos benefícios da mesma: “Our country has benefitted immeasurably from immigration. Go into any hospital and you’ll find people from Uganda, India and Pakistan who are caring for our sick and vulnerable. Go into schools and universities and you’ll find teachers from all over the world, inspiring young people. (...)” (Cameron, 2011)<sup>57</sup>.

Apesar da sua determinação em abrir o debate sobre a imigração, de considerar a preocupação da sociedade britânica com este fenómeno e de declarar que “Here, again, we are determined to be different”; “These are the differences we are trying to make – listening to people, doing the hard and necessary work of changing our country for the better.” (Cameron, 2011), o líder Conservador demonstra mais preocupação em se distanciar da oposição e estabelecer as diferenças existentes do governo de coligação para o anterior governo Trabalhista, do que em abrir o debate sobre a imigração da UE. Sobre este assunto, Cameron refere apenas que, de facto, as fronteiras do Reino Unido estão abertas para os cidadãos de outros Estados-Membros da UE, mas estes cidadãos representam apenas uma pequena proporção do saldo migratório geral para o Reino

---

<sup>54</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2002710/UK-immigration-1-Slovaks-come-live-Britain.html> (último acesso a 31 de agosto, 2020).

<sup>55</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2017817/Poles-sending-home-3bn-year--pay-4-5m-week-benefits.html> (último acesso a 31 de agosto, 2020).

<sup>56</sup> Notícia completa disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/debate/article-2061539/UK-immigration-Hard-working-Polish-plumbers-countless-criminals.html> (último acesso a 31 de agosto, 2020).

<sup>57</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2011/apr/14/david-cameron-immigration-speech-full-text> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

Unido, e acrescenta que “When it comes to immigration to our country, it’s the numbers from outsider the EU that really matter” (Cameron, 2011).

Foi neste contexto que a pressão sobre o líder conservador começou a aumentar. As críticas à sua estratégia começaram a surgir quando Nigel Farage (2011) declarou que o controlo da imigração só seria possível com o Reino Unido fora da UE e que este era um debate que David Cameron não queria enfrentar (Farage (2011) citado em Ágopcsa, 2017, pp. 5–6). Deste modo, começou ainda a surgir pressão dos conservadores mais eurocéticos e da população britânica em geral, que demonstrou o seu apoio ao UKIP, cuja ascensão foi promovida pelo governo de coligação entre os Liberais Democratas e o Partido Conservador (Tournier-Sol, 2015a, pp. 140–141). Dentro do Partido Conservador, eram vários os deputados que apoiavam e defendiam a realização de um referendo sobre a permanência na UE<sup>58</sup>. Fora do partido, era claro o aumento do apoio ao UKIP, que ganhava cada vez mais terreno como a terceira força partidária do Reino Unido.

Neste sentido, David Cameron, em janeiro de 2013, comprometeu-se com a realização de um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE, caso fosse reeleito nas eleições gerais de 2015. Contudo, o líder Conservador deixou bem assente a sua posição favorável à UE num discurso que inicia com uma abordagem histórica, com o objetivo de integrar e transmitir o conhecimento sobre os antecedentes sociais e políticos da instituição e da sua importância na reconstrução da Europa pós-guerra: “Healing those wounds of our history is the central story of the European Union” (Cameron, 2013b)<sup>59</sup>.

David Cameron defende a permanência do Reino Unido na UE de acordo com o sistema cooperativo de Alexander Wendt (1992), no qual os Estados se identificam positivamente uns com os outros para que a segurança de cada um seja percebida como responsabilidade dos demais. Neste sistema os termos dos interesses são definidos de acordo com a comunidade e os interesses nacionais, são interesses internacionais (Wendt, 1992, pp. 400–401). Deste modo, Cameron defende a permanência na UE porque identifica o Reino Unido com a instituição e com os benefícios económicos que a mesma traz para o país. Numa lógica mais racional do que a de Nigel Farage, o líder Conservador baseia os interesses nacionais num tipo de racionalidade económica, social e política e, por isso, define a UE como um meio para um fim: “For us, the European Union is a means to an end – prosperity, stability, the anchor of freedom and

---

<sup>58</sup> Num artigo escrito por um deputado europeu do Partido Conservador, em 2012, podia inclusive ler-se o seguinte: “The Tories can shoot UKIP’s fox with na In/Out referendum” (Helmer, 2011).

<sup>59</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

democracy both within Europe and beyond her shores – not an end in itself.” (Cameron, 2013b).

No que diz respeito ao tema da imigração da UE, é apenas em março de 2013 que David Cameron faz referência a este assunto pela primeira vez e apresenta a necessidade de reformas nos sistemas de habitação e bem-estar, de forma a tornar o mesmo mais justo para os britânicos. Todavia, a prática discursiva de Cameron possui algumas contradições. Se por um lado, considera a imigração benéfica e enriquecedora para o Reino Unido, promovendo a entrada daqueles que imigram pelos motivos certos: “We are rolling out the red carpet to those whose hard work and investment will create new British jobs, because we are in a global race for our economic future. And the right sort of immigration is not just good for Britain – it is, I would argue, essential.” (Cameron, 2013a)<sup>60</sup>. Por outro lado, as contínuas referências aos contribuintes britânicos criaram uma forte distinção entre “nós” (os contribuintes britânicos) e “eles” (os imigrantes que não possuem perspectivas de emprego): “On benefits: right now the message through the benefit system is all wrong. It says that if you can’t find a job or you drop out of work early, the British taxpayer owes you a living for as long as you like, no matter how little you have contributes to social security since you arrive. (...) So, by the end of this year and before the controls on Bulgarians and Romanians are lifted, we are going to strengthen the test that determines which migrants can access benefits” (Cameron, 2013a).

Neste discurso, torna-se exequível um senso de ameaça ao sistema de benefícios do Reino Unido protagonizado pelos imigrantes da UE. Em resposta a esta ameaça, Cameron propõe fortalecer o sistema de benefícios de forma a torná-lo mais justo para os contribuintes britânicos: “As a migrant, we’re only going to give you six months to be a jobseeker. After that, benefits will be cut out off unless you can prove not just that you are genuinely seeking for employment but also that you have a genuine chance of getting a job (...) and yes, it also will include whether your hability to speak English is a barrier to work. (...) So, yes, of course they can still come and stay here if they want to, but the British taxpayer will not go endlessly paying for them anymore.” (Cameron, 2013a).

De acordo com os diversos atos de discurso definidos por Nicholas Onuf (2001), David Cameron recorre a um tipo de ato assertivo, uma vez que a sua intenção é que os seus ouvintes, neste caso os eleitores britânicos, aceitem o conteúdo proposicional do seu discurso. Caso os ouvintes rejeitem ou ignorem as suas afirmações, o que neste caso

---

<sup>60</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/david-camersons-immigration-speech> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

resultará na perda de eleitores, irão limitar a ação do orador e o seu efeito em alcançar as mudanças pretendidas (Onuf, 2001, pp. 120–121). De acordo com a teoria construtivista das Relações Internacionais, as opiniões e as ações dos atores políticos dependem e derivam das relações sociais com outros atores, deste modo “o construtivismo defende que as normas, ideias, identidades e interesses podem mudar” (Reis, 2017, pp. 84–85). Assim, a mudança na perspectiva de David Cameron sobre os imigrantes da UE derivou da interação e da pressão exercida não só pelos seus colegas Conservadores, como também pela ascensão do UKIP e pela defesa de um ideal eurocético que defende a saída do Reino Unido da UE.

No construtivismo social “o papel das ideias, portanto, constitui a base para o entendimento da relação entre identidades e interesses, que se encontram em interação durante a relação entre agentes” (Reis, 2017, p. 85), desta forma, a ideia de que a imigração é benéfica para o Reino Unido mantém-se ao longo do discurso de Cameron (2014), no entanto passou a existir uma alteração consequente da interação entre atores, uma vez que Cameron passa a incluir no seu discurso a necessidade do controlo da imigração em prol do interesse nacional: “Immigration benefits Britain, but it needs to be controlled, it needs to be fair, and it needs to be centred around our national interest.” (Cameron, 2014)<sup>61</sup>.

Em termos de identidade, o Primeiro-Ministro britânico enfatiza o ideal de um Reino Unido com carácter global, mas valoriza o papel da imigração na constituição deste carácter: “Our openness is part of who we are. We should celebrate it. (...) We are Great Britain because of immigration, not in spite of it.” (Cameron, 2014). Contudo, Cameron enaltece a posição do governo ao demonstrar que ouve a sociedade britânica e tem em conta as preocupações derivadas da imigração em massa: “People want government to have control over the number of people coming here, and the circumstances in which they come, both from around the world and from within the European Union (...) and they want us to manage pressure on our schools, on our hospitals, and on our housing.” (Cameron, 2014).

A alteração na retórica de David Cameron sobre a imigração, especialmente sobre a imigração da UE, é bastante notável ao longo dos discursos analisados. Neste último discurso, proferido em 2014, após uma grande vitória do UKIP nas eleições europeias e da deserção de dois deputados Conservadores para o UKIP, Cameron cedeu à pressão exercida e declarou que a imigração estaria no centro das renegociações da posição do Reino Unido na UE (Ágopcsa, 2017, pp. 7–8), em contraste com o discurso

---

<sup>61</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/jcb-staffordshire-prime-ministers-speech> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

em janeiro de 2013, em que o Primeiro-Ministro evitou abordar o assunto da imigração europeia. No entanto, da mesma forma que Cameron permaneceu com as explicações sobre os benefícios da imigração e as contribuições económicas dos imigrantes, que beneficiam o país, uma retórica menos favorável aos imigrantes surgiu quando Cameron passou a considerar os imigrantes da UE como uma ameaça para o sistema de benefícios britânico: “This is about saying our welfare system, in a way, should be like a national club. It’s made up of the contributions of hardworking British taxpayers, millions of people doing the right thing, paying into the system, generation after generation. It cannot be right that migrants can turn up and claim full rights to this club straight away. (...) EU migrants should have a job offer before they came here. UK taxpayers will not support them if they don’t.” (Cameron, 2014). Em suma, a estratégia discursiva de David Cameron foi alterada e o líder Conservador passou a incluir no discurso o assunto da imigração da UE devido à pressão exercida pelos seus deputados e pela emergência do UKIP. No entanto, mesmo equilibrando a balança discursiva, Cameron não deixou de referir os benefícios não só da imigração, como também da livre circulação, que é um princípio fundamental para a adesão ao mercado único. No final do discurso de novembro de 2014, Cameron reforçou a ideia de que, se fosse eleito como Primeiro-Ministro em maio de 2015, iria negociar a reforma da UE e a relação do Reino Unido com a instituição, reforçando que “This issue of free movement will be a key part of that negotiation.” (Cameron, 2014). O líder Conservador referiu também que faria campanha para manter o país numa UE reformada, mas deixaria a cargo dos britânicos a decisão de manter ou não o Reino Unido na UE.

A questão de referendo é novamente abordada em 2015, após a vitória do Partido Conservador nas eleições gerais, onde Cameron refere que cumprirá a promessa elaborada sobre o referendo relativo à posição do Reino Unido dentro ou fora da União: “And yes, we deliver that in/out referendum on our future in Europe.” (Cameron, 2015)<sup>62</sup>. Wodak et al. (2009) refere que os atos discursivos são socialmente constitutivos de diversas maneiras: são os grandes responsáveis pela génese, produção e construção de condições sociais particulares; podem contribuir para a restauração, legitimação ou relativização do *status quo*; são empregues para manter e reproduzir o *status quo*; e, por fim, a prática discursiva pode ser eficaz para transformar, desmontar ou até mesmo destruir o *status quo* (Wodak et al., 2009, p. 8).

Desde modo, podemos concluir que os atos discursivos de Cameron, para além de terem sido influenciados pela interação entre os atores políticos, contribuíram para

---

<sup>62</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/election-2015-prime-ministers-speech> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

uma construção social particular que levou à alteração do *status quo*, uma vez que foi prometido e, posteriormente, realizado um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE e, o seu resultado, levou inerentemente à alteração da realidade social britânica. De facto, o discurso de Cameron pouco se enquadra com o populismo, uma vez que o líder Conservador, ao contrário de Nigel Farage, não faz uso de uma linguagem simplista baseada na afirmação infundada (ou mal-informada) do certo e do errado, mas sim na análise dos problemas e na procura rápida de uma solução para os mesmos. Ainda assim, é notável que a interação e a relação dos demais atores políticos levou à alteração das ideias e dos ideais de Cameron que passou, em certo ponto, a considerar a imigração da UE como uma ameaça ao sistema de benefícios britânico. Cameron viu-se muitas vezes obrigado a extremar o discurso com receio de vir a perder uma parte significativa do eleitorado para o UKIP e, nessa medida, o seu discurso pode ter incorporado, ocasionalmente, elementos mais demagógicos ou sobretudo um apelo mais direto a uma certa ideia de nação muito acarinhada pela direita mais conservadora do seu partido. No entanto, pode ser dito que, no computo global, a identidade nacional britânica que Cameron projeta nos seus discursos justificaria, ainda assim, a permanência do Reino Unido na UE, uma vez que a instituição é, e foi, uma mais valia para a recuperação e para o desenvolvimento e expansão da economia britânica.

## Capítulo IV – O Cenário por detrás do *Brexit*

Sabemos que na UE muitas das preferências populares e políticas públicas têm vindo a ser determinadas cada vez mais pela via de referendos. Boomgaarden e Vreese (2005), referem que a integração europeia, em particular, é a questão mais votada em todo o mundo e o uso de referendos para decidir assuntos sobre a adesão à UE, políticas-chave, ratificação de tratados e documentos constitucionais tem aumentado cada vez mais (Vreese & Boomgaarden, 2005, p. 61). Deste modo, o referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE não é novidade, principalmente pelo facto de ser o segundo referendo realizado sobre o mesmo tema.

Com um passado focado no euroceticismo, a decisão dos eleitores britânicos a favor da saída da UE não é surpreendente. O debate público durante a campanha do referendo enfatizou questões como a economia, a democracia, a soberania, a imigração, entre muitas outras. Foi um debate intenso onde a retórica utilizada por cada lado das campanhas – *Leave* e *Remain* – se tornou num instrumento fundamental para a decisão final. Os argumentos utilizados teriam de ser determinantes e relevantes sobre o quotidiano dos eleitores, de forma a enfatizar uma base lógica e positiva para um futuro dentro ou fora da UE (Crines, 2016)<sup>63</sup>. Carácter e credibilidade eram questões essenciais para conquistar as mentes e os votos da sociedade britânica.

Desta forma, o presente capítulo pretende, inicialmente, demonstrar quais os principais motivos que levaram os eleitores a votar a favor do *Brexit*. De seguida, é analisada a forma como o referendo demonstrou um Reino Unido socialmente dividido entre gerações, classes sociais e educacionais. Por fim, são examinadas as duas campanhas, *Leave* e *Remain*, de forma a tornar perceptível quais as estratégias utilizadas por cada um dos lados, assim como qual o poder que uma retórica forte, apelativa e persuasiva teve no desfecho do referendo para o *Brexit*. Pretende-se assim conectar o euroceticismo e o populismo e demonstrar ainda a influência do sentimento anti-imigração, generalizado pela grande maioria da sociedade britânica, não só no resultado do referendo como também durante toda a campanha realizada. Com efeito, é demonstrado que o tradicional euroceticismo, característico do Reino Unido, não foi o principal e único motivo que levou os eleitores a favorecer a saída do Reino Unido da UE.

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.psa.ac.uk/psa/news/rhetoric-eu-referendum-campaign> (último acesso a 9 de setembro, 2020).

## 4.1 Os Motivos Agregados ao Voto a favor do *Brexit*

A 23 de junho de 2016 os cidadãos do Reino Unido, numa votação com um alto nível de participação (cerca de 72%), votaram, com uma pequena maioria, a favor da saída do Reino Unido da UE ou, de forma mais simples, a favor do *Brexit*. Após a votação, o governo britânico invocou, pela primeira-vez na história da UE, o artigo 50<sup>o</sup> do TUE, que dita que “Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respetivas normas constitucionais, retirar-se da União” e prevê um prazo de dois anos para a negociação da saída de um Estado-Membro (Tratado de Lisboa, 2008, p. 54).

Deste modo, os britânicos, por uma maioria de 51.9% (LUSA, 2016)<sup>64</sup>, optaram por quebrar uma relação de quatro décadas com a UE. Com efeito, esta decisão deixa pendente uma questão relativa aos motivos que levaram os cidadãos do Reino Unido a votar a favor do *Brexit*. Serve, por isso, a presente secção para uma melhor compreensão dos motivos que estiveram por detrás da votação do dia 23 de junho de 2016. De acordo com Hobolt (2016), a decisão de voto foi dividida em dois âmbitos distintos. O primeiro foi referente às atitudes perante a UE e evidenciou os valores e crenças individuais, argumentando que o comportamento eleitoral nos referendos sobre assuntos da União reflete as atitudes gerais subjacentes dos indivíduos em relação à integração europeia. No que respeita ao segundo âmbito, Hobolt refere que o referendo foi utilizado como expressão da insatisfação dos cidadãos para com o governo em exercício. Neste caso, os eleitores utilizaram o seu voto como forma de expressão da sua insatisfação com o governo ou com a classe política doméstica dominante (Hobolt, 2016, pp. 1266–1267).

A elevada participação na votação para o referendo demonstrou que os cidadãos britânicos não consideravam a questão Europeia como uma questão de segunda ordem, mas sim como um assunto de elevada saliência, que influenciava não só o sistema político britânico como também a vida de todos os cidadãos. No entanto, importa referir que, tal como observado no primeiro capítulo da presente dissertação, a relação do Reino Unido com a UE foi, desde o início, problemática, o que explica, em parte, o facto de o desfecho do referendo não ter sido surpreendente. Em 1975, apenas dois anos após a adesão do Reino Unido à CEE, o governo trabalhista de Harold Wilson convocou um referendo sobre a permanência do país naquela instituição.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/o-que-e-o-artigo-50-do-tratado-de-lisboa-5246346.html> (último acesso a 5 de setembro, 2020).

Conforme refere Andrew Glencross (2016), pode estabelecer-se um paralelismo entre o referendo de 2016 e o referendo de 1975, visto que ambos os respetivos governos renegociaram os termos de adesão do Reino Unido à UE antes de deixarem nas mãos do povo a decisão final (Kim, 2016, pp. 558–559). Contudo, o clima político em ambos os referendos foi muito distinto, principalmente porque, em 2016, existia uma grande divisão no Partido Conservador devido a uma questão ausente em 1975: precisamente a da imigração. A postura partidária é considerada como um fator de elevada importância para a prontidão dos eleitores em utilizar um referendo como forma de punir o governo em exercício. Deste modo, o risco do referendo poderia ter sido minimizado caso existisse um consenso dentro do Partido Conservador, no governo. O euroceticismo britânico, que percorre todo o espectro político, criou ainda uma dificuldade persistente nos partidos políticos britânicos, que não conseguiram estabelecer uma posição específica e efetiva relativamente à integração europeia (Glencross, 2016, p. 12).

À semelhança do que aconteceu com Wilson em 1975, David Cameron iniciou, em 2015, a renegociação dos termos de adesão do Reino Unido à UE. Todos os principais componentes do acordo foram apoiados por maioria. A redução da burocracia da UE, a proteção do Reino Unido das regras destinadas aos países da zona euro, a declaração clara de que o objetivo de ‘uma União cada vez mais estreita’ não se aplicava ao Reino Unido e a redução dos benefícios no trabalho que os imigrantes da UE podiam reivindicar nos primeiros quatro anos, foram alguns dos termos da renegociação com a União (Dahlgreen, 2016)<sup>65</sup>. Todavia, estas medidas eram ineficazes para atenuar as principais preocupações dos cidadãos britânicos, visto que em nenhuma das medidas propostas estava prevista a redução da imigração da UE<sup>66</sup> através da restrição do princípio de livre circulação, e mesmo a redução dos benefícios de trabalho para os imigrantes da UE estava sujeita a um grande número de obstáculos legislativos. O fracasso das negociações que, segundo David Cameron trariam “mudanças substanciais”, levou a um aumento substancial favorável à campanha pela saída do Reino Unido da UE (Dahlgreen, 2016).

Conforme observado no segundo capítulo, o assunto da imigração tomou proporções bastante elevadas na preocupação pública dos cidadãos britânicos. O fracasso do governo em atenuar esta preocupação e definir medidas mais restritivas para os imigrantes da UE desencadeou uma falta de confiança nos dois principais

---

<sup>65</sup> Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2016/02/04/eu-referendum-leave-leads-nine> (último acesso a 5 de setembro, 2020).

<sup>66</sup> A única medida restritiva era relativa a futuros Estados-Membros da União Europeia, o que não iria diminuir os níveis de imigração nem restringir a liberdade de circulação dos cidadãos de outros Estados-Membros da União (Sommerville, 2016)

partidos políticos britânicos (Evans & Mellon, 2019, pp. 81–83; M. J. Goodwin & Ford, 2017, pp. 21–22). A emergência do UKIP, analisada no terceiro capítulo, representou ainda o descontentamento dos eleitores com as políticas do governo e a crescente preocupação com a imigração. O aumento do apoio ao UKIP representou uma ameaça aos principais partidos políticos, uma vez que este partido se posicionou de acordo com o discurso eurocético e anti-imigração. Assim, é possível encontrar nos principais motivos do voto a favor do *Brexit* o tema da imigração, aliado ao histórico eurocético do país, como uma motivação fundamental para a decisão de voto.

A figura 11 realça a influência do UKIP no referendo de 2016 ao demonstrar a percentagem de eleitores curiosos pelo partido desde 2014 e aqueles que nunca demonstraram qualquer tipo de apoio. De acordo com Evans e Mellon (2016), os eleitores do UKIP não são permanentes, o que significa que a parcela de eleitores que já apoiaram o partido é maior do que aquela correspondente a um determinado momento. Todavia, os resultados demonstrados pela figura 11 mostram que os motivos que levaram a um voto maioritário a favor do *Brexit*, são os mesmos que levaram ao apoio ao UKIP, devido à correlação entre “UKIP curious” e o lado “Leave” (Evans & Mellon, 2016). Com efeito, conceitos-chave como imigração, soberania, controlo de fronteiras, identidade nacional, excecionalismo britânico, entre outros, aliados a um ideal eurocético, populista e anti-*establishment*, fizeram emergir a campanha pela saída do Reino Unido da UE, tal como fizeram emergir o UKIP. Importa ressaltar que a ascensão do UKIP muito se deveu à posição anti-imigração do partido, uma vez que os eleitores britânicos consideravam a questão europeia como uma questão de segunda ordem, o que deixou de acontecer quando este partido conectou o aumento da imigração com o princípio da livre circulação do bloco europeu (Sommerville, 2016)<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/brexit-role-migration-upcoming-eu-referendum> (último acesso a 5 de setembro, 2020).



A análise da figura 12 confirma precisamente que a imigração se apresentou como uma das maiores preocupações da sociedade britânica e um dos principais motivos que levaram os eleitores a votar pelo *Brexit*. Questões relativas à soberania, leis, controlo e fronteiras apresentam-se também como palavras de destaque e encontram-se correlacionadas com a questão da imigração, uma vez que a saída da UE permite ao Reino Unido o controlo de fronteiras, e assim restringir a imigração oriunda da UE.



Figura 13 – Nuvem de Palavras – Eleitores decididos pela permanência na UE  
Fonte: British Election Study, 2016

A figura 13, relativa aos eleitores cuja preferência era a permanência na UE, tem como destaque primordial a palavra ‘economia’. Na verdade, a maioria dos eleitores que defendeu a permanência no bloco europeu fê-lo maioritariamente pelos benefícios económicos associados ao mercado comum, assim como a campanha pela permanência também enalteceu a instabilidade económica e a perda de benefícios económicos que poderiam ser gerados como consequência da saída da UE (Hobolt, 2016, p. 1266). Associadas à questão económica encontram-se também as palavras ‘empregos’, ‘comércio’, ‘futuro’, ‘estabilidade’ e as palavras ‘segurança’ e ‘paz’ que representam a ligação ao princípio fundador do projeto europeu: manter a paz, estabilidade e prosperidade na Europa. Assim, as figuras 12 e 13 demonstram que a divisão elementar para os eleitores britânicos consistiu em duas questões-chave: a economia e a imigração. O voto maioritário dos cidadãos do Reino Unido para deixar a União foi, portanto, o resultado de um sentimento anti-imigração generalizado (Bulman, 2017)<sup>70</sup>, sendo que, de acordo com o *British Social Attitudes*, 73% dos cidadãos preocupados

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/brexit-latest-news-leave-eu-immigration-main-reason-european-union-survey-a7811651.html> (último acesso a 6 de setembro, 2020).

com a imigração votaram a favor do *Brexit*, comparativamente a 36% que não identificavam a imigração como uma preocupação (Curtice, 2016)<sup>71</sup>.

Resumidamente, a afirmação de que a imigração esteve, de facto, no seio dos motivos que levaram à votação a favor da saída do Reino Unido da UE é passível de ser elaborada. Apesar de existirem outros motivos que foram importantes no desfecho do *Brexit*, muitos deles encontram-se, direta ou indiretamente, relacionados com a imigração, como é o caso de assuntos como a recuperação da soberania nacional, a independência do país das diretivas de Bruxelas, o retomar do controlo fronteiriço e, inclusive, a falta de confiança no governo, uma vez que não foi capaz de reduzir o número de imigrantes da UE. Não obstante, o voto a favor do *Brexit* não pode ser separado do passado eurocético do Reino Unido e da sua longa relutância em relação ao processo de integração europeia. Andrew Glencross (2016) define, por isso, as quatro décadas de adesão do Reino Unido ao bloco europeu como “40-year neverendum!” (Glencross, 2016, p. 2), precisamente devido à abordagem do país à integração europeia durante as quatro décadas. A realização dos dois referendos, 1975 e 2016, e as constantes oposições ao processo de integração europeia, referidas no primeiro capítulo, representam, segundo o mesmo autor, uma extensão de uma mentalidade excecional derivada de uma certa superioridade adquirida pelo legado do Império Britânico (Glencross, 2016, pp. 2–3).

Por fim, importa deixar a noção que Simon Usherwood (2018) defende ao afirmar que o Reino Unido não se encontra ‘preparado’ para sair da UE, uma vez que o bloco europeu representou, durante quatro décadas, o estado ‘normal’ da vida social e política do país (Usherwood, 2018a, pp. 109–110). Para o autor, sair da UE não significa um regresso ao *status quo* anterior à adesão, mas sim a entrada num novo *status quo*, visto que a nova posição do Reino Unido no sistema internacional é algo novo que o país nunca experienciou, uma vez que o mundo de agora não é o mesmo mundo de 1972.

---

<sup>71</sup> Disponível em: [https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/39149/bsa34\\_brexit\\_final.pdf](https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/39149/bsa34_brexit_final.pdf) (último acesso a 6 de setembro, 2020).

## 4.2 Uma Nação Dividida

A filosofia do *Brexit* e o uso de democracia direta através do referendo representou uma forte crítica à democracia representativa. A análise do resultado da votação do dia 23 de junho de 2016 espelhou um Reino Unido que em assuntos sobre imigração, economia e permanência na UE se encontrava socialmente dividido entre classe social, geração e geografia (M. J. Goodwin & Heath, 2016, p. 324).

Para Adam (2020) existiram três largos grupos que apoiaram o *Brexit*<sup>72</sup>. O primeiro apresenta-se como os Conservadores mais radicais que herdaram o espírito e seguiram o legado de Margaret Thatcher. Ao segundo grupo correspondem os pequenos e médios empresários irritados com as pesadas regulamentações vindas de Bruxelas. O terceiro e mais largo grupo, por fim, corresponde aos contribuintes britânicos que se sentem indignados com os imigrantes que entraram livremente no país e fizeram uso dos benefícios pagos pelos contribuintes britânicos (Adam, 2020, pp. 201–203). Sentindo-se ‘deixados para trás’ devido às forças da globalização e à crescente onda de imigração da UE, o grupo defendeu que estes dois fatores foram geradores de desigualdade social no Reino Unido (Weeks, 2017, p. 7). Este grupo é composto por uma população mais idosa, com um baixo nível educacional, economicamente insegura e que expressa preocupações sobre a imigração e o multiculturalismo (Hobolt, 2016, pp. 1259–1260).

As diferenças demográficas de acordo com a idade e com o nível educacional foram potencialmente influenciadoras no resultado do referendo do *Brexit*. De acordo com o *British Social Attitudes* (Curtice, 2016, p. 7), entre os indivíduos que votaram, os eleitores mais novos eram mais propensos a votar a favor da permanência do Reino Unido na UE: no intervalo de idades entre 18 e 24 anos, 72% dos eleitores votaram pela permanência em oposição a apenas 28% que votaram pela saída; nos intervalos entre 25-34 e 35-44, 63% dos eleitores votaram a favor da permanência, enquanto 37% votaram a favor do *Brexit*. A partir dos 55 anos a pretensão dos eleitores britânicos foi muito mais favorável ao voto pela saída da UE, destacando-se os indivíduos com mais de 65 anos onde a escolha pelo *Brexit* representou 63% desses eleitores contra apenas 37% que optaram pela permanência (Curtice, 2016, p. 7). Estes dados mostram, de facto, uma divisão social bastante acentuada que revela que os jovens, reconhecidos como o futuro de qualquer país, votaram maioritariamente pela permanência na UE, contrariando o desfecho do referendo, o que torna o caminho dos principais partidos

---

<sup>72</sup> O autor acrescenta ainda um quarto grupo referente àqueles que votaram a favor da permanência do Reino Unido na UE e defende que estes quatro grupos se bloquearam mutuamente, o que resultou num resultado favorável ao *Brexit* apenas por uma pequena maioria (Adam, 2020, p. 203).

políticos britânicos mais difícil uma vez que, ao apoiarem o *Brexit*, vão ter dificuldades em conquistar estes eleitores no futuro.

O nível educacional, ligado também à classe social, espelhou similarmente uma profunda divisão social no Reino Unido, visto que 78% dos indivíduos sem qualificações de educação formais votaram a favor da saída (Swales, 2016, p. 7). A nível geográfico foi observado que nas localidades onde existe um número mais elevado de pessoas com maior nível de instrução, o voto pela saída da UE foi significativamente mais baixo, sendo que 58% dos votos da campanha *Leave* foram obtidos em localidades com níveis educacionais a baixo da média do país (M. J. Goodwin & Heath, 2016, pp. 325–326). Simultaneamente, a educação encontra-se correlacionada com a idade, uma vez que existe mais probabilidade de os eleitores mais novos possuírem um curso universitário do que os eleitores mais idosos, onde a probabilidade de não terem qualquer tipo de qualificação é maior. Na tabela 2 é possível observar a correlação entre a idade e o nível educacional, o que demonstra que a formação educacional representa um papel importante e fundamental na definição do voto, particularmente no apoio do voto pela permanência na UE.

% Remain	Age group		
	18-34	35-54	55+
<b>Highest educational qualification</b>			
Degree	80	81	70
Higher below degree/A-level	71	54	41
GCSE or less	37	37	30

Tabela 2 – Percentagem de votos a favor da permanência na UE por idade e qualificação educacional  
 Fonte: British Social Attitudes, 2016

As divisões observadas a nível educacional e geracional no voto a favor ou contra a permanência do Reino Unido na UE encontram-se também espelhadas na opinião pública em relação ao assunto da imigração. Deste modo, os indivíduos mais novos e com um nível educacional superior ou acima da média possuem uma opinião mais positiva em relação à imigração no Reino Unido, sendo que 60% dos graduados acredita que o Reino Unido beneficiou com a imigração, comparado com 17% daqueles sem qualificações que partilham a mesma opinião (Ford & Heath, 2013, p. 1).

A nível geográfico o voto a favor da campanha pela saída foi mais incidente nas localidades onde a população é mais idosa e possui um nível educacional mais baixo. Todavia, existe uma relação negativa entre o nível de imigrantes da UE em determinada

localidade e o nível de apoio favorável ao *Brexit*. A título de exemplo, em comunidades como South Staffordshire em West Midlands, onde o número de imigrantes é dos mais baixos do Reino Unido (menos de 1%), o voto pela saída da UE atingiu os 78% (M. J. Goodwin & Heath, 2016, pp. 328–329). Goodwin e Heath (2016) referiram inclusive que das vinte localidades com menos imigrantes da UE, quinze votaram pela saída. Enquanto que das vinte localidades com um número mais elevado de imigrantes da UE, como é o caso de Londres, dezoito votaram pela permanência (M. J. Goodwin & Heath, 2016, pp. 327–329). Deste modo, os autores acrescentam ainda que as localidades onde os níveis de imigração aumentaram nos últimos 10 anos também votaram a favor do *Brexit*, o que demonstra outra característica associada a este tipo de voto: a mudança demográfica. As mudanças demográficas muito repentinas e inesperadas resultaram numa incerteza generalizada, por parte dos cidadãos destas comunidades, que criou um determinado tipo de desconfiança em relação aos imigrantes. Estas alterações destabilizaram as sociedades e tornaram-se numa ameaça ao senso de identidade nacional e à cultura britânica. Com efeito, é compreensível que em localidades onde existe uma diversidade cultural e étnica muito grande, como é o caso de Londres, Cambridge ou Oxford, esta mudança demográfica não afete nem destabilize os cidadãos, visto que já estão habituados a lidar com os imigrantes e, por sua vez, são cidadãos mais jovens e com um nível educacional mais elevado (M. Goodwin & Milazzo, 2017, pp. 452–453; Saran, 2009, pp. 2–3).

Verificou-se ainda que as minorias étnicas votaram pela permanência, assim como se verificou a mesma situação em localidades com maior número de população não branca (M. J. Goodwin & Heath, 2016, p. 328). As áreas em que a campanha *Leave* obteve um maior grau de apoio foram, portanto, áreas onde as comunidades tendem a ser economicamente mais desfavorecidas e socialmente vulneráveis, onde os níveis de educação são mais baixos e onde a população local é maioritariamente branca. Estas áreas correspondem também àquelas onde o apoio ao UKIP foi elevado. A campanha *Leave*, tal como o UKIP, procurou apoio diante da classe designada como *left behind*, que representa os eleitores mais idosos, da classe trabalhadora, brancos, com baixas qualificações, que vivem com rendimentos baixos e não possuem as capacidades necessárias para se adaptarem a um mundo moderno e globalizado e para prosperarem entre a economia moderna pós-industrial (M. J. Goodwin & Heath, 2016, pp. 324–325).

Desta forma, é possível concluir que o apoio à saída do Reino Unido da UE foi maioritariamente dado pelos mesmos eleitores que apoiam ou já apoiaram o UKIP e que, por isso, partilham os mesmos sentimentos eurocéticos e anti-imigração que se

encontram na base do partido. Para além disso, tal como o UKIP, a campanha *Leave* teve a capacidade de obter apoio dos eleitores que, tradicionalmente, apoiavam o Partido Trabalhista. De acordo com Hanretty (2016), mais de três quartos dos círculos eleitorais mantidos pelo Partido Conservador votaram a favor da saída e cerca de sete em cada dez círculos eleitorais mantidos pelo Partido Trabalhista votaram da mesma forma (Hanretty, 2016)<sup>73</sup>. Esta análise demonstrou que embora o Partido Trabalhista seja muito mais pró-UE, o mesmo não pode ser afirmado dos constituintes que detém.

A votação do *Brexit* representou, deste modo, um teste aos méritos do projeto europeu e conseguiu garantir mais votos do que qualquer eleição realizada no Reino Unido desde 1992, visto que existiu uma elevada probabilidade de voto mesmo por indivíduos com pouco ou nenhum interesse por política, dado que a votação no referendo obteve um nível de participação de cerca de 72%, em comparação com 66% de participação nas eleições gerais de 2015 (Bulman, 2017; Weeks, 2017)<sup>74</sup>. Os motivos do voto a favor do *Brexit* foram significativamente movidos pela questão da imigração. Roger Harding (2017) afirmou ao *The Independent* que “For leave voters, the vote was particularly about immigration and the social consequences of it. We find a bit of correlation with people who don’t trust Government, but that’s not nearly strong. Two biggest guides to why people voted leave were those most concerned with immigration and those with a lower level of education. On the topic of immigration itself – we found a big divide between young graduates who were positive about the social impact on immigration and older schools leavers who were much more negative. The view in Britain non aggregate is pretty middling, but underneath is that stark divide, and this division could be a problem for all political parties trying to win over the country post-Brexit.” (Harding (2017) citado em Bulman, 2017).

Por fim, importa referir que o voto pela saída também agregou motivos ligados ao senso de identidade nacional e perspetiva cultural dos indivíduos, contudo estes dois fatores encontram-se similarmente conectados com a ameaça percebida causada pela imigração. Todavia, no final de contas a campanha *Leave* saiu vitoriosa e o referendo de 2016 deu voz às profundas divisões sociais do Reino Unido quer ao nível educacional, geracional ou de classe social. Esta votação indicou, muito provavelmente, que os cidadãos que se sentem excluídos do consenso político principal, desempenhado nas últimas quatro décadas de adesão à UE, usaram o referendo como forma de dar voz ao seu descontentamento da relação entre o Reino Unido e o bloco europeu e às

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://medium.com/@chrishanretty/most-labour-mps-represent-a-constituency-that-voted-leave-36f13210f5c6#.fu9zvch6u> (último acesso a 7 de setembro, 2020).

<sup>74</sup> Disponível em: <https://urpe.wordpress.com/2017/05/11/understanding-brexit-a-primer-on-the-split-that-has-now-been-set-into-motion/> (último acesso a 8 de setembro, 2020).

ameaças percebidas à identidade nacional britânica, aos valores, às crenças, à forma de vida e à cultura. Tal como referem Goodwin e Heath (2016), na sombra do referendo do *Brexit*, passou a existir uma afirmação básica que poucos contestariam: o Reino Unido está, agora, mais dividido do que nunca (M. J. Goodwin & Heath, 2016, p. 331).

### 4.3 A Campanha *Remain* e o Argumento Económico

Tal como foi demonstrado no terceiro capítulo, a linguagem apresenta-se como um elemento que pode alterar as relações de poder e as construções sociais, já que as realidades sociais são moldadas pela linguagem que os atores empregam (Fairclough e Wodak, 2011, apud Amelsvoort, 2017, p. 6). Um referendo requer uma escolha binária e, por isso, a linguagem utilizada no período que antecede qualquer referendo deve ser cuidadosamente escolhida de forma a ser persuasiva o suficiente para levar os cidadãos a acreditar na mensagem que se pretende transmitir. Deste modo, um referendo cujo tema principal é a permanência ou a saída da UE torna-se bastante complicado, uma vez que a UE abrange vinte e sete nações (na altura do referendo abrangia ainda vinte e oito) e mais de 500 milhões de habitantes, o que envolve uma vasta gama de questões boas e más e torna impossível nutrir um sentimento seja de apoio, adesão ou pertença, seja de distância, desalinhamento ou inimizade pela instituição (Buckledee, 2018, p. 8).

A campanha pela permanência do Reino Unido na UE<sup>75</sup>, comumente designada por *Remain*, foi fortemente criticada por se focar puramente nos riscos económicos do *Brexit*. Esta campanha ignorou as principais preocupações dos eleitores, nomeadamente a questão da imigração, como foi outrora analisado, e deixou de fora qualquer mensagem positiva sobre a integração europeia ou sobre a UE em si (Glencross, 2016, pp. 35–36). As negociações de David Cameron com a UE não surtiram qualquer tipo de efeito nos eleitores a favor da permanência na União. Pelo contrário, foram ainda criticadas pelo facto de não serem determinantes na restrição da imigração vinda da UE através do princípio da livre circulação.

De acordo com Weißbecker (2017), num discurso ou numa campanha é de extrema importância manter em mente o objetivo da persuasão, visto que é muito provável que este instrumento do discurso seja fundamental para afetar tanto o conteúdo quanto as estratégias discursivas, de forma a que o palestrante transmita uma mensagem que se torne efetiva no pensamento dos ouvintes (Weißbecker, 2017, pp. 7–8). No entanto, a estratégia de David Cameron não foi persuasiva o suficiente para convencer a ala dos eurocéticos *soft* sobre os benefícios económicos da permanência na União. O governo britânico focou-se demasiado em previsões sombrias sobre o estado da economia e das finanças públicas do Reino Unido após uma votação favorável à saída (Glencross, 2016, pp. 42–44). Esta estratégia levou à adoção de uma postura com um carácter defensivo e não foi suficientemente persuasiva para os eleitores.

---

<sup>75</sup> A campanha oficial pela permanência intitulava-se de *Britain Stronger in Europe*.

Os líderes e apoiantes da campanha *Britain Stronger in Europe* podiam ter-se apoiado nos factos já analisados no segundo capítulo e enfatizar os benefícios da imigração, não só para o enriquecimento cultural britânico, através da partilha de diferentes culturas, hábitos, tradições, crenças e valores, mas também no facto de a imigração ser uma fonte de riqueza e produtividade, uma vez que os imigrantes pagam mais impostos do que recebem benefícios ajudando, deste modo, a reduzir a carga fiscal dos contribuintes britânicos (Dustmann & Frattini, 2014, pp. 3–4). Assim, poderia ter sido argumentado que os imigrantes não são a causa do desemprego no Reino Unido, dado que o aumento demográfico trazido pelos imigrantes aumenta o consumo de bens e serviços, algo que, por sua vez, faz aumentar também a procura e as perspectivas de emprego dos que produzem esses mesmos bens e serviços (Portes & Forte, 2017, pp. S35–S36).

Estes dois argumentos tornar-se-iam bastante favoráveis à campanha pela permanência na UE. Se por um lado, são argumentos que demonstrariam a preocupação do governo e dos partidos aliados à campanha *Remain* com a opinião pública sobre a imigração e a suposta ameaça cultural e identitária, por outro lado, são argumentos estatísticos, baseados em factos comprovados, que poderiam contrapor os argumentos da campanha da oposição em relação à imigração da UE, ao princípio da livre circulação de pessoas e aos benefícios económicos trazidos pelos imigrantes. Todavia, o lado a favor da permanência não fez uso destes argumentos e relativamente à imigração, foi apenas referido que o governo tinha assegurado um acordo que reduziria o acesso dos imigrantes ao sistema de benefícios, que a adesão à UE permitia a cooperação necessária para fazer face às ameaças transnacionais, e que “The UK is not part of the EU’s border-free zone – we control our own borders which gives us the right to check everyone, including EU nationals, arriving from continental Europe” (HM Government, 2016)<sup>76</sup>.

Contudo, a divisão existente no Partido Conservador não foi atenuada pelo referendo, como David Cameron tinha previsto. Pelo contrário, a campanha para o referendo demonstrou uma divisão muito superior da que tinha sido observada anteriormente, uma vez que membros do partido, como Boris Johnson e Michael Gove, anunciaram, em meados de fevereiro de 2016, que apoiariam o *Brexit*. Esta revelação foi acompanhada pela imprensa britânica que enfatizou notícias sobre a competição de personalidade entre as grandes figuras conservadores em vez de argumentar sobre os

---

<sup>76</sup> Disponível em:

[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/515068/why-the-government-believes-that-voting-to-remain-in-the-european-union-is-the-best-decision-for-the-uk.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/515068/why-the-government-believes-that-voting-to-remain-in-the-european-union-is-the-best-decision-for-the-uk.pdf) (último acesso a 8 de setembro, 2020).

méritos da adesão à UE, defendidos pelo líder conservador (Behr, 2016)<sup>77</sup>. No entanto, do lado do Partido Trabalhista o cenário não era melhor. O líder trabalhista Jeremy Corbyn atacou fortemente o Primeiro-Ministro David Cameron ao alegar que o acordo que este último realizou com Bruxelas era “irrelevante” (Johnson (2016) citado em Mason, 2016)<sup>78</sup>. Corbyn afirmou não estar do mesmo lado que Cameron, uma vez que este pretendia uma UE de mercado livre e tinha negociado um tipo de acordo sobre uma união cada vez mais estreita, enquanto Corbyn queria “a Europe that is about protecting our environment and ensuring we have sustainable industries across Europe” (Johnson (2016) citado em Mason, 2016). Estas disputas entre líderes criaram um efeito negativo nos eleitores que não observaram uma campanha forte e decidida a lutar por um único objetivo: a permanência na UE. Para além disso, o passado de Jeremy Corbyn possuía algumas reservas sobre o bloco europeu, o que deixou diversas dúvidas, principalmente nos eleitores trabalhistas, sobre a credibilidade do seu líder na campanha.

De acordo com Mullen (2016), na teoria, a campanha *Remain* possuía uma série de vantagens para sair vitoriosa, nomeadamente manter a permanência na UE significava, também, a manutenção do *status quo* das últimas quatro décadas, enquanto a saída representava uma mudança radical no mesmo; grande parte do *establishment* britânico e internacional apoiava a campanha pela permanência<sup>79</sup>; grande parte do período de campanha foi impulsionado pela capacidade de Cameron de mover a comunicação política do Estado britânico a favor da campanha *Remain*; e, por fim, a campanha *Remain* teve acesso a alguns dos recursos do Partido Conservador e ao apoio oficial do Partido Trabalhista e da sua ‘máquina’ de comunicação política (Mullen, 2016)<sup>80</sup>. Contudo, a ênfase dada pelos defensores da permanência na UE ao argumento económico fez com que a campanha *Leave* fosse melhor sucedida na segmentação da sua mensagem principal.

Apesar de a campanha *Britain Stronger in Europe* ter obtido apoio de todo o espectro político britânico, a sua mensagem foi demasiado negativa, visto que foram unicamente identificados aspetos negativos da economia e do controlo de fronteiras associados a uma atitude sombria sobre os maus resultados consequentes da saída do

---

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/05/how-remain-failed-inside-story-doomed-campaign> (último acesso a 8 de setembro, 2020).

<sup>78</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/29/jeremy-corbyn-not-on-same-side-as-david-cameron-in-eu-debate> (último acesso a 8 de setembro, 2020).

<sup>79</sup> David Cameron tentou, inclusive, demonstrar uma visão positiva da UE através de figuras de destaque exteriores ao Reino Unido e à União Europeia. Foi o caso de Barack Obama, que, num artigo para o *The Telegraph*, argumentou que os britânicos não deveriam ver a UE como um impedimento ao controlo de fronteiras, mas sim como um caminho para multiplicar a influência do Reino Unido no mundo (Glencross, 2016, p. 40).

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www.referendumanalysis.eu/leave-versus-remain-the-digital-battle-eu-referendum-analysis-2016/> (último acesso a 8 de setembro, 2020).

bloco europeu, em vez de serem enaltecidas razões suficientemente positivas resultantes da permanência do Reino Unido na UE (Chung & Kim, 2019, pp. 3–5). Uma campanha de grande amplitude acabou por ignorar as preocupações dos cidadãos britânicos e a forte relação entre o euroceticismo e a identidade nacional britânica e transmitiu uma mensagem de que o Reino Unido ficaria pior fora da UE, em vez de transmitir à sociedade britânica que os diversos problemas que a UE apresentava podiam ser resolvidos através da permanência na instituição.

Este aspeto é observável num discurso de David Cameron, em abril de 2016, onde o líder conservador enfatiza exclusivamente as consequências da saída da UE. Cameron iniciara assim o seu discurso: “Imagine a world where a British airline wasn’t allowed to fly between Rome and Paris; where British farmers were slapped with a tariff if they wanted to export more beef to Europe; and where great British telecoms companies and car manufacturers faced new barriers when trying to sell their goods and services to customers in Europe. This is the world we could wake up in if we leave the Europe.” (Cameron, 2016)<sup>81</sup>. É notável a relutância do líder conservador em levar o debate para além dos custos e benefícios da permanência na UE. Num discurso longo, Cameron apenas refere questões económicas ou relacionadas com os benefícios do mercado único. Em nenhum momento o líder conservador aborda as preocupações que permeavam o público britânico e que, mal ou bem, ameaçam a ideia dominante de identidade nacional. Desta forma, David Cameron demonstrou o principal propósito do seu discurso ao enfatizar a questão económica em detrimento das preocupações do público britânico através de uma conduta racional que, de acordo com a intenção do líder conservador, foi feita em prol da manutenção da realidade social pretendida.

De acordo com Onuf (1998), o ato de falar é a forma mais importante que cada indivíduo utiliza para tornar o mundo como ele é, e as escolhas de cada indivíduo são feitas em nome das construções sociais pretendidas (Onuf, 1998, pp. 3–5). Os atores, como seres humanos, têm objetivos em mente e o ato de agir para concretizar esses objetivos é uma conduta racional que, vista de fora, pode parecer menos racional devido à complexidade da falibilidade humana (Onuf, 1998, pp. 5–6). É neste contexto que a análise da intenção de David Cameron, e da campanha *Remain*, se torna mais explícita. O líder conservador agiu racionalmente ao acreditar que o argumento económico seria o método mais forte e eficaz de levar a campanha *Remain* à vitória. As escolhas feitas pela campanha *Remain* foram definidas de acordo com o ponto de vista dos atores em relação às regras estabelecidas. Deste modo, os atores reconheceram que

---

<sup>81</sup> Discurso completo disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/britains-choice-economic-security-with-the-eu-or-a-leap-into-the-dark> (último acesso a 15 de setembro, 2020).

as regras existentes deveriam ser seguidas na crença de que seria a melhor forma de alcançar os objetivos pretendidos. Com efeito, as regras seguidas foram aquelas que visaram a manutenção do *status quo* do Reino Unido dentro da UE, no entanto a transmissão da mensagem a favor da permanência não foi a mais adequada, uma vez que não se concentrou em persuadir os eleitores dos benefícios da UE como um todo, apenas se concentrou nos benefícios económicos e do mercado único, algo que, por sua vez, não foi suficiente para convencer a maioria dos eleitores britânicos de que o desenvolvimento económico seria mais importante do que o controlo da imigração.

As mensagens transmitidas basearam-se numa construção linguística que visou, inicialmente, demonstrar as imperfeições da UE e, seguidamente, ilustrar as vantagens da permanência e referenciar que o melhor caminho a seguir era na UE. Exemplos deste tipo de construção linguística são demonstrados por Buckledee (2018) em frases proferidas por elementos da campanha *Remain*: “The EU is not perfect and improvement is always worth making, but the benefits far outweigh the costs”<sup>82</sup>; “Europe’s not perfect and there’s plenty we should keep campaigning to change. But we still get a better deal if we work together than if we walk away”<sup>83</sup> (Buckledee, 2018, p. 12). O tipo de discurso utilizado nestas frases demonstra a carência de persuasão pelo facto de não serem mensagens exageradas com o objetivo de captar a atenção do público para a importância da permanência do Reino Unido no bloco europeu. Segundo Buckledee (2018), esta estratégia pode ser vista como um tipo de honestidade admirável ou como uma campanha ineficaz de um político experiente. No entanto, a estratégia utilizada pelos membros da campanha *Remain* careceu de argumentos que persuadissem alguns apoiantes do *Brexit* a alterar a sua intenção de voto.

Por fim, é possível concluir que a concentração da campanha *Remain* no argumento económico foi um erro que levou ao fracasso da campanha e à vitória a favor do *Brexit*. A campanha deveria ter dado ênfase ao lado positivo de permanecer na UE em vez de dar importância ao lado negativo da saída, de forma a persuadir os eleitores de que a permanência era a melhor estratégia possível para o futuro do Reino Unido e para a manutenção do *status quo*. Neste contexto, uma campanha pró-UE deveria ter sido capaz de dominar e contrapor os argumentos da oposição, a fim de ser eficaz no seu objetivo. De acordo com Goodwin et al. (2018), o Partido Conservador, que havia criticado a UE por mais de três décadas, não deveria ter sido o líder da campanha *Remain*, uma vez que a sua tradição eurocética comprometia a credibilidade de todos os argumentos favoráveis à UE (M. Goodwin, Hix, & Pickup, 2018). Em suma, os

---

<sup>82</sup> Esta foi a última frase de uma carta escrita por cinco figuras seniores do Partido Trabalhista em 2016.

<sup>83</sup> Afirmação feita num artigo escrito pelo membro trabalhista do Parlamento, Yvette Cooper (2016).

argumentos utilizados pela campanha *Britain Stronger in Europe* tornaram-se, ao longo do tempo, demasiado comuns e repetitivos, o que revelou a ineficácia da campanha em alterar a opinião dos eleitores no período pré-referendo. O argumento económico acabou por ser subestimado e substituído pela importância dos argumentos apresentados pela oposição, que se tornou mais persuasiva ao acolher as preocupações do público britânico transmitindo, simultaneamente, uma mensagem de segurança baseada num futuro fora da UE, como será observado na próxima secção.

#### 4.4 A Campanha *Leave* – Euroceticismo, Populismo e Sentimento Anti-imigração

Em 2016 o Dicionário Oxford elegeu a palavra *post-truth* como a palavra do ano. Este adjetivo descreve uma situação na qual os factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e às crenças pessoais (Flood, 2016)<sup>84</sup>. Sem surpresa, foi usado diversas vezes no contexto do referendo sobre o *Brexit*, uma vez que o período de campanha para o referendo foi inundado por apelos fortes e sucessivos à emoção e às crenças dos cidadãos britânicos. Com efeito, os apelos feitos pela campanha a favor da saída do Reino Unido da UE, designada por *Vote Leave*<sup>85</sup>, foram extremamente bem-sucedidos e culminaram na vitória.

A campanha para o referendo foi bastante importante para os resultados obtidos, no entanto revelou as profundas divisões existentes na sociedade britânica e revelou ainda que os cidadãos britânicos, numa escolha que se resumiu praticamente à economia e à imigração, optaram pelo controlo da imigração. A campanha do referendo demonstrou ainda a forma como o discurso populista foi normalizado no Reino Unido, assim como demonstrou os ideais eurocéticos enraizados na sociedade britânica, associados a um sentimento anti-imigração generalizado que levou avante um desfecho favorável ao *Brexit* em detrimento dos riscos económicos enaltecidos pela campanha *Remain*.

De acordo com Adam (2020) a campanha *Leave* começou em vantagem e desvantagem. O facto de os apoiantes da saída não necessitarem de esperar pelo resultado das renegociações de David Cameron com a UE para iniciarem a sua campanha apresentou-se como uma grande vantagem. Todavia, a campanha pela saída iniciou-se por três organizações distintas - *Vote Leave*, *Leave.EU* e *Grassroots Out* – o que levou a que despendessem algum tempo em disputas internas em vez de enfatizarem desde logo o seu objetivo comum (Adam, 2020, p. 94). No entanto, em abril de 2016 a campanha *Vote Leave* foi declarada como a campanha oficial relativa à saída da UE pela Comissão Eleitoral.

No período que antecedeu o referendo, a campanha *Leave* tinha uma tarefa mais difícil comparativamente à oposição. O cenário de saída do bloco europeu era desconhecido e a explicação de como a mudança do *status quo* seria benéfica para o

---

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/nov/15/post-truth-named-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries> (último acesso a 9 de setembro, 2020).

<sup>85</sup> *Vote Leave* foi a campanha oficial pela saída do Reino Unido. Outras duas campanhas coexistiram no mesmo período e acabaram por se juntar: *Leave.EU* e *Grassroots Out* (Adam, 2020, p. 94).

Reino Unido era um trabalho árduo de ser feito (Crines, 2016). Contudo, os argumentos utilizados a favor da saída da UE refletiram as principais preocupações dos eleitores britânicos, analisadas anteriormente. Neste contexto, a campanha colocou ênfase na imigração, que se tornou numa questão multidimensional ao ser associada à economia, à segurança e à mudança social. A nível económico foi argumentado que os imigrantes colocavam em causa o nível de desemprego do país; a nível securitário foi defendido que um controlo de fronteiras adequado e restrito à livre circulação da UE estaria associado a um nível mais baixo de criminalidade; e, por fim, a nível social a mudança cultural trazida pelos imigrantes foi o argumento mais utilizado e correspondeu às preocupações dos cidadãos britânicos sobre a ameaça cultural e identitária percebidas, trazidas pela imigração (Vasilopoulou, 2016a, p. 114).

Para a campanha *Vote Leave* a solução para os problemas multidimensionais da imigração era bastante simples: recuperar a soberania nacional, “Take back control” (Vote Leave, 2016)<sup>86</sup>. Este era o principal slogan da campanha. Uma frase simples, curta e capaz de transmitir aos eleitores a mensagem de que a decisão do futuro do Reino Unido estava nas suas mãos. Uma mensagem suficientemente persuasiva para se tornar permanente na mente dos eleitores britânicos. As três palavras do slogan continham todos os ingredientes para um grande apelo emocional ao povo britânico: a palavra *take* apelava aos eleitores para que se tornassem ativos, encorajados pela sua própria decisão de decidir o futuro do Reino Unido; a palavra *back* apresentava a nostalgia de um passado glorioso, apelava à geração mais velha para que pudessem recordar o tempo em que o Reino Unido tinha todo o controlo sobre si mesmo; e, por fim, a palavra *control* visava atingir os instintos democráticos dos eleitores, visava transmitir uma mensagem de que o controlo da democracia estava nas mãos dos eleitores e só eles poderiam recuperar a democracia perdida para Bruxelas, designando indireta e simultaneamente, a UE como uma instituição não democrática (Adam, 2020, pp. 95–96).

Enquanto a campanha *Remain*, anteriormente analisada, foi bastante negativa e enfatizou apenas os aspetos económicos negativos da saída do Reino Unido da UE, a campanha *Leave* criou uma mensagem em volta de temas negativos e positivos. A mensagem mais negativa era direcionada à imigração: enquanto o Reino Unido permanecesse no bloco europeu, iria estar sujeito a um fluxo de imigrantes que não poderia controlar, o que representava, em simultâneo, o aumento de uma ameaça cultural, económica e securitária. Deste modo, a única solução possível para o controlo

---

<sup>86</sup> Site oficial da campanha *Vote Leave* disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/why\\_vote\\_leave.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/why_vote_leave.html) (último acesso a 9 de setembro, 2020).

da imigração era o *Brexit*, uma vez que a UE jamais abandonaria o princípio da livre circulação (Whiteley, Goodwin, & Clarke, 2017, p. 59). Este tipo de argumentação, antes do referendo, levou à ascensão do UKIP como a terceira força política britânica. O partido focou-se exageradamente nas consequências da imigração e nas ameaças percebidas pelos cidadãos britânicos e vinculou esse argumento à permanência na UE. Na campanha para o referendo, Nigel Farage e os seus companheiros de *Leave.EU*, utilizaram a mesma retórica anti-imigração e tornaram-na a sua principal estratégia. No final da campanha, a organização *Vote Leave*<sup>87</sup> acabou por fazer uso da mesma estratégia de Farage, deixando trespassar o populismo e o sentimento anti-imigração para a corrente política principal.

Boris Johnson, membro do Partido Conservador e uma das principais figuras de *Vote Leave*, num discurso proferido em maio de 2016, clarificou a presença do populismo ao fazer referência à falta de confiança e credibilidade existente na elite no governo, que não foi capaz de cumprir a promessa realizada de reduzir a imigração. O membro do Partido Conservador referiu que “It is deeply corrosive of popular trust in democracy that every year UK politicians tell the public that they can cut immigration to the tens of thousands – and then find that they miss their targets by hundreds of thousands, so that we add a population the size of Newcastle every year, with all the extra and unfunded pressure that puts on the NHS and other public services.” (Johnson, 2016)<sup>88</sup>. Por outro lado, Michael Gove (2016), também membro do Partido Conservador e figura influente da campanha *Leave*, referiu que “People in this country have had enough for experts” (Gove (2016) citado em Glencross, 2016, p. 44). Nestes dois excertos, é possível observar não só a profunda divisão existente no Partido Conservador, uma vez que as críticas realizadas são direcionadas a David Cameron, como também a característica populista de estabelecer uma dicotomia entre o povo e uma elite poderosa que não estabelece nem define os interesses do povo como a sua principal preocupação. Neste contexto, Mudde (2016), clarifica que, de acordo com o populismo, a política deve ser uma expressão da vontade geral do povo (Mudde (2016) citado em Ahmed, 2017, p. 96), e tanto Boris Johnson como Michael Gove, enfatizam que a vontade geral do povo não foi a principal preocupação de David Cameron, que apenas se preocupava com os benefícios económicos de permanecer no bloco europeu.

Uma outra mensagem deixada pela campanha *Leave* correspondeu à renovação da democracia e à restauração da soberania como consequência da saída da UE

---

<sup>87</sup> O tema da imigração foi abordado desde o início da campanha pelo *Leave.EU/ Grassroots Out*, enquanto o *Vote Leave* se concentrou, inicialmente, nos interesses comerciais e na economia (Vasilopoulou, 2016b, p. 222).

<sup>88</sup> Discurso integral disponível em: <http://www.lorddavidowen.co.uk/wp-content/uploads/2016/05/Boris-Johnson-The-liberal-cosmopolitan-case-to-Vote-Leave1.pdf> (último acesso a 9 de setembro, 2020).

(Whiteley et al., 2017, pp. 59–60). Esta mensagem foi apresentada de uma forma mais positiva e foi maioritariamente dirigida aos Conservadores eurocéticos de classe média que não se identificavam, nem queriam identificar, com um discurso semelhante ao de Nigel Farage, muitas vezes considerado como racista e xenófobo. Pelo contrário, questões de democracia e soberania favoreciam uma justificação politicamente correta para o voto a favor da saída do bloco europeu.

De acordo com Wendt (1992), o princípio da soberania fornece uma base social para a individualidade e segurança de cada Estado. A soberania existe em virtude de determinadas compreensões e expectativas intersubjetivas e, por isso, constitui um tipo particular de Estado - o Estado soberano - do mesmo modo que constitui um tipo particular de comunidade política. A essência desta comunidade é baseada no reconhecimento mútuo do direito de cada cidadão legitimar as autoridades políticas que exercem exclusivamente o poder dentro dos limites territoriais do Estado (Wendt, 1992, p. 412). Com efeito, a campanha *Leave* defendeu que a soberania do Reino Unido foi alienada pela UE, que retirou ao Estado britânico a capacidade de legislar sobre temas centrais que fazem parte das grandes áreas da governação, nomeadamente na questão da imigração oriunda da UE. Para além disso, os Estados reproduzem continuamente normas comuns que visam proteger os seus cidadãos e a sua economia, o que lhe confere a designação de Estado soberano. Caso um Estado deixe de agir de acordo com estas normas, a sua identidade como ‘soberano’ desaparece, uma vez que “the sovereign state is an ongoing accomplishment of practice, not a once-and-for-all creation of norms that somehow exist apart from practice” (Wendt, 1992, p. 413). Assim, foi com o objetivo de proteger os cidadãos britânicos, enfatizando os seus interesses, que a campanha *Leave* defendeu a sua posição e culpou a UE de alienar a sua soberania, apresentando a saída do bloco europeu como a única solução para a restauração da soberania do Reino Unido.

Outro tema fulcral enfatizado pelo *Leave* foi a contribuição monetária do Reino Unido para a UE. A campanha *Leave* argumentou que o Reino Unido contribuía com 350 milhões de libras por semana para a UE<sup>89</sup>, dinheiro esse que seria empregue no Serviço Nacional de Saúde se os britânicos votassem a favor do *Brexit* (Travis, 2016)<sup>90</sup>. Esta promessa foi pintada na parte lateral de um autocarro que percorreu o país e foi fundamental para a campanha *Leave*. A pintura realizada destacou o valor da

---

<sup>89</sup> Este argumento foi imediatamente desmentido pela oposição que referiu que sobre esse valor existia um desconto de £74 milhões, negociado por Margaret Thatcher, o que reduzia a contribuição para £276 milhões por semana, de entre os quais £115 eram gastos em apoio a agricultores, ajuda a determinadas regiões do Reino Unido e financiamento de pesquisas realizadas por universidades e empresas do Reino Unido (Travis, 2016).

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/27/eu-referendum-reality-check-leave-campaign-promises> (último acesso a 9 de setembro, 2020).

contribuição, representada entre chamadas, o que captou profundamente a atenção dos eleitores e enfatizou a presença dominante da campanha no debate público (Adam, 2020, p. 95). Apesar de esta ter sido a primeira promessa quebrada pelo lado *Leave* após o referendo, resultou num forte apelo emocional aos cidadãos britânicos durante a campanha, uma vez que alegou que a saída do bloco europeu fortaleceria o NHS, considerado por muitos britânicos sob imensa pressão e como um dos principais problemas que o Reino Unido enfrentava (Chung & Kim, 2019, p. 3; Whiteley et al., 2017, pp. 59–60). Neste aspeto da campanha *Leave* é notável a forma como o método utilizado não só pela ilustração, mas também pelo discurso utilizado na promessa realizada, demonstrou o poder dos apoiantes do *Leave* em moldar a realidade social através da formulação de uma ideia e da transformação da mesma numa falácia apelativa que, conseqüentemente, acabou por moldar as relações sociais e foi bastante persuasiva no pensamento dos eleitores britânicos, como demonstrou a análise do discurso desenvolvida no capítulo anterior.

A campanha *Leave* estava a tentar cultivar as suas próprias mensagens e, por isso, no final de março de 2016, lançou uma lista dos cinquenta criminosos mais perigosos da UE, quarenta e cinco dos quais cometeram ofensas sérias no Reino Unido. Esta lista foi acompanhada de uma mensagem segundo a qual o país teria perdido o controlo das suas fronteiras e, por essa razão, o governo era incapaz de prevenir a entrada de criminosos perigosos no Reino Unido (Whiteley et al., 2017, p. 40). Sob o chapéu da livre circulação colocavam-se então uma série de questões, inclusive questões económicas relacionadas com os benefícios financeiros e com as vantagens e desvantagens da contratação de empregados da UE no mercado de trabalho do Reino Unido (Vasilopoulou, 2016b, p. 223). Todavia, as atitudes em relação à imigração e à livre circulação apresentaram-se como determinantes vigorosos na escolha de voto dos eleitores britânicos. Deste modo, um outro argumento relacionado com a imigração da UE foi acrescentado ao debate: a adesão da Turquia à UE.

Foi no seio de um debate anti-imigração e do aumento de um sentimento anti-Islâmico, provocado pelos ataques terroristas em solo europeu em 2015 e 2016 e pela crise de refugiados, que a questão sobre a adesão da Turquia ao bloco europeu emergiu nas campanhas a favor do *Brexit*. Em fevereiro de 2016, o UKIP abordou esta questão ao enfatizar o perigo representado pela adesão da Turquia à UE devido ao tamanho do país e da sua população, e à sua herança de origem muçulmana, insistindo que a Turquia estava apenas a cinco anos de aderir ao bloco europeu, pelo que o Reino Unido tinha de abandonar a instituição antes desse prazo (Ker-Lindsay, 2018, pp. 7–8). A pressão exercida sobre a campanha *Vote Leave*, que tinha perdido o argumento

económico para a oposição, fez com que, em maio, fosse lançado um poster polémico com um passaporte britânico contra um fundo vermelho com a seguinte legenda: “Turkey (population 76 million) is joining the EU. Vote Leave, take back control” (Boffey & Helm, 2016; Ker-Lindsay, 2018, pp. 8–9; Vote Leave, 2016). Este poster levou a diversas acusações de preconceito e racismo uma vez que foi ainda referido por Michael Gove que a continuidade do Reino Unido no bloco europeu colocaria a sociedade britânica em perigo devido à alta taxa de criminalidade entre os cidadãos turcos (Boffey & Helm, 2016)<sup>91</sup>. Já Nigel Farage foi mais longe na sua retórica relativa à adesão da Turquia e lançou um poster com uma coluna infinita de refugiados a atravessar a fronteira entre a Eslovénia e a Croácia com o seguinte texto: “Breaking Point. The EU has failed us all. We must break free of the EU and take back control of our borders” (Adam, 2020, p. 97; Ahmed, 2017, p. 103). Este poster visava transmitir uma mensagem sobre como a permanência na UE era uma ameaça para as sociedades brancas homogêneas. Com um intuito extremamente racista e preconceituoso, esta iniciativa de Farage foi bastante criticada por todos os apoiantes do *Brexit*. Todavia, este poster representou a forma como a retórica populista da extrema direita estava a entrar do debate público principal.

Com efeito, todas estas iniciativas surtiram resultado na mente dos eleitores britânicos e foram ainda apoiadas por tabloides como o *Daily Mail*, o *Daily Express*, o *The Sun* e o *Daily Telegraph* que encheram as suas páginas principais dramatizando e falseando a realidade, e que assim acabaram por se tornar num apoio fundamental da campanha a favor do *Brexit* (Adam, 2020, p. 98). A campanha *Leave* foi, portanto, extremamente bem-sucedida do ponto de vista retórico, capitalizando os medos sociais dos britânicos e mobilizando-os a favor da saída da UE.

O principal impulso discursivo da campanha *Leave* foi a representação da independência da UE como uma condição essencial para o Reino Unido retomar o controlo dos seus assuntos domésticos e seguir uma agenda internacional baseada na crença segundo a qual o interesse nacional britânico pode descartar o papel global da UE (Zappettini, 2019, p. 8). A campanha a favor do *Brexit* enfatizou as principais preocupações dos eleitores, desde a imigração ao NHS, e sua estratégia foi fundamental para que a sociedade britânica visse o lado *Leave* como mais honesto, positivo e consciente dos principais problemas enfrentados pelo Reino Unido (Whiteley et al., 2017, pp. 41–42). Os eleitores britânicos captaram a preocupação da campanha *Leave* com os seus interesses e as suas preocupações e isso levou ao sucesso do *Brexit*.

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/may/21/vote-leave-prejudice-turkey-eu-security-threat> (último acesso a 9 de setembro, 2020).

Em suma, independentemente do que a UE pudesse fazer pelo Reino Unido, o que é certo é que a campanha *Leave* popularizou a ideia de que as vantagens que a integração europeia traria para o Reino Unido nunca compensariam os custos da intervenção de Bruxelas nos assuntos internos do país. A retórica utilizada por esta campanha foi clara, incisiva e acompanhada de argumentos que apelam às preocupações e ansiedades económicas do quotidiano, favorecendo simultaneamente um futuro positivo fora da UE. Por outro lado, o *Vote Leave* conquistou os eleitores através de questões centrais como o controlo da imigração da UE, a proteção da identidade e cultura nacionais, o facto de que a UE precisa mais do Reino Unido do que o oposto, o facto de o Reino Unido poupar uma larga quantidade de dinheiro através da saída do bloco europeu, e, por fim, a percepção de que o Reino Unido iria continuar como uma potência global (Adam, 2020, pp. 99–100).

Neste sentido, sem dúvida que a palavra *post-truth* se identificou, na sua totalidade, com o referendo do *Brexit*, já que a maioria dos cidadãos do Reino Unido optou pelos feitos à emoção e às crenças pessoais em detrimento dos factos apresentados pela campanha *Remain*. A conexão do tradicional euroceticismo britânico com o populismo e com o sentimento anti-imigração, generalizado na sociedade britânica, foi um fator fundamental para o sucesso do *Brexit*, uma vez que os cidadãos que se sentiam ‘deixados para trás’ pelas forças da globalização viram na campanha *Leave* uma representação das suas preocupações e dos seus interesses e uma conexão com uma nostalgia de um passado britânico glorioso que ainda pode ser reproduzido fora da UE. Não tardará muito até podermos contar a história da afirmação de um Reino Unido sem a UE num palco internacional dominado por blocos regionais e onde as economias nacionais de países de dimensão média não sobrevivem sem um módico de integração em organizações regionais.

## Conclusão

Em resposta à pergunta de investigação “de que forma é que o euroceticismo e o sentimento anti-imigração estão relacionados com o processo de saída do Reino Unido da União Europeia?” a presente dissertação procurou contribuir para o debate sobre a forma como o euroceticismo foi um fator relevante para o *Brexit* e, simultaneamente, para uma melhor compreensão da correlação entre o euroceticismo, o populismo e o sentimento anti-imigração britânicos. Deste modo, num primeiro nível de análise procedeu-se a uma breve investigação da história do Reino Unido de forma a tornar perceptíveis as raízes do euroceticismo britânico e da ambivalência face à UE. Esta análise foi seguida do estudo da politização da imigração no Reino Unido que permitiu concluir que, em oposição à opinião da maioria da sociedade britânica, a imigração é economicamente benéfica para o Reino Unido.

Neste sentido, há várias razões para o desenvolvimento de um sentimento anti-imigração pela grande maioria da sociedade britânica e não é o propósito desta dissertação explorar todas essas razões. Contudo, é possível afirmar que a ascensão do UKIP permitiu clarificar os motivos que levaram ao desenvolvimento deste sentimento e ao aumento do ceticismo em relação à UE. A questão da imigração ganhou ímpeto quando o UKIP, através do líder Nigel Farage, estabeleceu uma relação entre o aumento da imigração e o princípio da livre circulação entre os cidadãos dos Estados-Membros da UE. O bloco europeu jamais abdicaria de um princípio que representa um dos seus pilares fundamentais, e o governo britânico era, por isso, incapaz de controlar a imigração vinda da UE. Para o UKIP a solução era simples e única: a saída da UE. Através de uma retórica eurocética, anti-UE, anti-*establishment* e anti-imigração, o UKIP emergiu no sistema político britânico e deu voz aos cidadãos que se sentiam ‘deixados para trás’ e prejudicados pelas forças da globalização.

A pressão exercida pela ascensão do UKIP e pela sua retórica foi fundamental na decisão de David Cameron de convocar um referendo sobre a permanência do Reino Unido no bloco europeu, mas o líder conservador foi, também, alvo de grande pressão por membros do seu próprio partido. O Partido Conservador encontrava-se profundamente dividido e o lado dos eurocéticos mais rígidos defendia afincadamente a realização do referendo. Argumentos baseados na soberania, na democracia, no controlo de fronteiras, na economia e na imigração foram fundamentais, não só na campanha do referendo como também no período pré-campanha. Todavia, a retórica dos discursos, desenvolvida através de estratégias baseadas na formação da identidade e do interesse nacional, foi crucial para um apelo emocional aos eleitores que

consideraram a campanha *Leave* como mais honesta, sincera e confiante. Em oposição, a campanha *Remain*, que enfatizou maioritariamente a questão dos benefícios económicos da permanência na UE, focou-se numa visão mais negativa de um desfecho favorável ao *Brexit* e acabou por perder a atenção dos eleitores britânicos. Numa campanha baseada fundamentalmente entre os benefícios económicos e os benefícios do controlo de fronteiras e da recuperação da soberania nacional, a maioria dos cidadãos britânicos optou pelo controlo de fronteiras que, conseqüentemente, levaria ao controlo da imigração da UE.

Assim, os ideais eurocéticos explanados na dissertação permitiram uma análise mais detalhada do comportamento do Reino Unido em relação à UE, não só num passado mais longínquo, como também num passado mais próximo, caracterizado por diversas atitudes e discursos nacionalistas de desconfiança face à EU que levaram ao *Brexit*. No entanto, a emergência de um sentimento anti-imigração generalizado pela população britânica foi de elevada importância na decisão dos eleitores britânicos pois, tal como foi analisado, a imigração foi uma das principais causas que levou os cidadãos britânicos a optarem pela decisão de saída da UE.

Em jeito de conclusão é possível afirmar que, de facto, o *Brexit* foi o desfecho de uma relação problemática. No entanto, e em resposta à pergunta de investigação, a relação entre o euroceticismo e o sentimento anti-imigração apresenta-se como uma relação de causa-efeito, ou seja, foi o ceticismo em relação à UE e a oposição à integração europeia que resultou no desenvolvimento de um sentimento de oposição à livre circulação de cidadãos no bloco europeu. Todavia, a emergência do populismo no debate público britânico, primeiramente através do UKIP e do seu líder Nigel Farage, e posteriormente através da campanha *Leave*, também desempenhou um papel fundamental na visão da imigração como uma ameaça à cultura e à identidade nacional britânica.

Neste sentido, conclui-se que a decisão favorável ao *Brexit* não esteve unicamente conectada com o euroceticismo e com o sentimento anti-imigração. Para esta conclusão a análise discursiva e a análise das campanhas *Leave* e *Remain* foi essencial, na medida em que demonstrou não só a ascensão e a influência do populismo, interligado com o euroceticismo, como também clarificou a adoção de posições anti-*establishment* que defendiam a saída da UE como a única solução para os principais problemas que o Reino Unido enfrentava. A introdução de temas como o NHS e a pressão exercida nos serviços públicos foi crucial na medida em que representou a aproximação dos defensores da campanha *Leave* com as preocupações dos cidadãos britânicos.

Importa salientar também que o euroceticismo e o sentimento anti-imigração representaram uma relação de complementaridade. Esta afirmação é justificada pela ascensão do UKIP ao adicionar a questão da imigração da UE à sua retórica eurocética. Um comportamento semelhante foi observado na campanha *Leave* que, inicialmente, optou por não abordar o assunto da imigração, mas com a aproximação da data do referendo introduziu este tema no seu discurso e apelou à emoção da sociedade britânica, o que levou ao seu sucesso.

Deste modo, é possível afirmar que o apelo a um sentimento contra a imigração da UE, feito por figuras britânicas influentes e pelos partidos políticos, foi fundamental para um voto favorável ao *Brexit*. Este apelo foi captado pela maioria dos cidadãos britânicos, mas espelhou uma sociedade profundamente dividida entre classes sociais, geracionais e educacionais. Esta divisão poderá ser um grande problema para os partidos políticos britânicos, uma vez que cidadãos mais jovens e com um nível educacional superior votaram, maioritariamente, pela permanência no bloco europeu. Importa referir que os jovens são o futuro de qualquer país, logo a conquista da atenção e do voto da grande maioria dos jovens que votou a favor da campanha *Remain* poderá ser um grande desafio enfrentado pelos partidos políticos britânicos no futuro.

Concluída a investigação e a reflexão sobre a temática analisada, a presente dissertação cumpriu o principal objetivo de esclarecer a relação existente entre o euroceticismo e o sentimento anti-imigração no caminho para o *Brexit*. No seio das Relações Internacionais, o *Brexit* apresentou-se como um grande desafio não só para a UE como também para o Reino Unido, o que justifica a importância da presente dissertação e o motivo pelo qual foi esta a temática escolhida. Contudo, existe uma grande limitação ao desenvolvimento desta investigação, uma vez que se torna difícil concluir quais serão as vantagens e/ou as consequências do *Brexit* a longo prazo, visto que as negociações entre o governo britânico e o bloco europeu ainda estão a decorrer. Esta será uma temática para uma futura investigação, assim como qual o futuro do Reino Unido como Estado, uma vez que tanto a Escócia como a Irlanda do Norte votaram, maioritariamente, a favor da permanência na UE; qual a importância da diplomacia nas negociações entre o Reino Unido e a UE; e, qual a influência do *Brexit* no sentimento anti-imigração. Assim, a presente dissertação oferece diversas bases para futuras investigações assentes na análise das consequências do *Brexit* para o Reino Unido, para a Europa e para o sistema internacional em geral.

## Referências Bibliográficas

- Adam, R. G. (2020). *Brexit: Causes and Consequences* (R. G. Adam, Ed.).  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-030-22225-3>
- Ágopcsa, R. (2017). Discourse in the United Kingdom on EU immigration: Analysis of Prime Minister David Cameron's political language on EU immigrants between 2010 and 2015. *COJOURN*, 2(1). Retirado de:  
<https://core.ac.uk/download/pdf/78395595.pdf>
- Ahmed, R. (2017). Brexit: The Mainstreaming of Right-Wing Populist Discourse. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website OSCE Yearbook:  
[https://ifsh.de/file/publication/OSCE\\_Yearbook\\_en/2016/Ahmed-en.pdf](https://ifsh.de/file/publication/OSCE_Yearbook_en/2016/Ahmed-en.pdf)
- Alfano, M., Dustmann, C., & Frattini, T. (2016). Immigration and the UK: Reflections after Brexit. In F. Fasani (Ed.), *Refugees and Economic Migrants: Facts, policies and challenges* (pp. 55–79). Retirado de:  
[http://www.oseagiuntella.com/resources/Refugees\\_and\\_economic\\_migrants.pdf](http://www.oseagiuntella.com/resources/Refugees_and_economic_migrants.pdf)
- Amelvoort, P. van. (2017). *De-Europeanization in the United Kingdom: British discourse on the EU before and after the Brexit referendum* (Leiden University). Retirado de:  
[https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/58401/vanAmelvoort\\_Thesis\\_Final.pdf?sequence=1](https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/58401/vanAmelvoort_Thesis_Final.pdf?sequence=1)
- Austin, J. (1962). *How To Do Things With Words*. Oxford University Press.
- Baker, D., Gamble, A., Randall, N., & Seawright, D. (2008). Euroscepticism in the British Party System: 'A Source of Fascination, Perplexity, and Sometimes Frustration.' In Alex Szczerbiak & P. Taggart (Eds.), *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism and Country Surveys* (1ª, pp. 93–116). Oxford University Press.
- Barrell, R., FitzGerald, J., & Riley, R. (2007). EU enlargement and migration: Assessing the macroeconomic impacts. *NIESR Discussion Paper*, 292.
- BBC News. (2013). UK immigration acts through the ages. Último acesso a 5 de junho 2020, no website BBC News: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-24463873>
- Behr, R. (2016). How remain failed: the inside story of a doomed campaign. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website The Guardian:  
<https://www.theguardian.com/politics/2016/jul/05/how-remain-failed-inside-story-doomed-campaign>
- Bell, D. (2007). Victorian visions of global order: an introduction. In D. Bell (Ed.), *Victorian Visions of Global Order - Empire and International Relations in Nineteenth-Century Political Thought* (1ª, pp. 1–25). Cambridge: Cambridge

University Press.

- Bertocini, Y., & Koenig, N. (2014). *Euroscepticism or Europhobia: Voice vs Exit?* (No. 121). Retirado de <https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2018/01/euroscepticismoreurophobia-bertoncini-koenig-ne-jdi-nov14.pdf>
- Bethencourt, F. (2016). “Brexit” e Imigração. Último acesso a 19 de junho, 2020, no website Público: <https://www.publico.pt/2016/06/21/mundo/opiniaio/brexit-e-imigracao-1735823>
- Blinder, D. S., & Allen, W. L. (2016). UK Public Opinion toward Immigration: Overall Attitudes and Level of Concern. Último acesso a 7 de julho, 2020, no website Migration Observatory: [https://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Briefing-Public\\_Opinion\\_Immigration\\_Attitudes\\_Concern.pdf](https://migrationobservatory.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2016/04/Briefing-Public_Opinion_Immigration_Attitudes_Concern.pdf)
- Boffey, D., & Helm, T. (2016). Vote Leave embroiled in race row over Turkey security threat claims. Último acesso a 9 de setembro, 2020, no website The Guardian: <https://www.theguardian.com/politics/2016/may/21/vote-leave-prejudice-turkey-eu-security-threat>
- Branco, C. (7 de fevereiro, 2020). O Brexit e o sonho do império perdido. Último acesso a 19 de fevereiro, 2020, no website Jornal Económico: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-brexit-e-o-sonho-do-imperio-perdido-544996>
- Buckledee, S. (2018). *The Language of Brexit - How Britain Talked Its Way Out of the European Union* (1ª; S. Buckledee, Ed.). Londres: Bloomsbury Academic.
- Bulman, M. (2017). Brexit: People voted to leave EU because they feared immigration, major survey finds. Último acesso a 6 de setembro, 2020, no website The Independent: <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/brexit-latest-news-leave-eu-immigration-main-reason-european-union-survey-a7811651.html>
- Cain, P. J., & Hopkins, A. G. (2016). *British Imperialism, 1688-2015* (3ª; P. J. Cain & A. G. Hopkins, Eds.). New York: Routledge.
- Cameron, D. (2010). David Cameron: National interest first. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Conservative Party Speeches: <https://conservative-speeches.sayit.mysociety.org/speech/601470>
- Cameron, D. (2011). David Cameron on immigration: full text of the speech. Último acesso a 15 de setembro, 2020 no website The Guardian: <https://www.theguardian.com/politics/2011/apr/14/david-cameron-immigration-speech-full-text>

- Cameron, D. (2013a). David Cameron's immigration speech. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Gov.UK: <https://www.gov.uk/government/speeches/david-camerons-immigration-speech>
- Cameron, D. (2013b). EU speech at Bloomberg. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Gov.UK: <https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>
- Cameron, D. (2014). JCB Staffordshire: Prime Minister's speech. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Gov.UK: <https://www.gov.uk/government/speeches/jcb-staffordshire-prime-ministers-speech>
- Cameron, D. (2015). Election 2015: Prime Minister's speech. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Gov.UK: <https://www.gov.uk/government/speeches/election-2015-prime-ministers-speech>
- Cameron, D. (2016). Britain's choice: economic security with the EU, or a leap into the dark. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Gov.UK: <https://www.gov.uk/government/speeches/britains-choice-economic-security-with-the-eu-or-a-leap-into-the-dark>
- Camisão, I., & Lobo-Fernandes, L. (2005). *Construir a Europa - O processo de integração entre a teoria e a história* (1ª; I. Camisão & L. Lobo-Fernandes, Eds.). Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Canovan, M. (1981). *Populism* (1ª; M. Canovan, Ed.). New York and London: Harcourt Brace Jovanovich.
- Chung, S. W., & Kim, Y. (2019). The Truth behind the Brexit Vote: Clearing away Illusion after Two Years of Confusion. *Sustainability*, 11(5201). <https://doi.org/doi:10.3390/su11195201>
- Clarke, H., Whiteley, P., Borges, W., Sanders, D., & Stewart, M. (2016). Modeling the Dynamics of Support for a Right-Wing Populist Party: The Case of UKIP. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 26(2), 135–144. <https://doi.org/10.1080/17457289.2016.1146286>
- Corbett, S. (2016). The Social Consequences of Brexit for the UK and Europe - Euroscepticism, Populism, Nationalism, and Societal Division. *International Journal of Social Quality*, 6(1), 11–31. <https://doi.org/10.3167/IJSQ.2016.060102>
- Correia, M. (1994). *O Congresso de Viena - Fórum da Diplomacia Conservadora no Refazer da Carta Europeia* (No. N°69). <https://doi.org/http://hdl.handle.net/10400.26/1709>
- Crines, A. (2016). The Rethoric of the Referendum Campaign. Último acesso a 9 de

- setembro, 2020, no website Political Studies Association:  
<https://www.psa.ac.uk/psa/news/rhetoric-eu-referendum-campaign>
- Curtice, J. (2015). A Revolt on the Right? The social and political attitudes of UKIP supporters. *British Social Attitudes*, 32. Retirado de:  
[https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/38974/bsa32\\_ukip.pdf](https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/38974/bsa32_ukip.pdf)
- Curtice, J. (2016). The vote to leave the EU. Último acesso a 6 de setembro, 2020, no website British Social Attitudes:  
[https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/39149/bsa34\\_brexit\\_final.pdf](https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/39149/bsa34_brexit_final.pdf)
- Cutileiro, J. (2006). Suez e a Relação Transatlântica. Último acesso a 16 de março, 2020, no website:  
[http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri12/RI12\\_05JCutileiro.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri12/RI12_05JCutileiro.pdf)
- Dahlgreen, W. (2016). Draft EU deal gives boost to Leave campaign. Último acesso a 5 de setembro, 2020, no website You.Gov:  
<https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2016/02/04/eu-referendum-leave-leads-nine>
- Daily Mail. (2011a). Along with hard-working Polish plumbers we have countless criminals from former Iron Curtain countries. Último acesso a 31 de agosto, 2020, no website Daily Mail: <https://www.dailymail.co.uk/debate/article-2061539/UK-immigration-Hard-working-Polish-plumbers-countless-criminals.html>
- Daily Mail. (2011b). One in a hundred Slovaks has come to live in Britain. Último acesso a 31 de agosto, 2020, no website Daily Mail: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2002710/UK-immigration-1-Slovaks-come-live-Britain.html>
- Daily Mail. (2011c). Poles are sending home £3bn a year...and we pay them £4.5m a week in benefits. Último acesso a 31 de agosto, 2020, no website Daily Mail: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2017817/Poles-sending-home-3bn-year--pay-4-5m-week-benefits.html>
- Davis, R. (2017). Euroscepticism and Opposition to British Entry into the EEC, 1955-75. *Revue Française de Civilisation Britannique [Online]*, XXII(2).  
<https://doi.org/10.4000/rfcb.1364>
- De Munter, A. (2019). O Alargamento da União. Último acesso a 6 de junho, 2020, no website Parlamento Europeu:  
<https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/167/o-alargamento-da-uniao>
- Doughty, S. (2010). Number of people living in Britain who were born abroad doubles to 6.9m in 30 years (and most had no UK connection before they came here).

- Último acesso a 30 de agosto, 2020, no website Daily Mail: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1337178/Number-people-living-Britain-born-abroad-doubles-6-9m-30-years.html>
- Doughty, S. (2011). Immigration is too high, say four in five Britons. Último acesso a 30 de agosto, 2020, no website Daily Mail: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1346976/Immigration-high-say-Britons.html>
- Duffy, B., & Frere-Smith, T. (2014). Perceptions and Reality - Public Attitudes to Immigration. Último acesso a 7 de julho, 2020, no website IPSOS Mori Social Research Institute: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/publication/1970-01/sri-perceptions-and-reality-immigration-report-2013.pdf>
- Dustmann, C., Casanova, M., Fertig, M., Preston, I., & Schmid, C. M. (2003). The impact of EU enlargement on migration flows. Último acesso a 7 de junho, 2020, no website Home Office Online Report: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/14332/1/14332.pdf>
- Dustmann, C., & Frattini, T. (2014). The Fiscal Effects of Immigration to the UK. *The Economic Journal*. <https://doi.org/10.1111/eoj.12181>
- Dye, D. T. (2015). *The Language of Euroskepticism: UKIP Discourse in Comparative Context*. Retirado de [https://www.psa.ac.uk/sites/default/files/conference/papers/2015/Dye\\_PSA\\_15\\_Language\\_of\\_Euroskepticism.pdf](https://www.psa.ac.uk/sites/default/files/conference/papers/2015/Dye_PSA_15_Language_of_Euroskepticism.pdf)
- Elsayed, N. (2018). Make Great Britain Great Again: Populism And Nationalism In Brexit. *The United Kingdom On The Brink Of Brexit (2018)*, 36(3). Retirado de <https://preserve.lehigh.edu/perspectives-v36/3>
- Evans, G., & Mellon, J. (2014). All Roads lead to UKIP? By Geoff Evans and Jon Mellon (University of Oxford). Último acesso a 22 de agosto, 2020, no website British Election Study: <https://www.britishelectionstudy.com/bes-resources/all-roads-lead-to-ukip-by-geoff-evans-and-jon-mellon-university-of-oxford/#.XoFNVchKhPZ>
- Evans, G., & Mellon, J. (2016). Are Leave Voters Mainly UKIP? Último acesso a 5 de setembro, 2020, no website British Election Study: <https://www.britishelectionstudy.com/bes-impact/are-leave-voters-mainly-ukip-by-jonathan-mellon-and-geoffrey-evans/#.X1ObJHlKhPa>
- Evans, G., & Mellon, J. (2019). Immigration, Euroscepticism, and the rise and fall of UKIP. *Party Politics*, 25(1), 76–87. <https://doi.org/10.1177/1354068818816969>
- Farage, N. (2013). Nigel Farage – 2013 Speech to UKIP Conference. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website Political Speech Archive:

- <http://www.ukpol.co.uk/nigel-farage-2013-speech-to-ukip-conference/>
- Farage, N. (2014). Nigel Farage UKIP National Conference speech 2014. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=nwsqRaCtMdc>
- Farage, N. (2015). Nigel Farage - Doncaster Conference 2015. Último acesso a 15 de setembro, 2020, no website YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=LbCaPp17140>
- Flood, A. (2016). “Post-truth” named word of the year by Oxford Dictionaries. Último acesso a 9 de setembro, 2020, no website The Guardian: <https://www.theguardian.com/books/2016/nov/15/post-truth-named-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries>
- Fontana, C., & Parsons, C. (2015). “One Woman’s Prejudice”: Did Margaret Thatcher Cause Britain’s Anti-Europeanism? *Journal of Common Market Studies*, 53: 1, 89–105. <https://doi.org/10.1111/jcms.12205>
- Ford, R. (2011). *Acceptable and Unacceptable Migrants: How opposition to immigration is affected by migrants’ region of origin*. (No. 7). Manchester.
- Ford, R. (2013). UKIP’s rise is not just a problem for the Conservatives – they are emerging as the party of choice for disaffected and angry voters from all parties. *Political Betting*.
- Ford, R., & Heath, A. (2013). Immigration: A Nation Divided? Último acesso a 19 de junho, 2020, no website British Social Attitudes: [https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/38190/bsa31\\_immigration.pdf](https://www.bsa.natcen.ac.uk/media/38190/bsa31_immigration.pdf)
- Foreman, J. (2013). The High Tea Party - What you need to know about Britain’s UKIP. *Commentary*, 35–38.
- Forster, A. (2002). *Euroscepticism in Contemporary British Politics. Opposition to Europe in the British Conservative and Labour Parties since 1945* (Routledge, Ed.). Taylor & Francis e-Library, 2004.
- Freire, M. R. (2011). *Política Externa - As Relações Internacionais em Mudança* (4ª; M. R. Freire, Ed.). <https://doi.org/978-989-26-0086-4>
- Gaspar, C. (2011). Grã-Bretanha. In M. R. Freire (Ed.), *Política Externa - As Relações Internacionais em Mudança* (pp. 201–228). <https://doi.org/978-989-26-0086-4>
- Gifford, C. (2006). The rise of post-imperial populism: The case of right-wing Euroscepticism in Britain. *European Journal of Political Research*, 46(851–869).
- Gifford, C. (2008). *The Making of Eurosceptic Britain - Identity and Economy in a Post-Imperial State* (C. Gifford, Ed.). ASHGATE.
- Gifford, C. (2014). The People Against Europe: The Eurosceptic Challenge to the United Kingdom’s Coalition Government. *Journal of Common Market Studies*, 53(3),

- 512–528. <https://doi.org/10.1111/jcms.12112>
- Glencross, A. (2016). *Why the UK Voted for Brexit - David Cameron's Great Miscalculation* (A. Glencross, Ed.). <https://doi.org/10.1057/978-1-137-59001-5>
- Goodwin, M. (2014). Explaining the Rise of the UK Independence Party. Retirado de: Henrich Boll Stiftung - European Union website: [https://eu.boell.org/sites/default/files/uploads/2014/06/ukip\\_eu.pdf](https://eu.boell.org/sites/default/files/uploads/2014/06/ukip_eu.pdf)
- Goodwin, M., Hix, S., & Pickup, M. (2018). For and Against Brexit: A Survey Experiment of the Impact of Campaign Effects on Public Attitudes toward EU Membership. *British Journal of Political Science*, 50(2), 481–495. <https://doi.org/10.1017/S0007123417000667>
- Goodwin, M. J., & Ford, R. (2017). Britain After Brexit: A Nation Divided. *Journal of Democracy*, 28(1), 17–30. <https://doi.org/https://doi.org/10.1353/jod.2017.0002>
- Goodwin, M. J., & Heath, O. (2016). The 2016 Referendum, Brexit and the Left Behind: An Aggregate-level Analysis of the Result. *The Political Quarterly*, 87(3), 323–332.
- Goodwin, M., & Milazzo, C. (2014). Who will stay loyal to UKIP in 2015? Último acesso a 22 de agosto, 2020, no website British Election Study: <https://www.britishelectionstudy.com/bes-resources/guest-blog-by-matthew-goodwin-and-caitlin-milazzo-who-will-stay-loyal-to-ukip-in-2015/#.XoGlcchKhPa>
- Goodwin, M., & Milazzo, C. (2017). Taking back control - Investigating the role of immigration in the 2016 vote for Brexit. *The British Journal of Politics and International Relations*, 19(3), 450–464. <https://doi.org/org/10.1177/1369148117710799>
- Gough, B. (2014). *Pax Britannica - Ruling the Waves and Keeping the Peace before Armageddon* (1ª; J. Onley, A. G. Hopkins, G. Barton, & B. Glass, Eds.). <https://doi.org/10.1057/9781137313157>
- Hanretty, C. (2016). Most Labour MPs represent a constituency that voted Leave. Último acesso a 7 de setembro, 2020, no website Medium: <https://medium.com/@chrishanretty/most-labour-mps-represent-a-constituency-that-voted-leave-36f13210f5c6#.fu9zvch6u>
- Hawkes, S. (2016). BRIT'S NOT FAIR! 80 per cent of employment rise last year accounted for by foreign-born workers. Último acesso a 30 de agosto, 2020, no website The Sun: <https://www.thesun.co.uk/news/politics/1204182/80-per-cent-of-employment-rise-last-year-accounted-for-by-foreign-born-workers/>
- Helmer, R. (2011). Roger Helmer MEP: The Tories can shoot UKIP's fox with an In/Out referendum. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website Conservative

- Home: <https://www.conservativehome.com/platform/2012/02/from-rogerhelmermep-the-tories-can-shoot-ukips-fox-with-an-inout-referendum.html>
- HM Government. (2014). Review of the Balance of Competences between the United Kingdom and the European Union - EU Enlargement. Último acesso a 7 de junho, 2020, no website HM Government: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/388422/BoC\\_EUEnlargement\\_acc.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/388422/BoC_EUEnlargement_acc.pdf)
- HM Government. (2016). Why the Government believes that voting to remain in the European Union is the best decision for the UK. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website HM Government: [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/515068/why-the-government-believes-that-voting-to-remain-in-the-european-union-is-the-best-decision-for-the-uk.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/515068/why-the-government-believes-that-voting-to-remain-in-the-european-union-is-the-best-decision-for-the-uk.pdf)
- Hobolt, S. (2016). The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. *Journal of European Public Policy*, 23(9), 1259–1277. <https://doi.org/10.1080/13501763.2016.1225785>
- IOM. (2019). *WORLD MIGRATION REPORT 2020* (M. McAuliffe & B. Khadria, Eds.). Retirado de: [https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/wmr\\_2020.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/wmr_2020.pdf)
- IOM. (2020). Who is a migrant? Último acesso a 13 de setembro, 2020, no website International Organization for Migration: <https://www.iom.int/who-is-a-migrant>
- IPSOS Mori. (2015). Economist/Ipsos MORI August 2015 Issues Index. Último acesso a 10 de julho, 2020, no website IPSOS Mori Social Research Institute: <https://www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/economistipsos-mori-august-2015-issues-index>
- IPSOS Mori. (2017). April 2017 Economist/IPSOS Mori Issues Index. Último acesso a 10 de julho, 2020, no website IPSOS Mori Social Research Institute: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/issues-index-april-2017-charts.pdf>
- Johnson, B. (2016). Boris Johnson: The liberal cosmopolitan case to Vote Leave. Último acesso a 9 de setembro, 2020, no website: [http://www.lorrdavidowen.co.uk/wp-content/uploads/2016/05/Boris-Johnson\\_-The-liberal-cosmopolitan-case-to-Vote-Leave1.pdf](http://www.lorrdavidowen.co.uk/wp-content/uploads/2016/05/Boris-Johnson_-The-liberal-cosmopolitan-case-to-Vote-Leave1.pdf)
- Jornal de Negócios. (2020). Brexit: Estratégia arriscada de Boris Johnson ameaça acordo com UE. Último acesso a 13 de setembro, 2020, no website Jornal de Negócios: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/brexit-estrategia-arriscada-de-boris-johnson-ameaca-acordo-com-ue>
- Ker-Lindsay, J. (2018). Turkey's EU accession as a factor in the 2016 Brexit

- referendum. *Turkish Studies*, 19(1), 1–22.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1080/14683849.2017.1366860>
- Kim, K. (2016). A Long Road to Brexit: How Britain came to leave the EU. *East Asian Observer*, IX(2), 551–561.
- Leconte, C. (2015). From pathology to mainstream phenomenon: Reviewing the Euroscepticism debate in research and theory. *International Political Science Review*, 36: 3, 250–263.
- Lessa, A. C. (2005). *História das Relações Internacionais - A Pax Britannica e o mundo do século XIX* (3ª; S. F. Neiva, Ed.). São Paulo: Editors Vozes Ltda.
- LUSA. (2016). O que é o artigo 50 do Tratado de Lisboa. Último acesso a 5 de setembro, 2020, no website Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/mundo/o-que-e-o-artigo-50-do-tratado-de-lisboa-5246346.html>
- Lynggaard, K. (2019). *DISCOURSE ANALYSIS AND EUROPEAN UNION POLITICS* (1ª; M. Egan, N. Nugent, & W. E. Paterson, Eds.).  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1057/978-1-137-39326-5>
- Martino, P. (2014). Vitórias Políticas Esmagadoras Estremecem a Europa. Último acesso a 22 de agosto, 2020, no website Gatestone Institute - International Policy Council: <https://pt.gatestoneinstitute.org/4924/europa-vitorias-politicas>
- Mason, R. (2016). Jeremy Corbyn “not on same side” as David Cameron in EU debate. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website The Guardian: <https://www.theguardian.com/politics/2016/feb/29/jeremy-corbyn-not-on-same-side-as-david-meron-in-eu-debate>
- McLaren, L. (2005). Explaining Mass-Level Euroskepticism: Identity, Interests, and Institutional Distrust. *School of Politics University of Nottingham*.
- Moore, C. (2016, April). The Spectator’s Notes | 28 April 2016. Último acesso a 5 de setembro, 2020, no website The Spectator Notes: <https://www.spectator.co.uk/article/the-spectator-s-notes-28-april-2016>
- Mullen, D. A. (2016). Leave versus Remain: the digital battle. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website EU Referendum Analysis: <https://www.referendumanalysis.eu/leave-versus-remain-the-digital-battle-eu-referendum-analysis-2016/>
- Mundo Gráfico. (1942). O Esforço de Guerra da Gran-Bretanha. *Mundo Gráfico*, 39(Ano II), 29. Retrieved from [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MundoGrafico/1942/N39/N39\\_master/MundoGraficoN39\\_15Mai1942.PDF](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/MundoGrafico/1942/N39/N39_master/MundoGraficoN39_15Mai1942.PDF)
- O’Brien, P. K., & Pigman, G. A. (1992). Free trade, British hegemony and the international economic order in the nineteenth century. *Review of International*

- Studies*, 18(2), 89–113. <https://doi.org/10.1017/S0260210500118807>
- Office for National Statistics. (2016). Explore 50 years of international migration to and from the UK. Último acesso a 6 de junho, 2020, no website Office for National Statistics:  
<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/explore50yearsofinternationalmigrationtoandfromtheuk/2016-12-01>
- Office for National Statistics. (2017). Migration since the Brexit vote: what's changed in six charts. Último acesso a 19 de junho, 2020, no website Office for National Statistics:  
<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/articles/migrationsincethebrexitvotewhatschangedinsixcharts/2017-11-30>
- Onuf, N. (1998). Constructivism - A User's Manual. In R. Little, I. B. Neumann, & J. Weldes (Eds.), *Making Sense, Making Worlds - Constructivism in Social Theory and International Relations* (1ª, pp. 3–20). Routledge.
- Onuf, N. (2001). The Art of World Making. In R. Little, I. B. Neumann, & J. Weldes (Eds.), *Making Sense, Making Worlds - Constructivism in Social Theory and International Relations* (1ª, pp. 113–160). Routledge.
- Page, B. (2009). British Attitudes to Immigration in the 21st Century. Último acesso a 7 de julho, 2020, no website Migration Policy Institute:  
<https://www.migrationpolicy.org/research/british-attitudes-immigration-21st-century>
- Pardo, S., & Gordon, N. (2018). Euroscepticism as an Instrument of Foreign Policy. *Middle East Critique*, 27(4), 399–412.  
<https://doi.org/10.1080/19436149.2018.1516338>
- Pareschi, A., & Albertini, A. (2016). Immigration, Elites and the European Union: How UKIP Frames Its Populist Discourse. Retirado de:  
<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/a0b341ab-03aa-4295-867b-a26d397fe411.pdf>
- Passeti, G. (2016). Os Britânicos e o Seu Império - debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. *Artigos Livres*, 35(77).  
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000077>
- Piatto, G. (2016). “We want our country back”: UKIP and British populist communication against the EU in the Brexit campaign. *RISE - Rivista Internazionale Di Studi Europei*, 2(4), 59–62. Retirado de:  
<http://www.edlupt.eu/images/Rise/rise-4-2016-8.pdf>

- Portal Diplomático. (n.d.). Congresso de Viena. Último acesso a 9 de março, 2020, no website República Portuguesa/Negócios Estrangeiros: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/congresso-de-viena>
- Portes, J., & Forte, G. (2017). The economic impact of Brexit-induced reductions in migration. *Oxford Review of Economic Policy*, 33(S1), S31–S44. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grx008>
- Prosser, C., Mellon, J., & Green, J. (2016). What mattered most to you when deciding how to vote in the EU referendum? Último acesso a 5 de setembro, 2020, no website British Election Study: <https://www.britishelectionstudy.com/bes-findings/what-mattered-most-to-you-when-deciding-how-to-vote-in-the-eu-referendum/#.X1SrknlKhPb>
- Reis, L. (2017). *A Construção do Ator Securitário Europeu: A Hora das Escolhas* (1ª Edição; R. Costa, Ed.). Lisboa: Chiado Editora.
- Revista Visão. (2017). Reino Unido e Europa: A cronologia de uma relação de amor-ódio. Último acesso a 20 de março, 2020, do website Visão: <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2017-03-29-Reino-Unido-e-Europa-A-cronologia-de-uma-relacao-de-amor-odio/>
- Rodrigues, E. A. (2016). Reino Unido e União Europeia: 65 anos de relação em 24 datas. Último acesso a 16 de março, 2020, do website Observador: <https://observador.pt/2016/06/24/reino-unido-e-uniao-europeia-65-anos-de-relacao-em-24-datas/>
- Rolfe, H., Ahlstrom-Vij, K., Hudson-Sharp, N., & Runge, J. (2018). *POST-BREXIT IMMIGRATION POLICY: RECONCILING PUBLIC PERCEPTIONS WITH ECONOMIC EVIDENCE*. Retirado de: [https://www.niesr.ac.uk/sites/default/files/publications/FINAL\\_Leverhulme\\_report\\_FINAL.pdf](https://www.niesr.ac.uk/sites/default/files/publications/FINAL_Leverhulme_report_FINAL.pdf)
- Ryan, Ben; (2019). Introduction. In Ben Ryan (Ed.), *Fortress Britain? Ethical approaches to immigration policy for a post-Brexit Britain* (1ª, pp. 7–18). Jessica Kingsley Publishers.
- Saran, A. (2009). Public Attitudes on Immigration: The United Kingdom in an International Context. Último acesso a 7 de julho, 2020, no website Migration Policy Institute: [www.migrationpolicy.org](http://www.migrationpolicy.org)
- Savage, M. (2018). Fifty years on, what is the legacy of Enoch Powell's 'rivers of blood' speech? Último acesso a 5 de junho, 2020, no website The Guardian: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/14/enoch-powell-rivers-blood-legacy-wolverhampton>

- Sommerville, W. (2016). Brexit: The Role of Migration in the Upcoming EU Referendum. Último acesso a 5 de setembro, 2020, no website Migration Policy Institute: <https://www.migrationpolicy.org/article/brexit-role-migration-upcoming-eu-referendum>
- Spiering, M. (2015). *A Cultural History of British Euroscepticism* (1ª; P. Macillan, Ed.). <https://doi.org/10.1057/9781137447555.0001>
- Spiering, M., & Harmsen, R. (2004). British Euroscepticism. In M. Spiering & R. Harmsen (Eds.), *Euroscepticism - Party Politics, National Identity and European Integration* (pp. 127–150). New York: European Studies.
- Sturge, G. (2020). *Migration Statistics* (No. CBPO6077). Retirado de: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/sn06077/#fullreport>
- Swales, K. (2016). Understanding the Leave Vote. Último acesso a 9 de maio, 2020, no website NatCen Social Research: [https://whatukthinks.org/eu/wp-content/uploads/2016/12/NatCen\\_Brexplanations-report-FINAL-WEB2.pdf](https://whatukthinks.org/eu/wp-content/uploads/2016/12/NatCen_Brexplanations-report-FINAL-WEB2.pdf)
- Szczerbiak, Aleks, & Taggart, P. (2008). *Opposing Europe? The Comparative Party Politics of Euroscepticism - Volume 1 Case Studies and Country Surveys* (First Edit; Aleks; Szczerbiak & P. Taggart, Eds.). Oxford University Press.
- Taggart, P. (2000). *Populism* (1ª; P. Taggart, Ed.). Philadelphia: Open University Press.
- The Migration Observatory. (2019). EU Migration to and from the UK. Último acesso a 17 de junho, 2020, no website The Migration Observatory: <https://migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/eu-migration-to-and-from-the-uk/>
- The National Archives. (n.d.). Commonwealth Immigration control and legislation. Último acesso a 5 de junho, 2020, no website The Cabinet Papers: <https://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/commonwealth-immigration-control-legislation.htm>
- Tolhurst, A. (2016). NO EU DON'T Building houses for every migrant would 'change nature and character' of UK, says Grayling. Último acesso a 30 de agosto, 2020, no website The Sun: <https://www.thesun.co.uk/news/1198446/building-houses-for-every-migrant-would-change-nature-and-character-of-uk-says-grayling/>
- Tournier-Sol, K. (2015a). Reworking the Eurosceptic and Conservative Traditions into a Populist Narrative: UKIP's Winning Formula? *Journal of Common Market Studies*, 53(1), 140–156. <https://doi.org/10.1111/jcms.12208>
- Tournier-Sol, K. (2015b). The UKIP Challenge. In C. Gifford & K. Tournier-Sol (Eds.), *The UK Challenge to Europeanization - The Persistent of British Euroscepticism* (1ª, pp. 134–150). <https://doi.org/10.1057/9781137488169>
- Tratado de Lisboa. (2008). *Tratado de Lisboa - Versão Consolidada* (Assembleia da

- República, Ed.). Lisboa: Assembleia da República.
- Travis, A. (2016). The leave campaign made three key promises – are they keeping them? Último acesso a 9 de setembro, 2020, no website The Guardian: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/27/eu-referendum-reality-check-leave-campaign-promises>
- UKIP. (2020). UKIP Policies, Brexit. Último acesso a 22 de agosto, 2020, no website UKIP Website Oficial: [https://www.ukip.org/ukip-manifesto-item.php?cat\\_id=26](https://www.ukip.org/ukip-manifesto-item.php?cat_id=26)
- Usherwood, S. (2018a). *Brexit as a Cause and a Consequence of Political Change in the UK*. Retirado de: [https://www.researchgate.net/publication/326446011\\_Brexit\\_as\\_a\\_Cause\\_and\\_a\\_Consequence\\_of\\_Political\\_Change\\_in\\_the\\_UK](https://www.researchgate.net/publication/326446011_Brexit_as_a_Cause_and_a_Consequence_of_Political_Change_in_the_UK)
- Usherwood, S. (2018b). The Third Era of British Euroscepticism: Brexit as a Paradigm Shift. *The Political Quarterly*, 89(4), 553–559.
- Vasilopoulou, S. (2016a). Campaign frames in the voters' minds. In D. Jackson, E. Thorsen, & D. Wring (Eds.), *EU Referendum Analysis 2016 Media, Voters and the Campaign - Early reflections from leading UK academics* (pp. 114–115). Retirado de: <http://www.referendumanalysis.eu>
- Vasilopoulou, S. (2016b). UK Euroscepticism and the Brexit Referendum. *The Political Quarterly*, 87(2), 219–227.
- Vote Leave. (2016). Why Vote Leave. Último acesso a 9 de setembro, 2020, no website Vote Leave Take Back Control.org: [http://www.voteleavetakecontrol.org/why\\_vote\\_leave.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/why_vote_leave.html)
- Vreese, C. H. de, & Boomgaarden, H. G. (2005). Projecting EU Referendums - Fear of Immigration and Support for European Integration. *European Union Politics*, 6(1), 59–82. <https://doi.org/10.1177/1465116505049608>
- Wadsworth, J., Dhingra, S., Ottaviano, G., & Reenen, J. Van. (2016). *Brexit and the Impact of Immigration on the UK* (No. 5). Retirado de: <https://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit05.pdf>
- Weeks, J. (2017). Understanding Brexit - A primer on the split that has now been set into motion. Último acesso a 8 de setembro, 2020, no website Dollars & Sense: <https://urpe.wordpress.com/2017/05/11/understanding-brexit-a-primer-on-the-split-that-has-now-been-set-into-motion/>
- Weiss, G., & Wodak, R. (2003). Introduction: Theory, Interdisciplinarity and Critical Discourse Analysis. In G. Weiss & R. Wodak (Eds.), *Critical Discourse Analysis - Theory and Interdisciplinarity* (1ª, pp. 1–34). Palgrave MacMillan.
- Weißbecker, E. (2017). *Discourse Analysis of the UK Referendum on EU Membership - The Case of Michael Gove's "The Facts of Life say Leave" speech*.

- Weissheimer, M. A. (2014). Partido antieuropeu é o grande vencedor das municipais britânicas. Último acesso a 9 de setembro, 2020, no website Esquerda.net: <https://www.esquerda.net/artigo/partido-antieuropeu-é-o-grande-vencedor-das-municipais-britânicas/27717>
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 46(2), 391–425. Retirado de: <http://www.jstor.org/stable/2706858>.
- Whiteley, P., Goodwin, M., & Clarke, H. D. (2017). *Brexit: Why Britain Voted To Leave The European Union* (P. Whiteley, M. Goodwin, & H. D. Clarke, Eds.). Cambridge University Press.
- Wodak, R., Cillia, R. de, Reisigl, M., & Liebhart, C. (2009). *THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITY* (2ª; R. Wodak, R. de Cillia, M. Reisigl, & C. Liebhart, Eds.). Edinburgh University Press.
- Wright, N. (2017). BREXIT & THE RE-MAKING OF BRITISH FOREIGN POLICY. *London's Global University*. Retirado de: <https://www.ucl.ac.uk/european-institute/news/2017/dec/brexit-and-re-making-british-foreign-policy>
- Zappettini, F. (2019). The Brexit referendum: how trade and immigration in the discourses of the official campaigns have legitimised a toxic (inter)national logic. *Critical Discourse Studies*. <https://doi.org/10.1080/17405904.2019.1593206>